

conjuntura brasileira

ano 5 nº 25 jan./fev. 1979 IOF



METALÚRGICOS: assembléia de 80mil

OPOSIÇÃO: propostas

HABITAÇÃO: aumento das favelas
povo ocupa casas

TORTURADORES: 78 denunciados

BOIAS FRIAS: mais 60% em 5 anos

CAMPO: direito de greve

BANCOS: lucros de 78%

MERCADORIAS: 80% mais caras

FIGUEIREDO: política econômica

4º P. 8821

conjuntura brasileira

réception n° 43 089
directeur de la publication :
trefeu roger

com. partizaire
inscription no 59390

tiragem : 950 exemplares

assinatura assinatura de apoio

6 meses US\$ 10,45(1) 6 meses : US\$ 20 (100f)
1 ano US\$ 20,90(1) 1 ano : US\$ 40 (200f)

pagamento

cheque bancário ou postal
CCP 10 822 83 A paris
via aérea mais US\$ 3 (15f)
números strazados US\$ 2 (10f)

endereços

bp 322
75 122 paris cedex 03
france

distribuição

librairie portugaise et brésilienne
16, rue des écoles - 75005 paris
le tiers-mythe
21 rue cujas - 75 005 paris
librairie " que faire "
1. place des grottes - 1201 geneve
livraria opinião
rua nova trindade, 24-lisboa

publicações consultadas

FOLHA DE S. PAULO
O ESTADO DE S PAULO
JORNAL DO BRASIL
JORNAL DA TARDE
O GLOBO
GAZETA MERCANTIL
FOLHA DA TARDE
TRIBUNA DA IMPRENSA
MOVIMENTO
Brasil Mulher
O SAO PAULO

DIRECCIONIS MOVIMENTAL
CONJUNTURA Económica
DIRECCIONIS DUAL

Visão
EXAME
BANAS
VEJA
ISTOÉ

boletins
DIAL

LATIN AMERICA

DE FATO
REPORTER
EM TEMPO
VERSUS

publicações latino-americanas
jornais operarios, estudantes,
boletins e imprensa sindical

O CUSTO DE VIDA PELA HORA DA MORTE

(deu a louca na carestia)

autor: Wilians M. Gomes de Barros

O povo não pode mais
suportar a carestia
o preço de tudo sobe
a cada minuto do dia
desejo que aos nossos bolsos
seja dada a anistia

(...)

Sobe o preço do café
batatinha e coador
pepino, nabo e giló
mandioca e couve-flor
só não sobe o salário
do nosso trabalhador

(...)

O nosso quadro hoje em dia
é bem triste, bem cinzento
a carestia é total
não é só de alimento
e aqui vai uma lista
de tudo que teve aumento

Aumentou a quantidade
de presos e torturados
quantidade de favelas
e menores abandonados
punguistas e prostitutas
trombadinhas e viados

Tem outra coisa aumentando
no sertão e na cidade
atingindo os desnutridos
sem preconceitos de idade
soma fome com doença
se chama mortalidade

Aumenta a corrupção
baixa o nível da decência
aumenta a opressão
e também a violência
com tudo isso a subir
não pode haver resistência

(...)

Com tudo isso a subir
não dá pra viver direito
desembestou a carestia
e o país tá com defeito
o negócio é fazer greve
que é pra ver se dá um jeito

(...)

E foi lá em São Bernardo
que as greves começaram
deu em todos os jornais:
"metalúrgicos pararam"
as classes trabalhadoras
todas elas apoiaram

Em seguida veio a greve
dos medicos residentes
por melhores condições
e salários mais decentes
pois do jeito que estavam
eram eles os doentes

A greve dos residentes
foi exemplo no hospital
não passou uma semana
e a greve era geral
no HC e Servidor
a parada foi total

Há greves por todo lado
é a vez do povo falar
neste relato que faço
ainda vou acrescentar
a greve dos professores
que resolveram agitar

(...)

Wilians foi quem escreveu
I nvocando um santo forte
L eitor, essa carestia
I rá nos levar à morte
A s coisas vão aumentando
N ós aqui vamos tomando
S ó contando é com a sorte.

FIM

São Paulo - setembro/78 AC*
* ano da carestia

índice

editorial	3	- campo	23
as propostas da oposição	5	agricultura	27
movimentos sociais:		economia	33
- operários	11	repressão	37
- profissionais	16	igreja	39
- anistia	18		
- organizações populares	19		

editorial

As greves dos metalúrgicos, professores, estudantes e outras, e as manifestações em várias capitais contra a posse de Figueiredo são a expressão mais dinâmica da conjuntura em que se faz a mudança de guarda no Alvorada. Pela primeira vez depois de 64 o primeiro discurso de um novo ditador tem suas "promessas" submetidas a prova, pelas massas, no momento mesmo em que são realizadas. Enquanto Figueiredo reafirmava - no discurso de posse - seu "propósito inabalável (de) fazer deste país uma democracia", as tropas investiam no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Salvador, em Porto Alegre e outras cidades, espancando e prendendo os manifestantes que carregavam faixas pela "anistia ampla, geral e irrestrita", pelas "liberdades democráticas", pelo "fim da ditadura". Enquanto reafirmava sua "de terminação de garantir a cada trabalhador a remuneração justa", a cavalaria investia contra os piquetes nas portas das fábricas paradas do ABC e outras cidades do interior de S. Paulo, prendendo dezenas de operários. Dos seus propósitos quanto a prioridade, na política econômica, ao setor agropecuário com vistas a dobrar a produção de grãos em quatro anos, podemos imaginar as consequências sociais, com expulsões em massa de camponeses tal como ocorreu nos últimos anos e o crescimento do já imenso exército de bóias-frias vivendo em condições miseráveis.

Com um ministério que é a síntese entre a quadrilha do tempo do milagre e a máfia de agiotas acobertadores da orgia de super-lucros do setor financeiro - nacional e internacional - para os tempos de crise, o governo Figueiredo, quaisquer que sejam seus desígnios, se vê confrontado, já na posse, a um movimento de oposição democrático e popular que multiplica seu dinamismo a cada mobilização, a cada luta, como mostra, entre outras, a greve dos metalúrgicos do ABC. Por esta razão não podemos ficar só na constatação da contradição entre o verbo e a prática ditatorial. Pois, se Figueiredo está fazendo promessas é porque a situação de crise, a pressão do movimento popular o leva à isso. Notável é que seu inequívoco propósito de atenuar as pressões pelas promessas que faz vai sendo jogado por terra, na rua, pelo movimento popular. Com efeito, a prática mais recente mostra que não serão promessas do ditador que farão recuar o movimento popular. São as reivindicações e as lutas do movimento popular, nas quais é constante a ampliação da mobilização, da combatividade, da organização e da solidariedade entre oprimidos e explorados, que farão recuar a ditadura, abrindo caminho para a conquista de um regime democrático.

A Luta Pelo Delegado Sindical

No conjunto das reivindicações que levaram a greve dos metalúrgicos do ABC destaca-se a luta pelo reconhecimento da legitimidade e estabilidade do delegado sindical. Este, eleito pela base, terá como função estabelecer uma relação dinâmica e permanente entre os operários dentro da fábrica e o sindicato. A surpresa e o desconcerto da burguesia frente a esta reivindicação faz um dos seus qualificados porta-voz propor que a discussão sobre o delegado sindical seja levada para o parlamento. Porque levar a discussão para o parlamento? Até agora a grande burguesia atribuía ao parlamento um valor igual a zero. E resolvia as questões relativas ao movimento operário através das delegacias regionais do trabalho - DRTs, controladas pelo ministérios do trabalho - ou através das delegacias de polícia. Mudou o parlamento? Não. O que mudou, o que está mudando, é o movimento operário, o movimento popular. E a burguesia, tendo que enfrentar um movimento operário organizado, combativo, que não se deixa intimidar pelas tropas, apela para o parlamento. A correlação de forças lhe sendo desfavorável para enfrentar as reivindicações dos metalúrgicos em greve, ela quer levar a luta para um terreno onde a maioria

estará disposta a apoiá-la: o parlamento. Mas mesmo que ela consiga fazê-lo - ainda que momentaneamente - esta será uma ocasião privilegiada para que os parlamentares populares assumam, defendam e se batam firmemente por esta e por outras reivindicações populares.

O temor que inspira à burguesia a luta pelo reconhecimento do delegado sindical está em que ele abre na prática uma brecha - que pode virar rombo - na atual estrutura sindical de inspiração fascista. Colocada no centro de um movimento grevista do qual participam ativamente dezenas de milhares de operários, a luta pelo reconhecimento do delegado sindical significará um passo importante, à ser explorado pelos sindicalistas e operários combativos, na quebra da atual estrutura sindical e na divulgação e popularização da luta por um sindicalismo combativo, classista, que se organiza pela base e representa a massa da classe operária.

Mesmo que os metalúrgicos do ABC tiverem que recuar, nesta greve, na reivindicação quanto ao delegado sindical, o terreno estará fertilizado para que possam continuar a luta. Foram vários os movimentos que precederam esta greve e que sedimentaram a unidade de ação desse importante setor dos metalúrgicos de S. Paulo. As greves do ano passado, a criação de comissões de fábrica, a reação dos capitalistas despedindo sistematicamente os operários mais combativos, foram ensinamentos que aumentaram decisivamente a consciência dos operários quanto a importância da representatividade e independência sindical. É a concretização parcial desse processo numa greve que tem como principal reivindicação o delegado sindical que coloca pela primeira vez, diretamente, dentro do movimento, a questão da democracia. Os operários querem eleger seus representantes diretos junto ao sindicato. O delegado sindical, dentro da fábrica, legitimado pelas bases, denuncia todas as arbitrariedades, humilhações e vexames do vampiro capitalista é para este um olho intolerável. Para o movimento operário em ascensão é uma arma valiosa na luta quotidiana entre o capital e o trabalho. Ela interessa a todo o movimento operário, a todos os trabalhadores e deve ser amplamente agitada na luta pela unidade de ação dos trabalhadores contra a atual estrutura sindical. Sua colocação no centro de um importante movimento grevista é um marco. Contribui decisivamente para que os trabalhadores levantem bem alto uma das mais importantes bandeiras do programa democrático, a liberdade sindical.

A atitude combativa dos metalúrgicos do ABC, impondo pelo seu exercício o direito de greve - declarada ilegal pela ditadura - realizando já nos primeiros dias do movimento duas assembléias com participação de mais de 60 mil operários, vem gerando um importante movimento de solidariedade aos grevistas. Ao mesmo tempo, outras greves foram deflagradas, entre elas a dos professores do Rio, com mais de 80 mil grevistas. Na prática essas mobilizações representam um desmentido àqueles liberais da oposição que se apressam a pregar a calma e a moderação. Estão com os olhos voltados para o que diz a ditadura e já começam a sentir nostalgia do tempo em que estavam no centro da oposição ao regime. Falam em democracia, mas temem a mobilização e organização da classe operária e das massas. Em lugar de apoiarem, recriminam nos grevistas a falta de flexibilidade. Para eles a correlação de forças que deve determinar a flexibilidade dos grevistas se resume aos tropeços e ameaças do rei. Esses lamentos dos liberais ficam bem expressos nas palavras do presidente do MDB, Ulisses Guimarães (entre vista a Isto é - 21/2) ao recriminar Geisel por ter tido poder para fazer - e não fez - aquilo que hoje vão sendo obrigados a fazer por pressão da rua.

Nas ruas, nas fábricas, nos bairros, nas universidades, vão se forjando, na luta, as bases para a unidade do movimento popular. Vai se tornando fértil o terreno para a conformação de uma ampla Frente Popular Democrática que unificando as diferentes frentes de luta faça-as convergir para o combate central: a luta pela derrubada da ditadura e a conquista de um regime democrático.

JORNAL DO BRASIL

Estabilidade de delegado leva à greve

São Paulo — Os 250 mil operários da região industrial do Grande ABC entrarão em greve hoje, à meia-noite, se os patrões decidirem não aceitar a legalização da existência de um delegado sindical em cada empresa, dando ao delegado os mesmos direitos de estabilidade de emprego que os previstos na CLT para os dirigentes sindicais.

Os operários apresentam aos empregadores, para discussão, uma pauta com 22 reivindicações para a contratação coletiva dos metalúrgicos do interior do Estado de São Paulo.

A discussão que levou à decisão da greve geral tem se centrado então em oito pontos fundamentais, sendo o principal deles para os sindicatos do ABC e o maior deles em particular, o de São Bernardo do Campo, o da legalização do delegado sindical.

Outro ponto polêmico — e é justamente o que tem chamado a maior atenção de quem acompanha as reuniões de dirigentes sindicais patronais e operários — é o do reajuste salarial. Os operários estão pedindo 34,1% além do índice oficial dado pelo Governo de 43%, exigindo uma recuperação dos índices que consideram perdidos nos aumentos de 1972 e 1973, na famosa questão da sonegação dos índices de custo de vida da época. Os patrões contrapropuseram, até agora, 17% a mais do que o índice oficial e poderão chegar a 19% ainda hoje, somando 62% de reajuste, para os que ganham até 3 salários mínimos, escalonando em 54% e 52% os aumentos para os que ganham de 3 a 6 e de 6 a 9 salários mínimos, respectivamente.

A terceira reivindicação polêmica é a exigência, pelos operários, de um piso salarial de 3 salários mínimos (Cr\$ 4 mil 680 atualmente) para a categoria, a contraproposta patronal foi, até agora, de Cr\$ 3 mil.

Os operários propuseram também um reajuste salarial trimestral para melhor acompanhamento pelos salários das elevações do custo de vida. Os patrões propuseram uma fórmula conciliatória de antecipação salarial de 10% em fevereiro e 10% em setembro. 12-3

Greve do ABC

São Paulo — O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Sr. Luís Inácio da Silva, Lula, romperá, hoje, publicamente com a Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, cujo presidente, Sr. Argeu Egídio dos Santos, é acusado de realizar "manobras" e de fazer acordos paralelos, por baixo, numa tentativa de deixar os sindicatos da região do ABC em situação difícil nas negociações com os patrões.

Dessa forma, romper-se-á hoje, na véspera da greve geral decretada pelos Sindicatos de Metalúrgicos do ABC, a unidade sindical da categoria, tese aprovada em plenário no último congresso que seus dirigentes sindicais realizaram em Lins, no interior de São Paulo, em janeiro último. A tese foi apresentada no Congresso por Lula e sua aprovação foi unânime, mas os líderes sindicais do ABC estão descobrindo ser ainda impossível o entendimento conjunto, "por causa da mentalidade de superados e velhos dirigentes sindicais, incapazes de raciocinar em termos do jovem operariado industrial urbano".

Segundo os dirigentes do sindicato

no TRT

São Paulo — Com o malogro da tentativa de acordo amigável, na DRT, passa hoje ao âmbito da Justiça do Trabalho a greve deflagrada pelos metalúrgicos da região do ABC, à qual aderiram ontem, no seu primeiro dia, mais de 100 mil trabalhadores de São Caetano, Santo André e São Bernardo. O TRT poderá decretar a ilegalidade do movimento ainda hoje, se fracassar a nova tentativa de conciliação que precede a instauração do dissídio.

Dois pontos determinaram o fracasso do encontro de ontem na DRT: a proposta de escalonamento dos salários, não aceita pelos trabalhadores, e a instituição do delegado sindical nas fábricas, repudiada pelos empregadores. Apesar das posições irredutíveis, no final da reunião, o empresário Paulo Francini, membro da comissão de negociação da Federação das Indústrias, tentou chegar a um entendimento, conversando separadamente com os dirigentes sindicais nos corredores da delegação. "Temos que acabar com essa greve imediatamente", dizia ele, um tanto irritado, mas assegurando que os empresários continuavam abertos ao diálogo. Theobaldo de Nicrís, que também participou da reunião, assegurava que os empregadores ficaram livres para punir os trabalhadores grevistas se o movimento for realmente considerado ilegal pelo TRT. 14-3-79

de São Bernardo, as manobras do presidente da Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, ligado a setores empresariais, no sentido de isolar o ABC e caracterizar os líderes operários da região como "radicais intransigentes" foram descobertas durante o processo de negociações. Foi depois dessa descoberta que Lula se negou a entregar ao Sr. Argeu Egídio dos Santos a procuração para negociar com os patrões em seu nome, preferindo ele mesma arpar com as consequências que pudessem nascer dessa manobra arriscada.

Os líderes metalúrgicos de São Bernardo do Campo acham que os velhos dirigentes da federação precisam compreender que o operário hoje "não se preocupa apenas com o aumento salarial, mas, e principalmente, com a segurança e a manutenção de seus empregos e vêem na rotatividade da mão-de-obra uma arma poderosa e mortal dos empresários que concedem os aumentos pretendidos para, depois, demitirem e recontratarem em massa, com salários inferiores, mantendo suas folhas de pagamento sempre no mesmo nível e até com lucros ainda maiores". 12-3-79

AS MAQUINAS ESTÃO
PARADAS
AGORA QUE M FALA
GROSSO SOMOS NÓS

Lula pede a 50 mil uma mudança de tática hoje

São Paulo — Sob a ameaça de chuva, depois de ficar duas horas de pé, uma massa de 50 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema ouviu ontem, na maior assembleia-geral da categoria, no estádio de Vila Euclides, do presidente de seu sindicato, Luís Inácio da Silva, o Lula, a advertência de que hoje não deverão ir para as portas da fábrica, "porque está sendo preparada uma cilada contra nós". Pediu para que todos ficassem em casa.

Os metalúrgicos ocuparam totalmente as arquibancadas do estádio, com capacidade normal para 20 mil pessoas, e também o campo de futebol, a partir de 17h, mas só às 19h os dirigentes sindicais conseguiram falar, porque o primeiro aparelho de som escava defeituoso. Lula, constantemente interrompido por apalausos e gritos, contou que foi chamado à DRT mas que mandou para lá o assessor jurídico do sindicato. "Ele acaba de informar que os patrões dizem que o dissídio entra amanhã na Justiça. Os patrões pensam que vamos ficar assustado com isso, mas não vamos", afirmou. 14-3-79

FIESP PROPÕE 63%

São Paulo — Apesar da decisão do TRT de declarar ilegal a greve e fixar em 44% o índice oficial, o reajuste salarial dos metalúrgicos do ABC, a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) anunciou que está aberto o protocolo de adesão ao acordo feito com sindicatos do interior, concedendo aumento de até 63%. "A adesão dos trabalhadores em greve ao protocolo pode

ser feita a qualquer hora", disse o empresário Paulo Francini, um dos coordenadores do Grupo 14.

Os três Sindicatos metalúrgicos do ABC, em assembleia-gerais, decidiram ontem continuar em greve, recusando o acordo na base de 63% e ignorando a decisão do TRT.

Mais de 211 mil metalúrgicos continuam em greve no ABC e em alguns outros municípios do interior paulista, como São José dos Campos. Em Jacareí, contudo, a assembleia da categoria, que havia aderido à paralisação anteriormente, decidiu ontem aceitar o acordo pro-

posto pela FIESP. O Grupo 14 (área metalúrgica) da FIESP está mantendo reuniões secretas com os dirigentes metalúrgicos do ABC, para encontrar uma solução. Os trabalhadores continuam com os piquetes às portas de grandes fábricas.

O Sr Francini informou também que o Grupo 14 deu autonomia às empresas da área metalúrgica que queiram fazer acordo com os operários em greve, desde que respeitados os itens do protocolo de adesão. Na tarde de ontem, o Sindicato dos Metalúrgicos de Santos assinou o protocolo da FIESP. Isto significa que,

três dias após a decretação da greve, 31 sindicatos operários já aderiram ao protocolo firmado com a FIESP.

Para o Sr Paulo Francini, a questão do delegado sindical — um dos pontos de desacordo entre patrões e empregados — deveria ser levada a uma discussão mais profunda e mais séria. "Não sei se esta seria a fórmula ideal de o operário ter um representante na indústria. Sou favorável a um debate mais amplo e que isto seja discutido no Congresso Nacional", continuou o empresário, para quem "o Congresso deve se preocupar com esse tema.

14-3-79

Lula admite desistir de delegado sindical

São Paulo — Num passo importante para um acordo possível, mas aparentemente ainda distante, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Luís Inácio da Silva, admitiu ontem que pode propor aos trabalhadores a aceitação do acordo com os patrões, sem a aprovação do delegado sindical, desde que seja feita uma boa oferta de reajuste salarial.

Lula argumentou com alguns repórteres, durante a assembleia-geral de ontem — que reuniu mais uma vez 60 mil operários no estádio distrital de Vila Euclides — que "apresentamos uma pauta com oito reivindicações e o ideal seria que as oito fossem atendidas; mas, se uma for empecilho, o sindicato saberá propor a categoria que ela abra mão dessa reivindicação".

Em seu discurso, várias vezes interrompido pelos gritos de "greve" e de "Lula, Lula", o presidente do Sindicato advertiu que "hoje é um dia decisivo em nossa luta. Vamos derrotar os patrões pacificamente". Depois, ainda no palarque, o Sr Luís Inácio da Silva comentou que "os patrões estão radicalizando, mas não vamos radicalizar. Vamos agir com firmeza, mas pacificamente. Se os patrões querem medir força conosco, estamos dispostos a medir essas forças".

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo distribuiu à noite uma nota oficial na qual diz que "a oferta de 63% e 57% pode parecer boa para alguns. Mas é preciso deixar bem claro que os patrões querem descontar os 11% de aumento e os 13,5% de antecipação. Só aí, já

temos um desconto de 24,5%. Assim, os aumentos ficam reduzidos a 38,5% e 32,5%".

Segundo o líder operário, "estamos vivendo a coisa mais importante que já fizemos em nossas vidas e é por isso que a polícia está batendo na gente. A greve é pacífica e não vamos aceitar provocação de quem quer que seja", disse Lula, enquanto os trabalhadores levantavam duas placas com os dizeres "greve até a vitória" e "chega de exploração — queremos 78 por cento".

O vice-presidente do Sindicato Rubens Teodoro de Arruda, pediu aos trabalhadores para continuarem na luta "mesmo que a diretoria seja cassada", colocar vozes numa aventura", afirmou.

NOVA TÁTICA

Como a presença da Polícia Militar é cada vez mais ostensiva nos portões das fábricas, principalmente da Volkswagen, e os dirigentes sindicais temem que ocorram choques devido a provocações, foi mudada a tática. Está sendo armado um esquema para impedir que os trabalhadores tomem os ônibus das empresas para irem trabalhar ou para se postarem à frente dos portões, como curiosos, atraindo a ação policial.

As emissoras de rádio da Capital e de São Bernardo do Campo estão recebendo das maiores empresas ligadas ao setor metalúrgico da área anúncios com conclusões a que os trabalhadores voltem ao trabalho, prometendo um reajuste de 63%, nos moldes propostos pelo Grupo 14 e aceito pelos sindicatos do interior do Estado.

16-3-79

Greve dos professores

JORNAL DO BRASIL - 12/3/79

Entram hoje em greve, sem data para voltarem ao trabalho, 82 mil professores — 51 mil do Estado do Rio de Janeiro e 31 mil do Município do Rio — por decisão de assembleia que reuniu 3 mil pessoas. A direção da Sociedade Estadual dos Professores determinou o comparecimento dos grevistas às escolas para assinar ponto e explicar o movimento a alunos e pais.

De pé, e gritando "greve, greve", os professores reunidos no Sindicato dos Operários Navais, em Niterói, aclamaram a paralisação por tempo indeterminado, derrotando proposta da SEP de parar por uma semana.

A greve deixa sem aulas 1 milhão 850 mil estudantes de 1º e 2º graus e é a primeira realizada no Rio desde 1962.

Terça-feira, 13/3/79 O GLOBO

As reivindicações

- Aumento do piso salarial para quatro a seis salários mínimos, de acordo com o nível de formação.
- Carga horária máxima de 12 horas em sala de aula, em três dias.
- Efetivação imediata dos contratados.
- Adoção de triênios de dez por cento para todos os efetivos.
- Pagamento de 30 por cento por regência de turma, mesmo durante as férias e licenças.
- Pagamento de dez por cento por difícil acesso.
- Distribuição da carga horária em dois dias para os que lecionam em zonas suburbanas e rurais.
- Enquadramento imediato dos professores primários, de acordo com a formação.
- Equiparação salarial dos inativos.
- Estabilidade no emprego.
- Classificação imediata do pessoal técnico-pedagógico e administrativo.

VEJA, 28 DE FEVEREIRO, 1979

112% de aumento

Os 5 000 garis cariocas conseguiram, na semana passada, um dos maiores reajustes salariais já concedidos a uma categoria profissional no Brasil. Ele representa um acréscimo de 112% sobre os 1 887 cruzeiros que vinham recebendo nos últimos sete meses. A partir desta quinta-feira, seu salário será de 4 003 cruzeiros, incluindo nesse valor os adicionais de insalubridade e de assiduidade, que antes eram pagos separadamente pela Companhia Municipal de Limpeza Pública (Comlurb). Além disso, ficou acertado que os empregados que participaram da greve de três dias empreendida pelos lixeiros (VEJA n.º 546, 21-1-1979) terão suas faltas abonadas pela empresa.

O acordo, assinado pelo presidente da Comlurb, Gastão Senges, pelos representantes dos trabalhadores e pelo prefeito Marcos Tamoyo, na segunda-feira passada, foi considerado "justo e correto" por todas as partes envolvidas — ainda que os trabalhadores tenham reivindicado, no início, um salário fixo de 4 700 cruzeiros e uma melhora nas condições de trabalho.

Conjuntura Brasileira prossegue a publicação do dossiê sobre posições e propostas políticas de representantes de diferentes correntes da oposição ao regime ditatorial. Neste número reproduzimos os editoriais dos jornais Voz Operária, Unidade Proletária, Cadernos do CEAS, A Classe Operária, assim como 3 entrevistas sobre a proposta do Partido dos Trabalhadores.

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 154 - Janeiro de 1979

EDITORIAL

A Anistia, a Constituinte e o novo papel do Congresso eleito

O balanço político de 1978 é também, em larga medida, o balanço do governo Geisel, pois foi durante o ano passado que nosso país tomou finalmente conhecimento das anunciadas «reformas» propostas pelo regime. O ano de 1979 se inicia, assim, sem o AI-5, o que é uma boa coisa. Mas cabe desde logo uma pergunta: graças a que se conseguiu isto?

Para os porta-vozes do regime, a resposta é imediata: os sentimentos «democráticos» do ditador Geisel levaram-no a revogar o Ato 5 e a preparar, deste modo, o retorno do Brasil aos quadros democráticos. Para nós, comunistas, o problema se apresenta de modo distinto. Nem o Brasil ingressou num regime efetivamente democrático com a revogação do AI-5, nem essa revogação se deveu às boas intenções de quem quer que seja. A extinção do Ato foi uma vitória do movimento de resistência popular e das forças democráticas e oposicionistas, e correspondeu, portanto, a um recuo do regime.

É lógico, nestas condições, que Figueiredo chega ao poder numa correlação de forças diferente daquela que os demais generais ditadores encontraram. O movimento popular e democrático está em ascensão e a área de manobra do regime continua se reduzindo. O movimento oposicionista tem reunidas as condições que lhe permitem realizar novos avanços e impor novas derrotas à ditadura. O que é necessário para isso é que se mantenha e se aprofunde a unidade das diversas forças de oposição, em torno da questão central do estabelecimento de um regime democrático.

Avançar, neste momento, significa desenvolver a luta contra todos os dispositivos arbitrários que fazem parte do sistema jurídico legado ao país por 15 anos de regime ditatorial. Que Figueiredo procure agora um entendimento com a direção do MDB, não deve espantar ninguém: ele é forçado a fazê-lo, dada a vitalidade demonstrada pelo partido oposicionista nas últimas eleições. Mas qualquer entendimento que vise a conciliação nacional tem que se basear, preliminarmente, na votação pelo Congresso de uma anistia geral e irrestrita.

E na mobilização em torno de pontos concretos, ligados à luta pela democracia, que as forças oposicionistas ganham vitalidade, estreitam seus contatos com as massas populares e podem capitanear a formação de um bloco parlamentar democrático. Entre estes pontos, destacam-se ainda a meta da Constituinte e, em termos mais imediatos, o estabelecimento de uma legislação sindical adequada às necessidades de organização da classe operária na esfera reivindicatória, assegurando o direito de greve e o desenvolvimento de um movimento sindical livre da tutela estatal.

A questão da formação de novos partidos políticos apresenta-se, neste quadro, como um dos problemas essenciais da organização e do funcionamento democráticos do país. Não é possível haver democracia mantendo-se, ao mesmo tempo, restrições à livre organização das correntes políticas. Somos, dentro desta perspectiva, favoráveis à mais ampla liberdade de organização partidária. Queremos, de modo inequívoco, a legalidade de nosso partido, o PCB, e de todas as demais

forças e movimentos que queiram se organizar em moldes partidários.

Mas isto não significa que sejamos, agora, favoráveis à fragmentação do MDB, para permitir ao governo Figueiredo manobrar com possíveis divisões no seio das forças oposicionistas. O MDB, na medida em que congrega várias tendências de oposição, tem um papel a cumprir na atual conjuntura, que é o de levar adiante a luta parlamentar, ao mesmo tempo que contribui para reforçar a luta popular. Tentar organizar os novos partidos de imediato, ainda sob uma legislação arbitrária, é não só enfraquecer e dividir a oposição, como também aceitar o jogo do regime, que preferiria, sem sombra de dúvida, aviltar ele mesmo a criação das novas unidades partidárias.

Todas as tensões e dificuldades criadas e agravadas pelo regime ditatorial tenderão a se refletir no governo de Figueiredo, desde os seus primeiros momentos. Mas, para o novo presidente imposto à nação, parece que nada mudou. As consultas eleitorais de 74 e 78, em que o povo derrotou o regime nas eleições majoritárias para o Senado por ampla margem e demonstrou claramente que não aceita a atual política, não são, evidentemente, indicador de coisa nenhuma para a futura equipe governamental, cuja composição e cujos planos revelam que seu grande objetivo é persistir nas mesmas linhas.

Mas não é esta equipe, nem outra qualquer, que poderá deter a marcha do país no rumo da democracia. O povo e as forças oposicionistas sabem que, unidos, serão capazes de impor novas derrotas ao regime, até a sua liquidação final.

UNIDADE PROLETÁRIA

Nº28 ano-IV

ORGÃO DE UNIÃO E LUTA DOS TRABALHADORES. JANEIRO 1979

TAREFAS DA ATUAL SITUAÇÃO

O ano de 1979 vem marcado pelo agravamento da crise da ditadura militar e pelo re-
rescuscimento das lutas populares.

O regime experimenta hoje um isolamento crescente. A burguesia e as demais classes dominantes apresentam-se confusas, indecisas e divididas. Suas parcelas majoritárias já se deram conta de que, no pe em que esta, é impossível ficar. No entanto, não estão dispostas a darem satisfação aos anseios democráticos das massas trabalhado -

ras. Capitaneadas pela equipe Geisel-Figueiredo, realizam todo tipo de manobras e executam uma política de reformas de fachada, onde mudam a aparência para poderem seguir mantendo a essência repressiva do regime.

A oposição liberal burguesa que, nos últimos tempos veio se tornando mais incisiva e afastando-se progressivamente dos aenos da ditadura militar, embora siga ocupando o centro da oposição, revela dificul-

dades sempre maiores para conter a radicalização do movimento oposicionista e o fortalecimento da presença das massas na vida política do país.

Por outro lado, o movimento operário e popular da seguidas demonstrações de combatividade, realiza ações de grande envergadura e começa a acumular forças rapidamente. Suas aspirações democráticas crescem e se radicalizam e, por isso mesmo, levam-no a lutar de modo cada vez mais frontal e decidido contra o criminoso regime militar que esmaga a nossa gente.

Tudo aponta, portanto, no sentido do agravamento da crise da ditadura, que se verá acossada por graves dissensões internas e terá pela frente um movimento das massas populares em ascenso. Assim, avizinham-se grandes combates políticos e sociais.

CRISE

Esses combates, é claro, não estão decididos de antemão. Eles tanto podem levar ao fim da ditadura militar como podem redundar no seu fortalecimento. No caso do fim do regime militar, tampouco se encontra definido que é que o sucederá. Tanto pode surgir uma nova forma de dominação da burguesia, mais ou menos estável, como pode se dar a irrupção das massas trabalhadoras no centro da vida política do país, abrindo caminho para transformações revolucionárias profundas. O desenlace da crise depende -- e depende muito -- da clareza que as massas populares tenham de seus objetivos, assim como da energia e da direção de seus golpes.

As massas trabalhadoras necessitam por fim ao regime militar para poderem avançar rumo à sua libertação. Mas precisam não só por um fim à ditadura militar, como demolí-la até os seus alicerces. Dessa forma, para as massas trabalhadoras, não é indiferente se o fim da ditadura se dá dessa ou daquela maneira, se é fruto de uma composição de novo tipo entre as diversas forças burguesas ou de uma luta revolucionária, se é obra da oposição liberal burguesa ou do próprio movimento popular.

Pois, pela mão dos liberais, o deslocamento da ditadura militar significará a manutenção do máximo de aparelho e de legislação repressiva e o mínimo de liberdade para os trabalhadores. Apenas pelas mãos do movimento operário e popular poderá se dar uma derrubada verdadeiramente revolucionária da ditadura militar, que leve o mais longe possível a destruição do aparelho repressivo da burguesia e que, portanto, nos aproxime o máximo possível de uma verdadeira democracia e do socialismo -- onde o povo, participando realmente de todas

as atividades do Estado, goze de efetiva liberdade e tome em suas mãos seu próprio destino.

FRENTE POPULAR

Nessa medida, é indispensável construir uma ampla e sólida Frente Popular, composta fundamentalmente pelo proletariado, pelo campesinato e pela imensa maioria da pequena burguesia urbana, na luta pela derrubada da ditadura militar e por uma alternativa popular. Comunistas, reformistas, populistas revolucionários, sociais-democratas, "autênticos", a ala esquerda do antigo trabalhismo, cristãos progressistas, independentes de suas divergências ideológicas, filosóficas, religiosas e programáticas, podem e devem se unir estreitamente para impulsionar a derrubada da ditadura militar e a constituição de um Governo Popular, que promova a liquidação do regime, destrua os aparelhos repressivos, puna exemplarmente torturadores e assassinos e garanta as mais amplas liberdades democráticas para as massas.

TAREFAS

A construção da Frente Popular é uma tarefa atual, para a qual devem contribuir todas as correntes que fazem parte do campo do povo. Os comunistas devem buscar ocupar a primeira linha no cumprimento dessa tarefa, destacando-se como os mais ardorosos defensores dos interesses da classe operária e da unidade do campo popular.

No atual momento, a questão básica reside em levar a idéia da necessidade da Frente Popular a virar uma exigência crescente das massas de trabalhadores, especialmente de suas camadas mais ativas, aquelas que vem sustentando a maioria dos combates atuais.

Para isso é fundamental multiplicar cada vez mais as iniciativas de lutas sustentadas pelas correntes populares, isolando cada vez mais o regime militar, aumentando a indignação e o ódio das massas contra ele e levando-as, em cima de sua experiência, a desejarem o seu fim com todas as suas forças. Ao mesmo tempo, devemos estimular o conjunto das forças populares a desencadearem ações unitárias e a responderem conjuntamente a cada arbitrariedade do governo. Panfletos, proclamações, atos de protesto, manifestações de massas, etc, devem ser organizados de modo a atrair o conjunto das forças populares, construindo assim de modo progressivo sua unidade de ação em termos práticos.

No interior do MDB, é muito importante formar um bloco de parlamentares populares

que utilize o parlamento como tribuna para ampliar o raio das denúncias contra o regime e que, por todos os meios, procure reforçar o desenvolvimento do movimento popular. Mas é indispensável também -- e urgente -- ampliar o espaço das forças populares ao nível dos diretórios locais da agremiação oposicionista legal. Nesse sentido, as correntes populares devem lançar-se numa ampla campanha de filiação no MDB, procurando ocupar e abrir o maior espaço possível para sua ação nesse terreno. Essa filiação não deve ser molecular, mas ampla. E será tanto mais ampla, quanto mais os setores populares forcem os próprios setores "moderados" a aceitarem, contra a sua vontade inclusive, que a filiação seja feita amplamente. Assim, ficará mais difícil para os liberais manobrar e os setores populares terão melhores condições de ocupar espaços.

A unidade do campo popular exige também, como condição para sua realização, o desenvolvimento das relações políticas entre os partidos e organizações clandestinas e as correntes legais do campo popular. É claro que a unidade se realizará fundamentalmente pelas bases. Mas é indispensável que as direções representativas dos diferentes partidos, organizações, correntes, etc, comecem a vencer os obstáculos existentes, reúnem-se e tratem de se por de acordo para impulsionar a luta comum.

DESMASCARAMENTO

O fortalecimento da idéia da Frente Popular nas massas trabalhadoras se apoia na radicalização da luta contra a ditadura e exige um permanente processo de desmascaramento da incoerência e da vacilação dos liberais.

Porém é preciso desmascarar os liberais corretamente, com base em fatos concretos que estejam sendo observados pelas massas, e sabendo tomar a iniciativa política a todo momento. Alguns companheiros, erradamen-

te, pensam que desmascarar os liberais é algo simples, que se resolve automaticamente com tres coisas: declarar sempre que os comunistas pensam diferente dos liberais e que os liberais não defendem os interesses das massas; passar bem longe dos liberais para não ser confundido com eles; e impedir que eles cheguem perto das massas para não confundí-las. Essa trindade pode tranquilizar certos companheiros, mas não tem serventia nenhuma.

Se os liberais precisam ser desmascarados é porque amplo setor das massas ainda não percebeu que a política dos liberais não serve a seus interesses e não os considera como adversários ou inclusive, si simpatiza com eles. Não há outro caminho para inverter essa situação senão o de esclarecer com paciência e perseverança o povo, apoiando-se em fatos atuais e ao alcance de todos.

O fundamental, porém, é que saibamos tomar a iniciativa da luta contra o regime e que golpeemos firmemente a ditadura, obrigando os liberais a correrem atrás dos fatos. Se o governo pratica uma arbitrariedade e os comunistas denunciam prontamente o ocorrido e suscitam a indignação das massas, os liberais se verão em maus lençóis para conciliarem. E, ao tentarem fazê-lo, darão elementos muito mais nítidos para serem desmascarados. Por outro lado, se um liberal se engaja numa luta de massa, não é preciso se afobar, querendo botá-lo para fora imediatamente ou soltando o cacete antes mesmo que ele tenha aberto a boca. Os liberais, por mais hábeis que sejam, não deixam de ser liberais, e através de sua prática demonstrarão isso, tratando de impedir que as massas lutem firmemente por seus interesses. É então que devem ser desmascarados.

Se não agimos assim não auxiliaremos os trabalhadores a se libertarem da influência dos liberais e teremos dificuldades extras para fortalecer a construção da Frente Popular.

os cadernos do ceas são uma publicação bimestral do centro de estudos e ação social - ceas -, que apresenta, comenta e analisa a realidade brasileira, e acompanha a luta dos brasileiros por direitos humanos, liberdades democráticas e melhores condições de vida, tendo em vista a ampla participação das classes populares na construção de uma sociedade independente, livre e justa.

o ceas é uma entidade fundada e mantida por jesuítas. a equipe de redação conta com a participação de várias pessoas que partilham dos objetivos acima.

CADERNOS DO CEAS N.º 59 JAN/FEV. 1979

Chegamos assim ao ano de 1979, constatando a evolução da conjuntura brasileira, as várias perguntas que hoje se põem no âmbito da oposição e o reflexo que tudo isso provoca na revista, estimulando o aprofundamento de nossa visão comum e o seu desenvolvimento segundo nossas preocupações diferenciadas e as várias saídas que as oposições propõem. Sem dúvida nenhuma, constatamos o avanço da oposição popular, dentro, porém, de níveis bem diferentes e de uma grande diversidade que espelha a complexi-

- EDITORIAL -

dade da realidade brasileira. A repressão continua bem presente procurando uma certa elasticidade que lhe permita manter o controlo da situação. De um lado surgem novas formas e iniciativas de resistência popular, aumenta a consciência de oposição da sociedade civil ao regime, multiplicam-se os movimentos sociais, certa pastoral consegue abrir-se sempre mais aos verdadeiros interesses dos trabalhadores, setores de classe média somam forças na frente ampla de oposição e mesmo setores das classes dominantes, ou seus representantes, mostram disposição de mudar o regime (dentro, evidentemente, de suas perspectivas). Do outro lado, nesta situação, surgem várias perguntas e problemas debatidos sobretudo no âmbito dos intelectuais progressistas e dos setores intermediários mas também de algumas lideranças populares, como os problemas da democracia, da organização e unificação da oposição, da frente democrática, do partido popular que sobre várias interpretações e propostas e, no âmbito da igreja, o velho e sempre novo problema do conteúdo político da pastoral.

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 133

JANEIRO de 1979

ANO XIV

TUDO COMO DANTE...

Sem impactos nem surpresas, o general Figueiredo anunciou a formação do ministério que, com ele à frente, assumirá os postos da Administração Federal a partir de 15 de março. A nova equipe ministerial não chega a ser propriamente nova. Compõe-se, na sua maioria, de nomes conhecidos, já experimentados e desgastados em governos anteriores. Gente calejada na velhacaria política, no dispêndio abusivo do dinheiro público, na manipulação de dados estatísticos, no entreguismo desavergonhado. Todos afeiçoados ao regime de arbitrio.

É um ministério à imagem e semelhança do general contratado para a "presidência" da República pelos dois chefes de clans — Médici e Geisel — que maiores crimes cometeram contra a democracia e o povo brasileiro. Já na indicação dos governadores e senadores biônicos aparecia uma ponta do acordo entre essas duas principais camarilhas militares, do qual resultou a escolha de Figueiredo. Agora tornou-se ainda mais evidente. Lá estão, lado a lado, Delfim e Simonsen; Andreazza e Golberi; Elizeu Rezende e Karl Rischbieter; Cesar Cals e Ramiro Guerreiro; homens que serviram e estão ligados a uma das duas camarilhas dominantes. Na atual equipe, não faltaram, em bom número, membros das Forças Armadas. Dez dos ministros são militares da ativa ou reformados.

Quem aninhou esperanças de renovação no governo do ex-chefe do SNI deve-se sentir bem frustrado. A renovação não passa de simples repetição, a mesmíssima coisa do passado recente. Figueiredo não vai além do continuísmo e da mediocridade. Não há dúvida: a orientação econômico-financeira, calamitosa, será mantida e com mais rigor contra os interesses da nação; acentuar-se-á a dependência ao capital estrangeiro; a contenção dos salários com a redução progressiva do poder aquisitivo das massas prosseguirá, passo a passo com o suposto combate à inflação que, hoje, tem como uma das causas fundamentais a emissão maciça para garantir o aumento das reservas cambiais, suporte das dívidas externas em aumento; a agricultura aplicará o slogan delfiniano "exportar é a solução", havendo mais incentivos ao latifúndio aburguesado, agora com a participação maior do capital estrangeiro. A "privatização" anunciada renuncia mais acelerada desnacionalização da economia brasileira.

O ministério, um dos mais reacionários e inexpressivos, sob o comando de Figueiredo e Golberi, tem, assim, por missão principal seguir a trilha dos anteriores governantes de tão funestas conseqüências para o país.

No entanto, face ao crescimento da oposição e à precariedade de sua base de apoio, Figueiredo tentará "fazer política". Para isso incluiu na pasta da Justiça o sr. Petrônio Portela, o homem do "diálogo" de Geisel, o pau-para-toda-obra, o faz-de-conta-que-é-ele-quem-faz. Nessa pasta, jogará com as cartas marcadas da "conciliação nacional" e do "entendimento em alto nível" de inspiração do serviçal da Dow Chemical Co. Sua tarefa é entreter e buscar dividir os adversários do governo, ganhar tempo, posando de democrata, a fim de que se consolide o esquema arbitrário da sucessão, montado com o "pacote de abril".

Nesta ordem de idéias figura a chamada continuação das reformas constitucionais. Prevê-se a concessão de uma pseudo-anistia, restrita e negociada, que manterá nos cárceres e no ostracismo inúmeros patriotas e democratas. Fala-se na fixação de eleições diretas para o futuro (como falava Geisel no início do seu governo); na derrogação da Lei Falcão; na limitação do mandato dos senadores biônicos. Isto no quadro da emendada e remendada Constituição de 1967/69. Tudo ficará como está até... 1984 ou 1985! Os atos e leis de exceção, a começar pela própria Carta em vigor, imposta por uma Junta Militar, assim como seus complementos reacionários, serão conservados ou mudados apenas na forma.

Nada, porém, salvará do fracasso e da derrocada o governo de Figueiredo. A indicação do seu ministério já suscitou reservas e descontentamentos na área política. E as massas manifestam cada vez mais sua firme decisão de lutar por seus direitos e suas reivindicações mais sentidas. Só os cegos não vêem que são os generais retrógrados que dão as cartas, que põem e dispõem a seu talante dos destinos do país, a serviço da reação interna e dos monopólios estrangeiros. E quanto mais insistem em tutelar a nação, mais se acumulam as dificuldades, mais duras são as condições de vida do povo, mais o Brasil afunda-se na dependência e na crise.

A nação exige mudanças de profundidade e não aceita os planos continuístas do regime militar. Não admitirá as manobras de protelação e de conciliação. Nem a permanência por largo tempo no Planalto, nas governanças estaduais e no Senado de intrusos da pior espécie. Por isso, erguerá mais alto ainda a bandeira da luta pela liberdade política, pela anistia geral e irrestrita, pela abolição imediata de todos os atos e leis arbitrários. A convocação, por um governo democrático provisório, de uma Constituinte livremente eleita continua na ordem do dia.

Figueiredo e seu ministério terão o fim que merecem — serão destroçados pela ação das grandes massas, da oposição democrática que há de se ampliar e fortalecer.

Um povo que combate por seus direitos acabará triunfando.

Esses problemas todos, se de um lado são, dentro da equipe, balizados pela nossa compreensão comum que transparece nesse editorial, encontram equacionamentos com inflexões diferenciadas. É nesse quadro que a revista, sem ter soluções pré-fabricadas, pretende desenvolver seu trabalho pela participação popular. Será necessário enriquecer a discussão dos vários problemas não transformando a revista numa revista de debate, mas aprofundando linhas e propostas e dando o nosso parecer. Acharmos isso possível respeitando e aproveitando nossas características de grupo diferenciado, que não é nem pretende ser partido, e que guarda também uma ligação com a problemática pastoral. Não ter uma "proposta própria", em sentido estritamente político, não significa necessariamente quedar-se em omissão, ou privar-se de eficácia ou ficar politicamente indefinidos. Vários são os níveis e as possibilidades de uma solidariedade efetiva com as classes trabalhadoras.

Explicitando melhor nossa orientação, consideramos fundamental continuar apoiados no critério da prática histórica: da situação concreta, das condições de vida, da resistência, da luta das classes populares. É importante, porém, esclarecer a expressão "classes populares", bem ampla e sujeita a diferentes interpretações. Deve ser melhor definida no sentido de considerar os trabalhadores, aqueles cujos sustentos basicamente provêm da venda ou emprego da força de trabalho: operários, lavradores, domésticas, lavadeiras, comerciários, funcionários não qualificados, etc. A coerência com este ponto de referência fundamental é algo que nos desafia continuamente, a nós de classe média, que podemos descambar tanto para o "purismo", o "sectarismo", o "obreirismo", como para o "populismo" ou a "conciliação".

Pretendemos continuar apoiando a luta por uma democracia real (em contraposição à relativa), onde as classes trabalhadoras tenham efetiva participação, isto é, possam de fato assumir a direção do movimento geral da sociedade para garantir a predominância de seus interesses. Isso significa lutar pela ampliação da oposição popular, pelo aumento de sua influência na sociedade como um todo e pelas condições que possam garantir esses desenvolvimentos.

Nesta perspectiva, quanto à criação de novos partidos, achamos que não é ainda tarefa primeira; mais importante é continuar no esforço para elevar a consciência e a organização das classes trabalhadoras, aqui também colocando como preocupação fundamental a da direção do movimento dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Na conjuntura que apresenta várias propostas, achamos importante não se fechar, mas abrir espaços — quanto possível — para que as propostas sejam debatidas, se enfrentem e não se ocultem as divergências. O mais prejudicial seria, em nome de análises abstratas ou de falsos purismos, fechar espaços, isolar-se, criar falsos inimigos, ou falsos adeptos...

Achamos também que nos cabe contribuir para ampliar horizontalmente a visão que existe da oposição popular, evitando o erro de só considerar setores avançados da oposição, mesmo que sejam pontos fundamentais de referência. Não existem somente as greves dos operários de S. Paulo: há a situação, a resistência e a luta dos operários das outras cidades, em particular, do Nordeste. Não existem somente os operários, existe a grande massa dos camponeses que resistem no campo. E assim por diante. Trata-se de conhecer sempre mais a complexidade da situação para efetuar uma análise correta, ajudando para ampliar os canais de comunicação e de encontro.

Quanto ao problema mais pastoral, a revista pretende não se omitir na consideração de uma perspectiva de fé, desde já pensando que as pastorais sociais das igrejas só serão um serviço válido na medida em que, longe de organizarem, apoiem instrumentos de organização autônoma do povo trabalhador, sem se fechar em suas próprias estruturas ou amarrarem outras.

São algumas linhas gerais de trabalho que podem orientar a nossa revista neste aniversário dos 10 anos. Em síntese, nossa colaboração será possível na medida em que soubermos acompanhar a prática dos trabalhadores e nos deixarmos questionar por ela. Na medida também em que os trabalhadores desenvolvam seu nível político e lideranças capazes de responder às questões postas pelo movimento popular.

Partido dos Trabalhadores

A proposta de criação de um partido dos trabalhadores no Brasil finalmente recebeu a chancela oficial do meio sindical. Intensamente debatida desde a época em que o governo aceitou com a possibilidade de criação de novos partidos, a proposta desaguou no IX Congresso das Entidades Sindicais dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado em Lins, de 22 a 26 de janeiro. Ela foi apresentada por Benedito Marcílio, presidente do sindicato de Santo André (recentemente eleito deputado federal pelo MDB, com apoio da Convergência Socialista), e aprovada pela quase unanimidade dos 210 delegados que representavam os 38 sindicatos de metalúrgicos espalhados por todo o Estado. (...)

Os votos contrários vieram da delegação dos metalúrgicos de Santos, cujo sindicato é presidido por Arnaldo Gonçalves. Segundo ele, "os trabalhadores ainda não têm organização nem liberdade para criar um partido", por que no atual momento político a manutenção da federação de oposições dentro do MDB ainda representa o melhor caminho para a luta pela democracia. ISTOÉ 31/01/1979

Lula Metalúrgicos de São Bernardo

— Você tem insistido muito na necessidade do Partido dos Trabalhadores ter uma definição ideológica. O que seria esta definição?

— Eu tenho evitado a todo preço deixar sair da minha boca ou da de alguém, uma definição ideológica de um partido que ainda sequer foi debatido com a base. Seria muita petulância de um dirigente sindical tentar definir esta questão antes de levar um debate com a classe trabalhadora, um debate dentro das fábricas etc. A gente não pode jogar já a definição para que depois o trabalhador apenas aceite esta formulação.

— Mas neste processo de discussão que virá, como você, individualmente, se definirá?

— Eu acho que se a gente debater com os trabalhadores, sem dúvida alguma, o programa que eles formularem será um programa de tendência socialista.

— O que você descreveria como os traços gerais de um programa socialista?

— Mais uma vez eu sou obrigado a me segurar e não avançar aquilo que eu acho. Antes que o debate se desenvolva nas bases e antes que o grupo de companheiros-dirigentes sindicais que vem lançando a ideia chegue a um consenso, eu não me atrevo a avançar sob pena de quem assim fizer, estar correndo na frente tentando influenciar os demais companheiros. E breve a opinião pública poderá ter conhecimento de algo mais concreto, pois a partir do momento em que o processo de

discussão nas bases se desenvolver em alguns estados, é a coisa for colocada no papel, estes companheiros destes estados, eu não tenho dúvida, chegarão a um consenso sobre um partido que atenderá muito mais aos trabalhadores do que qualquer outro partido tenha feito até hoje. Assim as definições deste partido, seu programa, sua linha socialista terão que vir não de algumas

— Há um ano atrás, numa de suas primeiras entrevistas você roçou na questão do socialismo e deu como exemplo a Suécia. Hoje, você mantém esta posição?

— Não, não... o problema é o seguinte (num sorriso irônico): sempre houve uma preocupação dos companheiros da imprensa em arrancar uma definição ideológica de mim. Ocorre que a definição ideológica de uma pessoa não está naquilo que a pessoa teoriza, mas está no que ela pratica, nos seus atos. Eu lembro bem da revista onde saiu isto, do dia em que a entrevista foi feita: a pessoa perguntava para mim minha posição e tal; aquele negócio todo, e eu não queria dizer; então perguntou se era um socialismo como o da Suécia e tal. E eu disse: é isso aí... e saiu na matéria, e tudo bem (sorrisos irônicos novamente). Agora, pela experiência que a gente tem de conversas com dirigentes sindicais alemães e suecos vemos que lá o socialismo já deixou de ser o que, pelo menos, talvez fosse no começo; para que o capitalismo vá avançando nestes «socialismos democráticos». Assim o que a gente percebe é que o capitalismo lá é tão explorador quanto o capitalismo daqui.

— Como você vê a presença de Joaquim, do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e maior pelego da América Latina, no Congresso de Lins aprovando a tese do Partido, nas suas declarações pela social-democracia, no seu advogado agora compondo o Secretariado de Maluf etc. Enfim, não será ele quem, em sintonia com o Planalto como parece, capitalizará esta proposta de partido?

— Eu não sei se o partido que o Joaquim quer criar ou participar é o mesmo que eu estou tentando jogar para discussão junto aos trabalhadores. O Joaquim tem falado muito na social-democracia e eu acho que aí seria apenas mais um partido de participação do trabalhador. Ocorre que o trabalhador não está precisando apenas de participar; ele já participa da miséria do País. O que ele precisa é de um partido onde ele seja parte integrante, onde ele seja ativista deste partido, onde ele exerça de fato o poder de decisão, de eleger candidatos, onde ele seja maioria ou coisa parecida. Isto é diferente de um partido onde esteja Joaquim, Maluf, Paulo Egidio etc. Não deve ser um partido de conchavos, mas um onde realmente participe aquele que nunca participou senão como instrumento de manobra na vida política brasileira, o trabalhador.

— Como você responderia às críticas de obcecismo que alguns têm feito à proposta de Partido dos Trabalhadores?

— Há muita gente que não é trabalhadora querendo saber se vai ou não participar deste partido. Parece até que não se sabe o que é trabalhador. Ora, se 80% ou mais dos brasileiros são trabalhadores então estas teorias sobre obcecismo devem estar vindo é da burguesia nacional que sempre deteve o poder político neste País, na maioria das vezes mancomunada com própria capital multinacional. Só a partir do programa é que estas críticas poderão ser debatidas. Mas já adianto que um partido como o que queremos dificilmente terá lugar para quem é empregador.

— E as críticas de que este partido correria o risco de vir a ser um partido sindicalista?

— Olha, este partido não está se desenvolvendo dentro dos sindicatos. Os dirigentes sindicais enquanto cidadãos têm direito de falar em política e articular partidos. O que deve estar estranhando a muita gente é que um grupo de dirigentes sindicais não mais quer ser instrumento de ninguém. E assim, ao invés de pedirem que alguém faça por eles, eles próprios estão assumindo e fazendo. O partido que queremos não é sindicalista, porque será uma extensão do trabalhador, e não do sindicato, no plano político. As coisas devem ser separadas. Há questões que são do sindicato e questões que são propriamente políticas e que cabem ao partido. Os sindicatos não devem estar ligados ao partido.

— Você reconheceria algumas proximidades ou distâncias com relação as propostas de partido na praça. PTB de Brasília, PS como propõem Almino e outros, etc?

É difícil dizer, pois ainda não vi nada de concreto deste tal de PS do Almino que você falou, nem do Partido Popular que alguns autênticos têm falado. Mas a discussão é obrigatória, e eu acho que pode haver várias coincidências quando a gente se junta para debater. A discussão é obrigatória entre os vários setores e somente a partir dela é que se poderá ver as coincidências ora o PS ou com o Partido Popular. (...)

— Como você avalia o MDB?

— Apesar de ter alguns deputados bem afinados com as lutas da classe trabalhadora, o MDB é um partido muito mais de cúpula, onde as decisões são tiradas em termos de meia dúzia de pessoas. Acho muito difícil dentro do MDB trabalhar por um partido novo. (...)

— E por quê não, lá dentro, tentar formar com eles um bloco?

— O partido não ajuda. Veja a posição que o MDB assumiu no caso das greves. Nada disse, ficou alheio e depois vem o Franco Montoro propor um abono de 10% como se fosse uma grande coisa para a qual não estivéssemos atentos. No caso da Light, não tomaram posição nenhuma e depois

vieram propor uma CPI, que a gente sabe que só serve para promover quem a faz, e não para discutir. Além disso, antes das eleições prepararam o pluripartidarismo. E agora? Para mim foi com muita estranheza, com muita estranheza mesmo, ver o MDB agora dizer que quem quer criar partido está fazendo o jogo do governo. Sinceramente eu tenho minhas dúvidas se esta tentativa de unificação é que não é fazer o jogo do governo. O MDB tem interesse em estar cego para negociar com o governo. Então eu estou disposto a continuar falando destas coisas, jogando isto para o MDB; e acho que temos direito de pleitear algo melhor, que temos direito ao pluripartidarismo.

— O Marcelino, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André declarou-se favorável à que inicialmente se

criasse no MDB uma comissão consultiva futura no Partido dos Trabalhadores. O que você acha desta proposta?

— Eu acho que quem está dentro do MDB deve continuar atuando lá dentro na medida em que se trata do único canal de oposição legalmente reconhecido enquanto partido. Mas há vários setores da sociedade que não estão ligados ao MDB e que no entanto na época das decisões se ligam ao único canal de oposição legal que existe. A partir daí eu acho que quem quiser se ligar ao MDB deve fazê-lo. Mas eu acho que é um caminho muito difícil de criar um partido, primeiro sair do MDB e em seguida ir para o MDB para então lá tentar criar o partido. O caminho mais fácil é você, que já não está na coisa, tentar criar uma coisa nova.

15 e 21 fev. EM TEMPO

partir daí não podemos cercear o direito à participação de ninguém. E o que é fundamental, o respeito ao programa, será zelado por uma Comissão de Ética que tomará as providências em caso de transgressão.

— Não por exemplo, em Lins, terminou fazendo nívelação por baixo com os pelegos em duas questões: aprovação de delegados sindicais e não de comissões de fábrica, e a manutenção do imposto sindical.

— Eu acho que não. No caso do delegado sindical, desde que as bases nas fábricas sejam politizadas elas não aceitarão qualquer delegado que o sindicato nomear. Já no caso do imposto, é uma questão de tática. A maioria dos sindicalistas seria contra a extinção pura e simples do imposto. Poucos aprovariam a medida. Portanto o que fizemos em Lins foi sábio: atacamos o mal, o imposto, denunciando-o, e apontamos para um caminho gradativo de extinção cujo primeiro passo seria a transferência de todo o dinheiro arrecadado para os sindicatos.

— Para quando você prevê este desfecho?

— Isto ainda demora. As reformas políticas que alteraram a legislação partidária não satisfazem. Portanto há necessidade de uma frente de oposição contra a atual legislação restritiva e cupulista. Pois o partido tem que nascer de baixo para cima. Portanto é imperioso lutar pela anistia, pela liberdade partidária, que resultariam numa Constituinte livre e soberana. Enquanto isto não ocorrer, é continuar articulando nas várias categorias. Em maio, haverá o Congresso Nacional dos Metalúrgicos; já há adesão nos Petroleiros, Bancários e Químicos.

— Como você rebate as críticas que vêm sendo feitas à proposta?

— Estão dizendo que novos partidos somente depois da democratização. Mas eu pergunto: de que vale uma Constituinte sem novos partidos? Nada. Nós já estamos prevendo uma Constituinte vindo por aí, de cima para baixo, com os trabalhadores assistindo como já ocorreu de outras vezes na história do país. Portanto é fundamental hoje a luta pelo surgimento de novos partidos, e é isto que estamos fazendo com o Partido dos Trabalhadores.

17/21 Fev.

Oposição Sindical Osasco

Zé Pedro e João Joaquim

O Partido dos Trabalhadores, «PT», foi um dos assuntos principais do Congresso dos Metalúrgicos realizado na cidade de Lins. O que foi surpresa para os próprios trabalhadores foi os mesmos não terem sido consultados nem terem participado de discussão alguma sobre o assunto.

Quem é contra um partido verdadeiramente dos trabalhadores? Que nasça das lutas concretas do dia a dia — luta por melhores salários e condições de vida, luta como a do movimento do custo de vida, contra o arrocho, luta para quebrar a estrutura sindical, que enfim, por incrível que pareça é o suporte da maioria dos sindicatos que estão defendendo esta proposta de partido?

Muitos erros foram cometidos no passado. Erros que custaram caro à classe operária, que levaram a anos de retrocesso na luta por nossa liberdade, erros que terminaram em dar uma alternativa falsa para os trabalhadores, que podemos, por exemplo, localizar no PTB, no não-combate à CLT, na manutenção da estrutura sindical, no populismo enfim.

Não precisa ser bido para saber que se repete agora mais um engodo, embora haja pessoas que estão bem intencionadas. Mas, nos parece que, assim mesmo equivocadas, esquecendo de um passado não muito distante.

Temos muito respeito por uma meia dúzia de «autênticos» que nos parece fazer um trabalho muito sério dentro de seus sindicatos. Mas colocamos para estes companheiros uma crítica construtiva, de que seriam perdováveis cometer os mesmos erros do passado.

A maioria da cúpula sindicalista que está nesta articulação de PT é bem conhecida pelo seu passado e pelo seu presente, que sempre foi de tração e sedução da classe operária. (..)

Na sua grande maioria estes sindicalistas defendem a conciliação entre o trabalho e o capital. Como pode se dar esta conciliação se os patrões só pensam no lucro, para isto não importando exploração, prender e matar. Veja os casos mais recentes.

Apesar de se dizer que no PT não vai ter a participação dos patrões, qual a diferença entre Joaquim e Vidigal, ou qualquer outro patrão?

Ora companheiros, não devemos ser secretários, mas também não devemos entrar de gaiatos. Vejamos a história de nossa classe: qual a participação que ela vai ter neste partido o trabalhador? Um partido que tem na sua cúpula Joaquim Andrade, Argeu, Cid, Henos Amorina, Paixão e outros?

Falamos isto por conhecermos as suas práticas anti-democráticas dentro de suas bases, fazendo delas seus feudos, negando a verdadeira alternativa de base de um sindicalismo livre que são as comissões de fábrica — porque aí não dá para eles controlarem.

Por isso, quando se fala em «PT» com dirigentes desse naipe os trabalhadores ficam com um pé, ou porque não tiver, com os dois pés, atrás. Isto porque, no nosso ponto de vista, um partido de trabalhadores é realmente necessário, mas tem que nascer de baixo para cima, de discussões feitas nas bases, com trabalhadores de todas as categorias, com um programa que venha realmente de encontro com os verdadeiros anseios da classe operária. Com representantes dos grupos de fábricas, com a verdadeira representação e que esse partido tenha como ponto principal a defesa de um sindicalismo livre da tutela do Ministério do Trabalho e a participação, verdadeira, de todos os trabalhadores na vida política, econômica e social do País.

Seria importante que todas as lideranças operárias se manifestassem dando sua opinião.

EM TEMPO 33. 01 e 07/03

Marcelino

Como surgiu a proposta de um Partido dos Trabalhadores que, do Sindicato de Santo André, apresentaram no Congresso de Lins?

— A ideia de apresentar a tese surgiu a partir das Assembleias Gerais promovidas pelo Sindicato, para discussão de temas e retirada dos delegados. Os trabalhadores têm que levantar suas bandeiras de luta no plano político e para isto precisamos de um partido.

— Esperava encontrar resistência, pois não havia precedente. Assim, pensamos em levar a tese para polemizar e lançar a discussão. Foi uma surpresa, o apoio extraordinário que encontramos.

— Não te parece que este apoio se deva ao Joaquim e ao Argeu da Federação, e que estão com propósitos bastante distintos dos autênticos desta discussão?

— Não, eu acho que não, pois o Joaquim não foi contra nem a favor; ele simplesmente votou, e o conteúdo me causou alegria.

É possível marchar com o Joaquim

— Mas são cobradas as diferenças entre vocês e os pelegos neste debate. Ou você não reconhece isto?

— Eu acho que é possível marchar juntamente com o Joaquim e o Argeu, porque um partido tem que ter a direita, o centro e a esquerda. Todo partido é uma aglutinação de várias forças respeitando a linha programática. Nunca um partido tem só uma ala esquerda, esquerda etc.

— Mas para que veja, então este partido não seria melhor que o MDB, pois «trabalhadores» como o Joaquim são iguais ou piores que um Chagas Freitas...

— Não, o partido seria superior ao MDB pois defenderia pontos além das liberdades democráticas, defenderia a transformação social do capitalismo.

— As declarações e a prática do Joaquim não querem dizer muito. Todos nós temos o direito de errar. Também a presença, a nos rondar, de Maluli e outros não é o fundamental. O partido terá que ter diretrizes, e a

Petrolistas não querem Ueki na Petrobrás

CIRCULAR: 05/79 (12/Jan) Companheiros,

Na reunião dos Sindicatos de Petróleo e Petroquímica realizada segunda-feira (29/1/79) no Rio de Janeiro, com a presença de 15 Sindicatos (ausente o Sindipetro Manaus), resolvemos nos pronunciar contra a indicação do atual Ministro das Minas e Energia, Sr. Shigeaki Ueki, para a Presidência da Petrobrás, muito embora saibamos que pelas características de todo regime forte, os trabalhadores e o povo nunca são chamados a opinar em questões que principalmente lhes são afetas. Mas devido a gravidade das intenções de privatização (venda para empresas particulares) das subsidiárias da Petrobrás, não podemos nos calar.

Durante o lançamento do Polo Petroquímico no sul do País, várias foram as declarações de que a iniciativa privada nacional, não tinha meios e recursos para assumir o controle e investir em vários setores essenciais da Economia Brasileira. Ora, essas são palavras do próprio governo e de lá para cá não vimos mudanças que modificassem essa realidade.

Como então passar para as mãos de empresas particulares nacionais, as subsidiárias da Petrobrás?

Está claro que fatalmente cairão essas empresas nas redes das multinacionais, aumentando ainda mais o índice de desnacionalização de nossas indústrias e numa área conceituada pelo próprio governo, como de segurança nacional.

No que toca mais diretamente aos trabalhadores, alega o atual Ministro que as demissões foram necessárias para aumentar a produtividade da empresa. Ora, sabemos nós que a produtividade de uma empresa aumenta muito mais com a modernização dos equipamentos, instrumentos industriais, novas técnicas, etc, do que com a redução de mão-de-obra. É mais falso ainda tal argumento, quando qualquer um trabalhador do Complexo Petrobrás sabe que a redução do quadro de trabalhadores das empresas do Complexo Petrobrás, vem sempre acompanhada de um forte aumento das empresas prestadoras de serviços (empreiteiras). Os trabalhadores (principalmente os não qualificados) vivem constantemente assustados com as ameaças de redução do quadro, sendo esse o clima geral reinante nas empresas do Complexo Petrobrás.

Por temer, companheiros, que a nossa situação, que já não é boa, piore e que assumamos a luta em defesa da não privatização das subsidiárias da Petrobrás (anexo notícias).

Compareça à Assembleia dia 2/1/79 (sexta-feira) pela gratificação de férias e pela Recomposição Salarial, que ao término dela, aprofundaremos o debate em torno da não privatização.

Companheiros, discuta na sua seção sobre a necessidade de todos comparecerem à Assembleia.

Venha amanhã de carro e transporte os companheiros.

Não existe reivindicação sem mobilização

ILDO PINHEIRO DA SILVA
Presidente

JOÃO CARLOS ARAUJO SANTOS
Secretário Geral

Vitória combativos do Sindipetro

A Chapa-1 para o Sindipetro-MG, que apresentou o programa mais combativo, ampliou sua votação no segundo turno para 333 votos. No primeiro turno a Chapa-1 alcançou 289 votos, mas faltaram 17 votos para a maioria absoluta.

As chapas 2 e 3 tiveram suas votações diminuídas. A Chapa-2 baixou de 117 para 71 votos e a Chapa-3 baixou de 90 votos para 45.

A posse da nova diretoria será no dia 12, sexta-feira, às 20 horas, no Sindicato dos Bancários, e contará com a presença dos Sindipetros mais combativos do país e de outros sindicalistas. O presidente eleito, o operador Wagner Benevides, conclamou todos os petroleiros a "cerrarem fileiras com o sindicato para lutarmos por maiores conquistas para nossa categoria".

Na entrevista abaixo, Wagner Benevides anuncia o que fará no Sindipetro.

JORNAL — A que você atribui o aumento da votação da Chapa-1 do primeiro para o segundo turno?

WAGNER — Após o primeiro turno, quando obtivemos mais votos que as outras 2 chapas juntas, mas não atingimos a maioria absoluta soltamos um boletim reafirmando o nosso programa. Desse modo, mais companheiros viram que o caminho que defendemos é o melhor.

JORNAL — Como vai ser a posse no dia 12?

WAGNER — Convidamos os Sindipetros de Campinas, Cubatão, Mauá e o Sindiquímicos de Duque de Caxias e os sindicatos dos Jornalistas de MG, Metalúrgicos de Monlevade, Fumageiros, Alfaiates, Gráficos e Assistentes Sociais de Minas entre outros. Após o ato político da posse, daremos um chopinho.

JORNAL — Quais dos primeiros passos que a nova diretoria dará?

WAGNER — No dia 29 deste mês, viajo para Campinas, Cubatão, Mauá e Duque de Caxias para acertar com os sindicatos irmãos uma ação

comum, a nível nacional, para as lutas que desencadearmos a partir de março.

Nossas primeiras lutas serão: — para não ser descontado o adiantamento da PL (participação nos lucros); — por um aumento geral de 20% que, repito, terá que ser um aumento e não adiantamento; — para reiniciar a luta pela reposição do que nos foi tirado em 1973, com falsificação dos índices de aumento do custo de vida; — batalhar pela regulamentação da categoria.

JORNAL — E internamente, para a base, o que vocês farão?

WAGNER — Em março, começaremos a soltar o jornal Sindipetro-MG e terão início as palestras e debates para as quais convidaremos o Lula, Zé Pedro, Almino Afonso, D. Helena Greco, do Movimento Feminino Pela Anistia e Raimundo Cândido da Ordem dos Advogados do Brasil, entre outros.

CAMPINAS (O GLOBO) — Num ato de protesto à posse do atual Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, na presidência da Petrobrás, os 1.300 trabalhadores da refinaria de Paulínia — no Estado de São Paulo — irão trabalhar nos primeiros sete dias de sua posse, ostentando uma tarja negra no braço, em sinal de luto. O protesto foi decidido anteontem, em Campinas, durante a assembleia geral, extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores da Destilação e Refinaria de Petróleo de Campinas e Paulínia quando, numa atitude de repúdio pela escolha de Ueki, os participantes observaram um minuto de silêncio.

Mais de 270 trabalhadores da Replan participaram da reunião, na qual foi debatida a necessidade de uma recomposição salarial para aquela categoria de trabalhadores. Na sede do Sindicato dos Bancários de Campinas, os petroleiros assinalaram os índices da inflação dos últimos seis meses, justificando a recomposição salarial.

Vários trabalhadores fizeram uso da palavra e o presidente do Sindipetro, Jacó Bittar, defendeu a recomposição para o mês de março, na base de 18 por cento.

— Esse percentual está de acordo com os índices oficiais, inclusive aceito por nossa categoria. Os debates devem continuar e no próximo dia 15, quando em outra reunião, cuidaremos, também, da proposta ora aprovada pela assembleia, para a formação de uma comissão pró-anistia, que virá atender a todos os trabalhadores filiados ao Sindipetro que foram punidos por atos de exceção, — disse Bittar.

Por outro lado, enfatizou que a Assembleia tratou também da criação do partido dos trabalhadores. Entretanto, nesse aspecto nada ficou decidido. Bittar realçou que "o momento é de reflexão sobre o tema e o sentimento geral em nossa categoria é de que um partido de trabalhadores é uma necessidade". 03/02/79

Estivador pede habeas

Porto Alegre — O Sindicato dos Estivadores do Rio Grande entrou, ontem, com mandado de segurança contra a suspensão, por tempo indeterminado, aplicada a 170 associados pela Delegacia de Trabalho Marítimos da Capitania dos Portos, sob a alegação de operação tartaruga, nos dias 13 e 14 deste mês.

GREVE NA SOUZA CRUZ

Cerca de 800 trabalhadores da Companhia de Cigarros Souza Cruz de Porto Alegre entraram em greve ontem, porque a empresa se negou a atender a principal reivindicação feita pelos seus funcionários, que era um reajuste de 20% sobre os índices oficiais do Governo. Os trabalhadores de Porto Alegre, com a greve iniciada, ratificam a posição da Assembleia do Rio de Janeiro de sábado último e de Belo Horizonte, onde quase três mil operários da Souza Cruz também já entraram em greve pela mesma questão salarial. 07/03/79

O ESTADO DE S. PAULO

GREVE DE ÔNIBUS

vida de cão cb

Depois de uma greve de 24 horas, que atingiu cerca de 95% dos 45 mil profissionais do setor e foi considerada ilegal pelo Ministério do Trabalho, os motoristas de ônibus do Rio decidiram aguardar a resposta das autoridades às suas reivindicações trabalhando, "dentro das estritas medidas de lei para o trabalho do motorista". Numa reunião que durou mais de duas horas, a comissão de salário do Sindicato dos Motoristas Profissionais decidiu pela volta ao trabalho e manutenção de uma assembléia geral permanente até o atendimento de seus pedidos. Os participantes da assembléia realizada ontem à noite, porém, não acataram essa decisão e convocaram uma nova reunião da categoria para as 18 horas de hoje.

A paralisação dos motoristas fora decidida na madrugada de ontem, numa tumultuada assembléia geral da categoria e apanhou desprevedidos não só os seis milhões de cariocas, mas as próprias autoridades estaduais e municipais. Seis mil ônibus deixaram de circular, o que significa cinco milhões de viagens a menos.

A situação é crítica, pois o ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, afirmou ontem que o governo não permitirá um aumento de 27% nas tarifas dos ônibus urbanos do Rio de Janeiro. "E se o Conselho Interministerial de Preços não autorizar o aumento — dizem os empresários — nós não teremos condições de atender à reivindicação dos motoristas" que querem que seus salários, atualmente de Cr\$ 3.720,00, sejam equiparados aos vencimentos dos motoristas interestaduais, que ganham Cr\$ 5.922,00, além do estabelecimento de um piso salarial equivalente a quatro salários mínimos regionais.

Para atender à exigência dos trabalhadores, que pedem também o estabelecimento de uma jornada máxima de trabalho, os empresários estão pleiteando, na verdade, um aumento de 61,6%. "Além do repasse de 27,6% — informa o presidente do Sindicato dos Proprietários de Ônibus, Resiere Pavanelli Filho, — desde outubro estamos com um pedido de aumento de 34% no CIP, encaminhado pela Prefeitura, para custos operacionais."

Jornal dos Metalúrgicos/ Janeiro de 79

1978: apenas o começo

1978. Em janeiro, as autoridades vinham a público dizer que novamente os trabalhadores teriam que apertar os cintos. Apertaram o cinto, é verdade, mas começaram a soltar os braços e a voz. E foi uma sucessão de greves, aumentos salariais acima dos índices do Governo, estabilidade para várias delegações de fábricas, chapas de oposição derrubando diretorias pelegas e corruptas.

Movimento dos trabalhadores readquiriu tal força e combatividade que desmascarou a cúpula pelega do IV CNTI, realizou o III Congresso de São Bernardo, participou do I Congresso da Anistia, auxiliou na vitória dos candidatos populares, fortaleceu o movimento contra o custo de vida.

Dentre desse quadro político, destacou-se uma categoria, a dos metalúrgicos. Em março, nós conseguimos ganhar as eleições. Depois de muitas lutas (duas eleições cassadas etc.) a oposição derrotada — pelegos e consegue tomar posse. Encontramos nosso sindicato em péssimas condições financeiras, inclusive com nossa sede penhorada para pagar dívidas trabalhistas deixadas por outras diretorias.

Em maio, no "ABC" Paulista, depois de tentarem todas as formas de negociações, cerca de 200 mil metalúrgicos entraram em greve e ficaram

parados até que fossem atendidos em suas reivindicações. Esta foi a primeira greve importante desde 1968.

Em setembro, 250 mil metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos entraram também em greve, conseguindo um aumento salarial de 58%, 15% a mais do que o índice fixado pelo Governo.

Em contrapartida, neste mesmo mês, os patrões, reagindo as pressões populares, fazem com que o Governo baixe um decreto ampliando a lei de greve, isto é, a Lei ANTIGREVE.

Mas a luta não pára. Pelo contrário, chega ao Rio.

Das duas últimas assembléias de nossa campanha salarial, participaram mais de duas mil pessoas, intimidando os patrões e levando-os a dar-nos um aumento acima do índice.

Na Fiat (antiga FNM) eclode uma greve, também vitoriosa. Os trabalhadores conseguem a estabilidade para o delegado de fábrica, o retorno dos transportes, 15% acima dos índices oficiais e principalmente o atendimento de uma antiga reivindicação: as 240 horas.

Enquanto nossos movimentos reivindicatórios eram reprimidos, os patrões também realizavam greves — do feijão, da carne, do leite, sem que o governo baixasse um decreto proibitivo. O resultado foi o aumento dos

preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Se os preços desses alimentos subiam, nossos salários continuavam estagnados e as arbitrariedades dos patrões aumentavam. Como prova disso, vemos o crescimento do número de processos em nosso Departamento Jurídico.

O NOVO ANO

Companheiros, a unidade será o fator principal para que alcancemos novas conquistas no decorrer de 1979. Apesar das vitórias, ainda continuamos sofrendo situações como: o preço exorbitante dos alugueis; a carência e as péssimas condições de vida e de trabalho; o desemprego; e fundamentalmente a falta de liberdade de nos organizarmos para a luta pela conquista de nossos direitos mínimos, tanto no campo sócio-político, como no profissional.

Devemos, portanto, nos organizar nas fábricas e nos sindicatos, sabendo que corremos o risco de sermos despedidos, que talvez tenhamos de perder alguns momentos juntos às nossas famílias e devemos principalmente nos unir.

Unidos, acreditando que é possível mudar realmente a situação, é que estaremos capacitados para superar todos os obstáculos a serem enfrentados em 1979.

Como a greve foi declarada ilegal pelo Ministério do Trabalho, por atingir "atividade essencial", os grevistas poderão sofrer várias sanções previstas no decreto-lei 1632, do ano passado. Pouco depois de dar o seu "despacho", o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, disse, em Brasília, que se há pouco tempo considerara justas as reivindicações salariais e de segurança dos motoristas de ônibus do Rio, "eles perderam a razão quando passaram a usar um instrumento proibido".

Mesmo no primeiro dia da greve, toda a cidade foi afetada: o comércio, a indústria, as repartições públicas e os bancos foram duramente atingidos, verificando-se uma ausência de seus empregados que variou entre 30 e 70%. As vendas caíram em 50%.

As cenas de violência, em consequência da paralisação dos ônibus — 11 pessoas foram presas e três ficaram feridas —, começaram a ocorrer logo pela manhã, quando os trabalhadores se irritaram com a falta de transporte. Diante de um policiamento escasso e perplexo, registraram-se depredações em 35 ônibus da Companhia de Transportes Coletivos do Estado; 13 veículos particulares e dois caminhões também foram atingidos.

Na Baixada Fluminense, para onde o movimento se alastrou, conseguindo o apoio de muitos dos 36 mil motoristas, também ocorreram depredações. Piquetes foram armados, principalmente, nas saídas das cidades, tentando impedir, durante todo o dia, que os ônibus da região seguissem em direção à Capital.

No Rio, o policiamento só foi reforçado, várias horas após o início do movimento e os ônibus da CTC passaram a viajar com dois soldados da PM. Para cobrir as áreas que ficaram totalmente isoladas pela greve dos motoristas das empresas particulares, a CTC colocou 480 ônibus em circulação.

A tarde, 300 soldados do Corpo de Fuzileiros Navais, fortemente armados, ocuparam a praça Quinze, para garantir o transporte das barcas.

Os quartéis do Exército permanecem em regime de semiprontidão e os motoristas dessas unidades poderão ser usados hoje no transporte coletivo. 17/01/79

Coxa direita inflamada pelo calor de 58 graus do motor; dores na coluna devido à dificuldade de passar a marcha e pela falta de apoio do corpo nas curvas; problemas renais devido à necessidade de prender a urina durante várias horas, por falta de sanitários nos pontos terminais; mãos caalejadas e insensíveis, braços e pernas dormentes em consequência da improvisação do volante, dos pedais e da alavanca de mudança; problemas estomacais provocados pela falta de horário para refeições; sistema nervoso abalado em consequência do excesso de reflexo provocado pelos três espelhos retrovisores a que é obrigado a olhar sempre que tem que pôr o coletivo em movimento ou fazê-lo parar, e ainda por ser obrigado a dirigir em um trânsito confuso, andando e parando, onde a velocidade é, em média, de cinco quilômetros por hora; o mais alto índice de internações por problemas psiquiátricos. Este é o perfil do motorista carioca, obrigado a trabalhar até 14 horas diárias para suprir o déficit de seis mil profissionais que as empresas enfrentam. 17/01/79

JUIZ DE FORA — Os ônibus urbanos circularam ontem com um policial armado de fuzil para garantir os motoristas que não aderiram à greve deflagrada ao amanhecer, reprimida pela Polícia Militar com a prisão de 25 pessoas e espancamentos de motoristas concentrados no Largo do Riachuelo, no Centro da cidade, após as 8h. O Comandante do 2º BPM, Coronel Décio Pereira da Silva, chefiou pessoalmente a repressão aos grevistas e, à tarde, reuniu-se com empresários e jornalistas, quando garantiu a volta dos motoristas ao trabalho.

A vitória parcial

Vinte dias passados da greve dos motoristas e cobradores que paralisou o Rio de Janeiro por dois dias, Geisel assinou um pacote de medidas que visa beneficiar as empresas do setor, mas possibilita, ao mesmo tempo, uma vitória parcial dos trabalhadores. As empresas foram favorecidas com subsídio para pagamento de metade do preço do óleo diesel consumido, redução da alíquota do Imposto de Renda de 30 para 6% e isenção parcial de impostos (IPI) para a compra de ônibus novos, peças e acessórios. Os motoristas conquistaram equiparação com os seus colegas da Companhia de Transportes Coletivos, que é do governo, passando de 3.790 para 4.720 mensais. Em julho terão nova elevação: serão equiparados aos motoristas de ônibus interestaduais e passarão a Cr\$ 8.400,00. Despachantes e fiscais tiveram 53%; mecânicos, eletricitas, serventes, tiveram 53%. MOVIMENTO 12 a 18/2/79

JORNAL DO BRASIL - 24/02/79

Reunidos no último dia 30 em Osasco, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, 25 dirigentes sindicais paulistas aprovaram uma campanha nacional, de caráter intersindical pela garantia do emprego e pela equiparação do salário mínimo em todo o País.

A meta é um 1º de Maio Unificado nacionalmente como um primeiro marco para as mobilizações.

Ao mesmo tempo, para levar adiante a luta e articulá-la com outros Estados

foram tomadas várias medidas

e aprovada uma Comissão Executiva para a campanha.

A ação intersindical começa a se tornar uma realidade concreta. Abrindo a primeira parte da reunião de Osasco, o representante do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Couros de São Paulo lançou a proposta de um 1º de Maio Unificado a nível nacional dentro da campanha pela garantia do emprego e pela equiparação do salário mínimo. E acrescentou: «Vamos comemorar a vitória, caso nossas reivindicações sejam conquistadas, ou protestar em caso contrário, com uma manifestação pública, de caráter nacional, reunindo em vários pontos do País, milhares de trabalhadores. Hoje, quando o sindicalismo combativo começa a dar seus primeiros passos, é importante que nos inspiremos no que foi a experiência do MIAA — Movimento Intersindical Anti-Arrocho, dos anos 67/8».

Em tese, a adesão foi unânime entre as 30 entidades sindicais presentes à reunião, 25 de S.P., três do Rio Grande do Sul e duas de Minas, pelo menos no que toca às linhas gerais da campanha pelas duas bandeiras. E assim, a esta primeira intervenção seguiu-se toda uma série de outras, movidas por igual entusiasmo, sempre no sentido de relembrar a experiência do MIAA, a se ter como referência hoje. De resto, se a ação intersindical daquela época não vingou definitivamente, para os sindicalistas reunidos em Osasco, isto se deveu aos rumos gerais que a conjuntura do País tomou a partir de 1968.

Joaquim «Pelego»

Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de S.P., para muitos uma surpresa sua presença na reunião, começou dizendo que «não devemos nos iludir quanto à luta que temos pela frente e que somente será vitoriosa se de fato conseguirmos lançar as massas nas ruas contra o governo e os patrões». Mas logo em seguida começou a lançar os problemas: o que é a equiparação ao salário mínimo pela qual lutamos; «como fazer para que esta equiparação salarial não se dê por baixo, qual o salário unificado a nível nacional pelo qual lutaremos?» E foi adiante: a questão da garantia do emprego será uma reivindicação que sensibiliza os trabalhadores a nível nacional, ou será algo que diz respeito somente às demissões que estamos sentindo aqui no Sul? «Pois, conclui Joaquim, para nosso espanto, o Ari Campista está fazendo uma grande campanha anti-Sul lá pelo Norte e pelo Nordeste, dizendo que a

turma daqui é de privilegiados. Assim se queremos uma campanha nacional, temos que pensar bem quais serão as bandeiras principais». para Lula, a inclusão da reivindicação de equiparação do salário mínimo é uma grande bandeira no sentido de unificar nacionalmente a campanha.

Mas, deixando de lado este problema, aparece logo um outro: a questão dos fundos para a campanha. Como resolver o problema de forma a não abrir brechas para intervenções das Delegacias do Trabalho, alegando malversação de verbas?

A primeira proposta partiu do Lula, para quem se deveria «examinar juridicamente a possibilidade de constituição de uma sociedade civil à qual os dirigentes sindicais se filiariam e que seria a detentora dos recursos que se conseguisse, bem como a administradora dos gastos com a campanha. «Assim, contornaremos o problema do Ministério do Trabalho, concluiu.

Concretizando ainda mais a Proposta, o representante da Federação dos Químicos de São Paulo argumentou: «a saída é criarmos uma sociedade civil igual à dos patrões. Eles têm ao lado da FIESP, que é a federação patronal de acordo com a legislação sindical, o Centro das Indústrias, que é uma sociedade civil, e desta forma contornam as limitações da legislação».

No entanto, esta solução não é consensual e vários dirigentes, entre eles Jacó Bittar, dos Petroleiros de Campinas, levantaram que «isto é capitar na luta pela liberdade e autonomia da estrutura sindical. Não se trata de contornar o Ministério do Trabalho, mas sim de derrotá-lo. Sociedade Civil

A COMISSÃO

A Comissão aprovada no encontro de Osasco, encarregada de articular a campanha em São Paulo e realizar os contatos a nível nacional é composta de um representante de cada uma das 25 entidades sindicais presentes na reunião. Ela se subdivide em dois delegados nacionais, uma subcomissão de finanças e outra de publicidade. As entidades presentes eram:

Federações:

Químicos de São Paulo
Indústrias Urbanas de São Paulo
Sindicatos:
Metalúrgicos de Santos
Metalúrgicos de Osasco
Metalúrgicos de Santo André
Metalúrgicos de São Paulo
Metalúrgicos de Guarulhos
Metalúrgicos de São Bernardo

é coisa para os patrões».

Apesar da unidade, oposição fica de fora

Finalmente a Oposição Metalúrgica de São Paulo, também presente à reunião, pouco conseguiu em termos de apoio dos sindicalistas à luta que já vem desenvolvendo em pró dos demitidos a partir das últimas greves de novembro. Para a reunião que fariam no dia seguinte, no Sindicato de Santo André, dando curso à campanha de solidariedade aos demitidos de São Paulo, não obtiveram o compromisso da presença de nenhum dos dirigentes sindicais ali presentes, apesar de várias solicitações explícitas neste sentido.

O que, para Hugo Pérez, da Federação dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas de São Paulo «está errado; não há por que vocês terem suas promoções, e nós as nossas; pois já que vocês declaram que querem levar a luta em unidade conosco, então não há vocês e nós; somos todos a mesma coisa; venham e se integrem na campanha que aqui está sendo discutida. «Diante do que a Oposição passou então a reivindicar que, na qualidade de «operário da base», houvesse um representante seu, integrando a Comissão Executiva, que é quem de fato, vai dirigir a campanha nacional. Mas a resposta que obtiveram de Henos Amorina foi de que tão somente numa primeira reunião da Comissão é que o problema seria tratado e uma resposta seria dada à Oposição. () A Comissão retirada deverá reunir-se na próxima semana, para então dar desenvolvimento às linhas da campanha já definidas, bem como resolver as pendências. Além do que, foram tirados também dois delegados de São Paulo para articulação junto a comissões semelhantes que se estão formando em outros Estados: Jacob Bittar e Joaquim Andrade, um autêntico e um pelego. (F.A.) CT. 012 06/02

o trabalhador brasileiro deveria ganhar hoje um salário mínimo de Cr\$ 6.114,00 por mês, isto é, quase 4 vezes mais que o mínimo atual. Em torno deste piso salarial, o movimento sindical vai iniciar uma campanha nacional em 30 dias, aproximadamente, pelo salário mínimo unificado e pela estabilidade no emprego. A campanha será organizada como ato público, onde os sindicalistas esperam reunir 100 mil pessoas. FSP. 08/02

Metalúrgicos de Campinas
Metalúrgicos de São Caetano

Padeiros de São Paulo
Plástico de São Paulo

Sindipetro de Campinas
Sindipetro de Cubatão

Químicos de Osasco
Químicos de São Paulo
Químicos de Suzano

Químicos de Santo André

Médicos de São Paulo
Radialistas de São Paulo

Jornalistas de São Paulo
Couro de São Paulo

Entidades Culturais e Recreativas de São Paulo

Artistas de São Paulo

Marceneiros de São Paulo

O ESTADO DE S. PAULO

campanha salarial

Ontem à noite os metalúrgicos de Santo André e São Bernardo do Campo, realizaram assembleias para início da campanha salarial, porque o atual acordo dos metalúrgicos do Interior paulista terá validade apenas até 31 de março; nos próximos 10 dias haverá as assembleias de outros 31 sindicatos de metalúrgicos paulistas.

Mais de 1.500 trabalhadores compareceram à assembleia de São Bernardo; outros 700, aproximadamente, procederam da mesma forma, em Santo André.

Luis Inácio da Silva, presidente do sindicato de São Bernardo, comentou que a presença de 1.500 operários na assembleia ainda é pequena, porquanto houve diversas reuniões preparatórias, por grupos de fábricas.

Em Santo André, os metalúrgicos — além de examinarem o problema salarial em si — aprovaram moção de apoio à criação do Partido do Trabalhador; moção a respeito foi aplaudida de pé.

Benedicto Marcílio, presidente do sindicato de Santo André e deputado federal (MDB-SP), não quis comentar a possibilidade de greve, no caso de malogro das negociações com os empresários. "Vamos conduzir a luta de acordo com os trabalhadores", disse.

As reivindicações aprovadas tanto num quanto noutro sindicato haviam sido redigidas há dias, em encontro dos presidentes de sindicatos de metalúrgicos paulistas na respectiva federação sindical, presidida por Argeu Egydio dos Santos.

A reivindicação básica é aumento correspondente aos índices oficiais do mês de março, acrescidos de 34,1% (reposição dos salários ao nível de poder de compra de março de 65, quando se instituiu a política salarial); outro pedido é o da fixação de piso salarial no valor de três salários mínimos. Querem os metalúrgicos, ainda, que as condições salariais tenham validade de abril a outubro, quando haveria unificação das bases em todo o Estado de São Paulo. As demais cláusulas são as de praxe.

"INDEPENDENTES"

Durante a assembleia, Luis Inácio da Silva criticou severamente a distribuição de boletins, nas portas do sindicato, por um grupo de operários autointitulado Grupo Metalúrgico Independente. Os boletins apresentam reivindicações parecidas com as do próprio sindicato, pregando ainda a constituição de comissões de salários que participariam das negociações. No entanto, o presidente do sindicato alertou os metalúrgicos

contra a quebra da "unidade sindical".

SANTOS

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Arnaldo Gonçalves, disse ontem que a categoria está interessada em aumento e não em reajuste salarial, acrescentando que o pedido de 34,1% é apenas a "recomposição parcial do prejuízo que os trabalhadores tiveram, desde 1965, com a política salarial implantada pelo Governo".

Sobre a posição do ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, para quem a proposta dos metalúrgicos é "meio gorda", Arnaldo Gonçalves, disse que ela foi feita porque "o bolso do trabalhador está totalmente magro; a opinião do ministro de que os empresários se concordarem com o aumento, não poderão repassar os prejuízos aos custos finais do produto, não surpreende ninguém, pois apenas reforça sua teoria de política econômica". 03/02

Sem horas extras

Os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema começaram a receber ontem, nas portas das fábricas, um comunicado do sindicato da categoria com palavra de ordem para não fazerem horas extras até o final da campanha salarial, "nada contra-ofensiva a um documento que o Sindicato de

Máquinas do Estado de São Paulo distribuiu às empresas filiadas alertando para aumentar seus estoques, como forma de prevenção contra as greves", como disse Severino Alves da Silva, secretário do sindicato profissional.

Paralelamente, o Sindicato dos Metalúrgicos está reunindo, diariamente, operários por empresa, para discutir os itens da campanha salarial e as condições de trabalho em cada uma. Essas reuniões, segundo Severino Alves da Silva, prosseguirão até o final da campanha como uma forma de manter a mobilização da categoria para "uma possível tomada de posição em caso de radicalização dos patrões".

Independentemente dessas reuniões por empresa, o sindicato está convocando a categoria para uma grande assembleia no dia 16, às 18 e 30. A convocação é feita através do comunicado ontem distribuído: "Já que os patrões querem fazer estoque, vamos tomar nossas providências. A partir de hoje ninguém deve fazer horas extras. Não concordaremos em hipótese alguma em aumentar a produção. Se continuarmos a fazer estoque, na hora da greve, os patrões vão dar muita risada".

O comunicado do sindicato acrescenta: "Cuidado com os chefes, líderes, feltores, pessoal da segurança ou um colega novo de casa que fique puxando muita conversa. Eles podem ser espíões do patrão. Assunto de campanha salarial é assunto dos companheiros que querem lutar. Se você for chamado sozinho ou junto com uma turma para conversar sobre a campanha salarial, exija a presença do Sindicato". 08/02

FOLHA DE S. PAULO

Contratos obrigam trabalhador a cumprir as horas extras

Nenhuma indústria havia consultado, até a tarde de ontem, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) sobre como agir diante da recusa dos trabalhadores de fazer horas extras. Segundo o Departamento de Cooperação Intersindical da Fiesp, a entidade seria consultada no caso da efetivação da intenção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, que está conclamando os trabalhadores a não fazerem mais horas extras para não colaborarem com a formação de estoques nas indústrias. A formação de estoques faz parte da estratégia para a eventualidade de um movimento grevista sugerida pelo Sindicato da Indústria de Máquinas de São Paulo (Simesp) a seus associados.

O cumprimento das horas extras, num máximo de duas por dia, deve ser fixado por um contrato de prorrogação do horário de trabalho, firmado entre o trabalhador e a empresa. Esse contrato geralmente tem validade por dois anos,

segundo o Departamento de Cooperação Intersindical, o que da condições à empresa de exigir do operário o seu cumprimento. No caso de não existir o contrato, ou da empresa solicitar o cumprimento de horas extras além das duas contratuais, (o que, por lei, só é permitido por razões excepcionais, previstas na CLT) o trabalhador teria condições de recusar-se a cumpri-las.

Até ontem, o departamento não tinha informações nem de recusa dos trabalhadores, nem mesmo da distribuição de panfletos pelo Sindicato dos Trabalhadores na porta das fábricas.

Um diretor da Fiesp comentava ontem que as instruções aos associados incluídas no documento distribuído pelo Simesp como estratégia para a eventualidade de uma greve são todas legais. No entanto, ele criticou a forma ostensiva pela qual o documento foi distribuído, caindo nas mãos do Sindicato dos Trabalhadores e provocando sua reação. 08/02

MOVIMENTO 12 a 18/2/79

Normalmente, por lei, pode-se fazer até 2 horas extras por dia, no máximo. Além dessas duas horas contratuais, a lei só permite horas extras em casos excepcionais, previstos na CLT. Além dessa horas extras o trabalhador pode recusar-se a fazer outras. No entanto, quase todas as empresas, com ameaças, obrigam os operários a fazer 2, 3 e até 4 horas por dia, além da jornada normal. Diz a nota do sindicato: "A partir de hoje ninguém deve fazer horas extras. Nenhuma peça produzida a mais. Se continuarmos a fazer estoque, na hora da greve, os patrões vão dar muita risada."

Em assembleia, do dia 2, com vistas ao dissídio, os metalúrgicos aprovaram a proposta de redução da jornada de trabalho para 40 horas, reajustes trimestrais de acordo com o índice do Dieese, estabilidade para o empregado acidentado — mesmo que não tenha vencido o período de experiência — e estabilidade para os delegados de fábricas. (S.I.)

Segurança da fiat mata operário

Na 61.ª DP a desculpa não colou. Manoel Jorge dos Santos, vigilante da FIAT, foi preso em flagrante pelo assassinato do motorista José Minini. Minini pensava que seria só mais um dia de trabalho. Ficou estirado numa poça de sangue. Sua mulher e seus filhos pensavam que ele voltaria, como sempre, para casa. Não voltou. Não vai voltar mais.

Quem trabalha na FIAT, conhece bem os homens da vigilância. Eles só agem na base da brutalidade. Nas filas do almoço, não se pode nem pegar o jornal pra dar uma olhadinha. Vem logo um empurrão, uma agressão. Os que são pegos no banheiro têm seus nomes anotados. Se demorar recebem um aviso. Cada aviso vale uma suspensão por dois ou três dias. Três suspensões é demissão por justa causa, na certa. Os homens desfilam na frente do pessoal armados, uns trabucos desse tamanho, embora a empresa já tenha garantido ao Sindicato que ia desarmar a segurança. Mas que segurança é essa?!

● Quarenta operários morreram nos últimos 14 meses nas minerações de calcário nas cidades mineiras de Bicas, Pequeri e Mar de Espanha, vítimas do pó que entope os brônquios, impedindo a respiração. É o mal da silicose.

VEJA, 17 DE JANEIRO, 1979

Fora da pauta

O tema era negociação, mas falou-se de repasse

O edital de convocação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIE-SP) dava a entender que 22 sindicatos patronais da área metalúrgica deveriam se reunir, na segunda-feira da semana passada, a fim de iniciar os preparativos para a próxima jornada de negociações diretas com os 500.000 operários metalúrgicos do interior paulista — cuja data base para reajuste salarial vence em abril próximo. No fim da reunião, porém, o vice-presidente da FIE-SP, Alberto Villares, informou que o assunto nem sequer chegou a ser ventilado.

“O problema realmente discutido foi o repasse dos aumentos salariais nos preços finais dos produtos”, disse a VEJA o empresário Walter Sacca, do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo (SIM-SP). E indicou que os industriais não pretendem permitir que o onus de uma política sala-

Ano passado já aconteceu um caso. Um operário levou uma bala no braço e até hoje não se recuperou da lesão. Agora, no dia da morte de Minini, houve rumores de que outros três operários foram presos: Por quê? Ninguém sabe, a empresa não informa.

Brincadeira? Pois sim!

O problema é geral, acontece com todos os operários. O pessoal do Caneco tem as suas histórias para contar. E não é só no setor metalúrgico, não. As moças da De Milus se revoltaram com a revista humilhante a que estavam obrigadas. Na FIAT a revista é um vexame! Os trabalhadores do METRO tinham até quarto de torturas...

José Minini morreu. O vigilante assassino foi preso. E os outros? E todos os encarregados de segurança que, dia a dia, agredem e humilham os operários em tudo que é fábrica? Eles continuam andando armados, como os xerifes do oeste americano, para proteger o dinheiro dos patrões.

MOVIMENTO 12 a 18/2/79

● Em 3 meses já foram demitidos 3500 das obras do Metrô do Rio. Com o fim da obra bruta, mais de 7 mil serão demitidos ainda.

rial mais aberta recaia apenas sobre eles. “Buscamos algum tipo de compensação pelos aumentos extra-oficiais que concedemos”, explicou Sacca, para quem “uma redução dos encargos sociais ou até mesmo uma ampliação do prazo para seu recolhimento já atenuaria a situação”. Situação que, de resto, Villares considera “dramática” para as pequenas e médias empresas pelo peso muito grande que a folha de pagamentos teria nos custos de produção.

REPETIR, REPETIR — Alguns empresários presentes à reunião lembraram, a propósito, que nos próximos meses eles empreenderiam uma verdadeira cruzada em favor do repasse. De que forma? Nos contatos com a imprensa, revelam esses senhores, o tema será incansavelmente repetido. Por exemplo: se alguém perguntar se os industriais continuam a favor das negociações diretas, eles responderão que sim, mas com a ressalva de que essa prática estaria ameaçada “com a intransigência do governo, que continua proibindo a transferência dos aumentos para os preços dos produtos”.

Na mesma segunda-feira, Villares

pressões da Resil

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema denunciou que a Resil, empresa de Diadema em greve desde sexta-feira da semana retrasada, sequestrou pela manhã a menor M.R.Q., de 17 anos, para obrigá-la mais tarde a trabalhar.

Segundo M.R.Q., dois homens de cor morena, “pegaram pelos braços e me jogaram dentro de uma perua Kombi azul. Eu estava no ponto de ônibus, perto da minha casa e ia para o Sindicato para uma assembleia com os outros colegas que estão em greve”.

A menor, que trabalha na fábrica há sete meses, informou que quando a perua chegou na porta da Resil, um dos homens abaixou a sua cabeça para escondê-la dos diretores do Sindicato que estavam ali presentes. “Ele me pegou pelo pescoço e me jogou no chão do carro, porque eu comecei a dar sinal a um diretor do Sindicato,” enfatizou.

Dentro da fábrica as duas pessoas obrigaram a menor a vestir a roupa de trabalho, e aos berros forçaram-na a acionar a máquina.

Além de forçada a trabalhar, a menor declarou que um dos homens não permitiu que ela sequer fizesse um lanche. Pela manhã, por volta das nove horas foi impedida de tomar um chá. Mais tarde, às doze horas, não a deixaram sair de seu local de trabalho para almoçar.

Esta mesma pessoa, segundo explicou M.R.Q., disse que ela “não deveria estar no meio daqueles cachorros” (os grevistas). A menor respondeu que “se eles são cachorros, você também é”. Esse diálogo irritou o empregado da Resil que acabou contando para o chefe do Departamento Pessoal. Em seguida, a menor foi chamada para lá e demitida por justa causa. Depois disso disseram para ela não procurar ninguém, porque senão “ia se prejudicar”. 24.12.78

● A fábrica de móveis Lafer S.A., que tem 1.200 operários, demitiu 100 e ameaça demitir outros 300 por justa causa, alegando problema financeiro. O Sindicato de Construção Civil e Imobiliária de S. Bernardo do Campo denuncia que, depois do acordo de 52% homologado recentemente, a fábrica está aplicando a rotatividade, demitindo parte de seus empregados e contratando outros com salários inferiores.

parecia confirmar essa estratégia. Quando os jornalistas lhe indagaram sobre as demissões em massa que, segundo denúncias dos operários, estavam ocorrendo nas indústrias metalúrgicas paulistas, o vice-presidente da FIE-SP não negou o fato, limitando-se a dizer que “elas devem ser decorrência da queda da rentabilidade das empresas, proibidas que são de repassar os aumentos”.

Os empresários, entretanto, reconhecem a dificuldade de se obter, por ora, tais concessões governamentais. “Estamos diante de medidas que visam ao combate à inflação de qualquer forma e a pouco tempo de uma mudança de governo”, lembrou Sacca. Em todo caso, eles encaram como “um sinal positivo” o anúncio, feito na semana passada (veja a página 79), de um plano em estudos para a redução dos encargos sociais das folhas de pagamento — hoje estimado em 37% do montante de salários — nas empresas que empregam muita mão de obra (como a indústria têxtil ou mecânica). A medida, contudo, visaria a aumentar o nível de emprego e não propriamente a compensação de aumentos extraordinários de salários. ●

Bancários contra aumento da carga horária ^(cb)

A maioria dos 109 sindicatos bancários brasileiros, representando 500 000 trabalhadores, iniciou na quinta-feira passada, por meio de assembleias de protesto, a anunciada campanha nacional contra a aplicação de um parecer da Consultoria Geral da República que, segundo entendem eles, aumentaria sua jornada de trabalho de seis para oito horas. De acordo com esse parecer, já aprovado pelo presidente Ernesto Geisel (VEJA n.º 538, de 27.12.1978), os banqueiros podem tratar empregados para períodos superiores a seis horas diárias de trabalho desde que paguem um adicional de 20% sobre as horas extras.

Durante o Dia Nacional pela Defesa da Jornada de Seis Horas — nome dado pelos bancários à manifestação —, houve até mesmo propostas de greve para combater o aumento das horas de trabalho. Em Vitória, por exemplo, o presidente do sindicato, Antônio Carlos Vieira, propôs a paralisação, "caso algumas agências continuem, ilegalmente, a obrigar os funcionários a trabalha-

rem mais de seis horas". Olívio Dutra, presidente do sindicato dos bancários de Porto Alegre denuncia, por sua vez, que muitos trabalhadores estariam sendo admitidos pelos bancos como comissionados — cargo de confiança não abrangido pela jornada de seis horas — como forma de burlar a fiscalização do Ministério do Trabalho.

AS DOENÇAS O motivo maior da irritação dos bancários, afirma o presidente do sindicato de Belo Horizonte, Arlindo José Ramos, está no fato de que "o próprio governo sabe perfeitamente quais são as consequências do aumento da jornada na vida de nossa categoria". Ramos cita um estudo elaborado, em 1965, pelo Banco Central, em que se constata, por exemplo, que 80% dos funcionários do Banco do Brasil morrem antes de completar 50 anos e que 90% deles não conseguiram atingir idade de aposentadoria.

(...) Dutra recorda de uma monografia recente do médico Roberto Gomes, do sindicato dos bancários de Santo Ângelo (RS), a respeito das doenças

verificadas entre os caixas. De acordo com esse estudo, há uma incidência muito grande de casos de "psiconeuroses com somatização digestiva, insônia, debilidade física e mental, e dificuldades de concentração".

(...) "É por isso tudo que não podemos aceitar uma jornada de trabalho mais comprida", justificou ele, refutando o argumento do presidente do sindicato dos bancos de Porto Alegre, Alfredo Mello, segundo o qual "o caráter penoso do trabalho dos bancários está desaparecendo com a ajuda da eletrônica". "O número dos serviços prestados pelos bancos, ao contrário, é hoje muito maior, o que leva muita gente a dizer que as agências são verdadeiros supermercados de serviços", argumenta Dutra. "E, se a eletrônica realmente estivesse ajudando, não seria necessário que os banqueiros fossem até Brasília para conseguir prender os funcionários por mais algumas horas em seus estabelecimentos."

VEJA - 17/01/79

Bancário adverte contra infiltração na Chapa 2

A chapa um, encabeçada por Francisco Teixeira, candidato à reeleição no Sindicato dos Bancários de São Paulo, divulgou manifesto ontem, chamando a atenção da categoria profissional contra "ambições pessoais e de cunho nitidamente político estranhas aos movimentos reivindicatórios e propriamente sindicais". (...)

Como não houve maioria absoluta no primeiro escrutínio — em que a chapa 2 teve maioria simples de votos — de segunda a sexta-feira da próxima semana haverá o segundo escrutínio, com apuração no dia 17, a

cargo da Procuradoria Regional do Trabalho.

Ontem, a chapa um começou a distribuir o seguinte "comunicado urgente" aos bancários:

"A Chapa 1 prosseguirá concorrendo ao pleito, a fim de oferecer, uma vez mais, a oportunidade aos companheiros de evitarem que a nossa Entidade venha, sub-repticiamente, tornar-se presa de ambições pessoais e de cunho político, estranhas aos movimentos reivindicatórios e propriamente sindicais.

"Nossa afirmação baseia-se

no fato público e notório de que inúmeras organizações de militância partidária ou ideológicas foram acopladas às eleições em nosso sindicato. Haja vista à propaganda ostensiva que forrou toda a Capital, numa longa campanha fundamentada deliberadamente na técnica difamatória. Obviamente, tais tarefas demandaram vultosos recursos e centenas de pessoas interessadas (estranhas à categoria), as quais inclusive atuaram próximo à boca das urnas.

"Na sanha louca para se apossar de qualquer forma de nossa Entidade, descumpriram

acordos firmados, desprezando princípios éticos, não só de companheirismo sindical, mas de respeito à pessoa humana, e ainda infringiram textos de lei que regem as eleições sindicais. Esses fatos, como dissemos acima, são do conhecimento público, restando agora aos companheiros bancários, pela última vez, refletirem e decidirem sobre a guarda do patrimônio e o futuro da autonomia de nosso sindicato." **CSA 07/02**

(NOTA CB: A CHAPA 2 E A DA OPOSIÇÃO)

O sábado passado, dia 17, amanheceu feliz para os bancários paulistas que, reunidos na sede de seu Sindicato, comemoravam uma importante vitória. Durante toda a noite foram apurados os votos do segundo pleito, que elegeram os novos dirigentes sindicais a serem empossados no próximo dia 28. A Oposição Bancária — Chapa 2 — obteve 9.237 votos, contra apenas 3.582 dados à Chapa 1. Os votos nulos foram 317 e os brancos, 111.

EM TEMPO - 22 a 24/02

A Polícia Militar do Rio continua em Assembléia Permanente, desde o dia 17, reclamando dos baixos níveis de salário e pedindo remuneração em níveis semelhantes aos do Exército.

Os delegados da polícia paulista mantêm a "greve branca" (cumprir apenas a lei), que vem travando os órgãos de Segurança Pública do Estado há 3 meses.

● Reunida em Minas, a Confederação dos Professores do País, exige o reconhecimento do vínculo empregatício para os 350 mil professores brasileiros contratados, tanto municipais como estaduais **MOVIMENTO - 05 a 11/02**

Professores paulistas

O Movimento de Oposição dos Professores pretende realizar amanhã, às 14h, na sede do Sindicato dos Professores (Sinpro) da rede particular de ensino um ato público para exigir que a atual diretoria do sindicato tome posição em defesa dos professores que vêm sendo demitidos em massa.

Os professores divulgaram, ontem, nota denunciando a demissão de 300 docentes desde o início do ano, atribuindo a isso vários motivos: "o interesse dos patrões em contratar professores por salários mais baixos, por um lado; a alegação de demissão por problemas pedagógicos, por outro, barrando a partici-

pação mais efetiva dos docentes nas decisões da escola e punindo aqueles que mais se destacaram nas reivindicações do cumprimento de direitos trabalhistas já conquistados, ou mesmo os que participaram de forma mais clara nas mobilizações da categoria em 1978".

Os professores denunciam, ainda, a omissão do Sinpro frente aos problemas que a categoria enfrenta e sua convivência com as atitudes tomadas pelas instituições. Além disso, lembram que quase 3.000 professores da rede municipal de ensino estão sem aulas, ainda não nomeados em comissão, contrariando o que prometera o secretário municipal. **CSA 07/02**

SERVIDORES
PÚBLICOS

BANCÁRIOS
(cb)

Funcionários do HC reivindicam 70%

Com a reivindicação de 70% de aumento e mais 2 mil cruzeiros fixos em seus salários, os funcionários do Hospital das Clínicas iniciaram ontem, em assembléia geral, a campanha de aumento salarial que deverá seguir até março, quando o governo decretará os reajustes do funcionalismo público. A campanha, segundo os diretores da Associação dos Servidores do HC, deverá ser discutida entre as várias instituições, onde estão empregados os funcionários públicos do Estado.

Na primeira assembléia realizada, ontem, na sede da associação e transformada em reunião permanente representadas da USP, Iamspe e membros da Comissão Pró-Entidade Única dos professores da rede oficial já confirmaram seu apoio a uma luta conjunta do funcionalismo por melhores salários. Um representante dos professores convocou os servidores do HC e demais setores para uma reunião conjunta, dia 27, às 14 horas, para discutir as formas de

encaminhar suas reivindicações salariais.

O vice-presidente da Associação dos Servidores do HC, José Antonio Nania, iniciou a assembléia geral da categoria apresentando um amplo estudo que acaba de ser preparado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos — Dieese — sobre a situação salarial dos funcionários públicos de 1964 a 1978.

De acordo com o documento, somente um reajuste de 97% poderia repor os aumentos de produtividade havidos no período 1964/79 e, para se recuperar o poder aquisitivo de 1964, o reajuste deveria ser de 242%. "Além do reajuste salarial, o trabalhador tem a seu crédito, com direito a reclamar, uma soma significativa de dinheiro por perdas contratuais, em razão dos reajustes salariais que nunca repuseram o poder de compra de 1964" — diz o documento do Dieese. E cita exemplo: "O trabalhador que recebia

Cr\$ 100,00 de salário nominal em 1964, hoje poderia reclamar Cr\$ 507.301,80 a título de perdas contratuais".

"É preciso deixar bem claro que os servidores públicos foram os trabalhadores que mais perderam em seu poder aquisitivo — afirmou José Nania — enquanto 65% dos servidores públicos recebem até três salários mínimos mensais, uma minoria de 0,2% recebe mais de 30 salários mínimos." Neste mesmo raciocínio, o vice-presidente dos servidores do HC criticou o fato de que os 12,3% dos servidores públicos que recebem os salários mais altos "onera mais os cofres do Estado do que 80,9% de servidores que recebem os salários mais baixos".

DEMISSÕES

Durante a assembléia, foi aprovada a formação de uma comissão de vigilância e pró-atividade cujo primeiro trabalho será entrar em contato com o presidente do Conselho Administrativo do HC Mário Ramos,

reivindicando a revisão imediata de todas as dispensas sem justa causa, registradas desde 21 de julho do ano passado, logo após a greve de nove dias que funcionários e médicos fizeram.

Esta comissão pretende solicitar a reabertura dos processos para a reintegração dos funcionários ao seu trabalho no Hospital das Clínicas. Outra comissão aberta foi formada ontem na assembléia presidida por membros da diretoria da Associação, o principal objetivo será estudar a proposta de aumento de outras entidades visando à continuidade da luta conjunta por melhores salários.

Além disso, os funcionários do HC rememoraram a campanha por aumento salarial do ano passado, onde conseguiram apenas um aumento nominal de 20% em quatro meses a partir de outubro, e de outras outras promessas que não foram cumpridas pelos administradores do hospital.

ESP. 16/81

(cb) reajuste de diárias

A Federação Brasileira de Hospitais solicitará, ao ministro Nascimento e Silva, da Previdência Social, um aumento de emergência nas diárias hospitalares, de 50% que deverá ser acompanhado de reajustes menores e periódicos, até cobrir a defasagem que desde 1965 até agora está por volta de 100%. A revelação foi feita pelo presidente da FBH, Angel Antônio Del Arroyo, há cinco dias no cargo, durante encontro que manteve ontem com o futuro ministro, Jair Soares.

Para justificar o pedido, Arroyo informou ser de Cr\$ 200,00

a diária mais alta paga aos hospitais classificados pelo Inamps de primeira classe, indagando: "É possível, com este valor, fornecermos habitação, alimentação, roupa, assistência de enfermagem, plantão médico permanente funcionando dia e noite com um ou dois profissionais para cada paciente"?

Ele levará ao ministro Nascimento e Silva um estudo realizado por técnicos da Fundação Getúlio Vargas, provando que as diárias hospitalares e as taxas de remuneração pagas aos quase quatro mil hospitais que prestam 84% dos serviços à

Previdência Social, estão muito abaixo dos índices inflacionários do País.

O levantamento servirá de confronto a um outro realizado pela Secretaria Nacional de Serviços Médicos da Previdência Social, segundo o qual houve um aumento considerável nas diárias hospitalares nos últimos anos. Segundo o presidente da FBH, este trabalho refere-se apenas ao período de 74 a 78, época em que as diárias foram realmente reajustadas, mas mesmo assim os aumentos não foram adequados. (...)

ESP. 03/02

demissões

Os 106 médicos professores da Faculdade de Medicina de Taubaté que já receberam aviso-prévio, poderão ter suas demissões no dia 27 deste mês, caso não aceitem as imposições da Irmandade de Misericórdia, mantenedora da escola.

ESP. 06/82

Sete funcionários que lideraram a greve no Hospital Beneficência Portuguesa de Porto Alegre foram despedidos ontem pela direção, conforme anunciou o diretor financeiro, Oscar Arlindo Gaspar Costa.

ESP. 16/82

O impasse criado com a demissão de 96 residentes e 28 internos do Hospital Nossa Senhora de Lourdes prevaleceu ontem à tarde na Delegacia Regional do Trabalho após uma mesa-redonda de três horas em que as partes não chegaram a um acordo e concluíram pela inutilidade do prosseguimento das negociações naquele órgão. A direção do hospital sustentou a sua decisão de manter os residentes afastados enquanto os médicos, com assembléia marcada para hoje às 10 horas, pretendem ampliar sua luta por melhores condições de trabalho (habitação e alimentação) e por melhores salários, pedindo a solidariedade dos demais residentes paulistas.

ESP. 08/82

crítica à Previdência (cb)

Logo depois que o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul, Carlos Sá, protestou contra as novas medidas de contenção adotadas pelo Inamps no Estado — diminuição das cirurgias e internações hospitalares restringidas a beneficiários ativos, gestantes e menores de 10 anos, salvo nas emergências — o ministro da Previdência Social Nascimento e Silva, negou, ao desembarcar em Porto Alegre, que tenha sido reduzido o número de cirurgias por conta do órgão, explicando que não houve redução no sentido global e que "não é absolutamente verdadeiro que o seguro contribui para ter assistên-

cia médica; a assistência é dada dentro das possibilidades financeiras da instituição".

Carlos Sá explica que, de acordo com as novas medidas, a família do beneficiário só terá cobertura para internação em casos muito especiais, "e a esposa e os filhos de mais de 10 anos ficarão a descoberto". Dizendo que as normas são desnecessárias pois o número de cirurgias no Rio Grande do Sul tem-se mantido estável, nos últimos três meses, ele adverte que a classe médica não poderá ser responsabilizada pelas consequências danosas à população.

Questionado sobre as constantes queixas dos dirigentes hospitalares em relação ao atraso no pagamento e insuficiência das diárias, que determinavam a crise financeira de diversos estabelecimentos, principalmente no Rio Grande do Sul, onde hospitais se encontram praticamente em fase de insolvência financeira, Nascimento e Silva afirmou que "se os hospitais estão em regime de insolvência não se deve à posição do Ministério e do Inamps, que pagou até dezembro em dezembro mesmo, e jamais houve isso na Previdência Social.

ESP. 27/01

O fim do banimento: OAB tem parecer e da CGI

Utilizando-se pela última vez dos poderes conferidos pela legislação excepcional que se extinguirá à zero hora do dia 1º, o presidente Geisel revogou, ontem, os atos de banimento impostos a algumas dezenas de presos políticos trocados, há cerca de 10 anos, por diplomatas seqüestrados em território nacional; e extinguiu também a Comissão Geral de Investigações que podia, por processo sumário, propor confiscos de bens. ESP. 30/12/78

Nacionalidade para banidos

Desde ontem, todas as embaixadas e consulados brasileiros têm autonomia para conceder passaportes e títulos de nacionalidade aos brasileiros banidos, exilados ou asilados, informou o porta-voz do Itamarati, Luis Felipe Lampreia. O título de nacionalidade apenas habilita o possuidor a voltar ao Brasil e será concedido em 24 horas, enquanto o passaporte comum será fornecido em três dias aos que tentam permanecer no exterior.

O Itamarati solicitou ontem à Polícia Federal uma lista das pessoas condenadas ou que respondem a processo. Essas pessoas não poderão receber o passaporte, mas terão direito ao título de nacionalidade para entrar no País.

Outro tipo de restrição será feito ao brasileiro que reside no exterior como asilado político. FSP. 04/01/79

A quem interessar

Diz o Governo que os cidadãos brasileiros residentes no exterior têm direito a requerer passaporte para regressarem ao Brasil.

Não é verdade.

A Embaixada do Brasil em Argel nega passaporte ao Sr Breno Capistrano.

E o faz através de um mecanismo sutil. Diz que pediu informações ao Itamarati e ele ainda não respondeu.

Criticado tratamento a exilados

LISBOA — O Comitê para Anistia Geral do Brasil — criticou ontem as recentes medidas de liberalização adotadas pelo governo brasileiro, assinalando que elas não oferecem nenhuma garantia para que os exilados políticos brasileiros possam voltar ao País.

A organização de direitos humanos informou, ainda, que as aparentes concessões feitas à comunidade de exilados brasileiros não alteram os poderes arbitrários do regime, nem ofereceram aos exilados garantias

para retornar ao País. "Não existe nenhuma lei que assegure a integridade física dos oposicionistas, uma vez que as repressões instaladas pelo regime ainda não foram desmanteladas." Por fim, o comunicado do comitê observa que as embaixadas e consulados brasileiros continuam a recusar passaportes e atestados de nacionalidade para exilados, oferecendo apenas passes, "que lhes dão o direito de voltar ao País e ir para a prisão".

ESP. 19/01/79

"O banimento tem o caráter de pena que atua sobre a liberdade, e tendo sido imposta a pessoas que respondiam a processos perante a Justiça, deve influir na situação dos mesmos. Cumprida a pena até a sua revogação, nenhuma outra medida privativa de liberdade deve exceder os limites do prazo que durou o banimento".

A conclusão é do jurista Tércio Lins e Silva, em parecer sobre a questão, aprovado ontem pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Contado o tempo de banimento como tempo de pena cumprida, diz Tércio Lins e Silva, "revogada a pena de banimento, cessaram todos os efeitos dela, inclusive o da suspensão da prescrição que deve se operar sobre os fatos pelos quais respondiam os banidos, observadas as regras vigentes na legislação ordinária, retroagindo para a contagem do prazo. Cabendo ao judiciário a interpretação decorrente da nova realidade brasileira — prossegue — os advogados devem contribuir, ao lado do Ministério Público e dos juizes, para que o estado de direito democrático comece a criar raízes e frutificar através da ação soberana e conciliadora da Justiça".

Todos os banimentos — diz — impostos, foram revogados expressamente pelo decreto nº 82.900, de 29 de dezembro de 1978, além de o serem, natural-

mente, com a emenda nº 11 que passou a vigor a partir de 1º de janeiro último. Diz o referido decreto que, com a sua vigência, "cessa a suspensão de processos e de execução de penas, bem como da prescrição de ações e de condenações decorrentes dos atos de banimento ora revogados, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 11, do A.I.º 13".

Finaliza afirmando que "ou bem retornamos ao regime constitucional dirigido ao estado de direito democrático, ou bem de nada valeu a anistia revogação do AI-5 e seus descendentes bastardos". ESP.

29/01/79

anistia

A anistia será concedida no próximo governo, mas seu alcance ainda não está claramente definido, pelo que informam fontes diretamente ligadas ao general João Baptista Figueiredo. Apenas uma exclusão seria definitiva: A dos que mataram ou feriram, embora impulsionados por motivações políticas.

ESP. 15/01/79

BRASÍLIA (Sucursal) — O senador Petrônio Portela, futuro ministro da Justiça, desmentiu ontem as informações de que estaria estudando, juntamente com o general Golberri do Couto e Silva, o projeto de anistia. Explicou que o problema da anistia somente deverá ser colocado em pauta quando convier ao governo e após a posse deste, em 15 de março, lembrando que os dois primeiros meses serão destinados aos "ajustamentos e aquecimento da máquina para melhor decolagem". Afirmou, com segurança, que não procedem as informações de que já estaria cuidando do problema de anistia, apesar de ressaltar que "como político e por ser coisa do meu ramo tenho a obrigação de preocupar-me, não só com assunto dessa natureza, mas com tudo que diz respeito à política".

ESP. 08/02/79

BRASÍLIA (Sucursal) O general Rodrigo Octávio Jordão Ramos pediu ontem, no Superior Tribunal Militar, que reiniciava seus trabalhos neste ano, a concessão de "anistia para os crimes políticos sem conotação terrorista, ética ou moral" e que seja adotado novo "ordenamento jurídico", através da revisão constitucional e das leis casuísticas e especiais surgidas com o AI-5 - extirpando delas a "excepcionalidade residual e promovendo-se em definitivo o reencontro do Estado com a Nação de forma a assegurar a plena vigência da democracia".

O general disse também, que "pensando somente em termos de Brasil", impõe-se a reimplantação do "Estado de Direito Democrático, capaz de enfrentar com sucesso, as dificuldades que divisamos em futuro próximo, principalmente da ordem econômica-financeira".

Ressaltou ainda o ministro do STM que o regime de exceção desviou "a rota da Revolução", mas frisou que "as medidas já em curso, iniciados pelo governo atual, mostram o desejo sincero de governadores e governados em promoverem a conciliação nacional". ESP. 08/02/79

Quinhentas casas em Taubaté começa invasão

JORNAL DA TARDE

— É de quem chegar primeiro.

O boato começou a se espalhar em Taubaté na manhã de sábado, dia 30, no centro da cidade, nos bairros mais distantes — e alcançou até mesmo algumas cidades vizinhas. O comentário era o mesmo: "Tem gente entrando nas casas da Iporanga". E ontem a invasão já tinha terminado: todas as casas de três conjuntos habitacionais abandonados — o Santa Isabel, com 150 casas, o Moacir Alvarenga Peixoto, com 50, e o Urupês, com quase 300 — estavam ocupadas. E de lá ninguém pretende sair, embora seja esperada para hoje uma decisão do juiz da comarca na tentativa de resolver o problema.

Na tarde do dia 30, por volta das quatro horas, quando o tempo se fechava — prenunciando uma das piores tempestades que já desabaram em Taubaté — foram chegando as primeiras famílias. Algumas vinham com medo, discretamente — outras fazendo espalhafatosas mudanças em cima de caminhões. Mesas, cadeiras, camas passavam pelas ruas de Taubaté, e cada vez era maior o número de pessoas que se dirigia para os conjuntos, com casas abandonadas há mais de 4 anos depois da falência da construtora Iporanga.

João Indalécio, mecânico, morador de um casebre do sogro, no bairro da Estiva, perto do conjunto Santa Isabel, assim que viu as pessoas se dirigindo para as casas, tomou imediatamente a decisão de acompanhar o grupo:

— Eu vi o pessoal passando, carregando móveis e levando um pano na mão. Corri, falei com minha mulher e ela topou. Agarrei um pano e saímos correndo.

O pano — um avental, toalha, cobertor — era a senha — o certificado de posse que deveria ser colocado nas portas ou janelas das casas, indicando que já estavam tomadas.

— Quando cheguei perto das casas — conta João Indalécio —, vi mais de cem pessoas correndo e gritando: é de quem chegar

primeiro. Entrei na primeira casa sem pano. Preguei um lençol na vidraça e desde o ano novo estou morando nela com minha mulher. Trouxe as nossas coisas e agora quero ver no que vai dar.

No conjunto Urupês o problema foi maior. Muitas casas já possuíam donos, que chamaram a polícia para desalojar os novos moradores. A polícia colocou soldados de plantão para evitar distúrbios, e está avisando os invasores para que desocupem as casas sem opor resistência, sob pena de prisão (de 2 a 6 anos de cadeia) e de uma multa de 25 salários mínimos, de acordo com a lei.

Mas o aviso do comandante da Polícia Militar de Taubaté, divulgado insistentemente pelas rádios e jornais locais, não atingiu o objetivo esperado. Ninguém saiu das casas. Mesmo amedrontados, os moradores continuavam se reunindo em pequenos grupos, conversando, sem saber que decisão deveriam tomar.

Aos repórteres, perguntavam se era verdade que poderiam ser presos. Alguns estavam mais tranquilos, e muitos riam enquanto um baiano forte, de cabelos encaracolados e vestindo uma camisa do Corinthians, conhecido pelo apelido de Biro-Biro, fazia um discurso para os novos vizinhos:

— Ninguém sai das casas. Afinal, o MDB não ganhou a eleição? O MDB é o povo, e o povo tem direito de morar bem. Eu estava num barraco e agora estou no meu sobrado — e enquanto discursava reforçava a voz quando dizia a palavra meu.

De qualquer forma, enquanto não vier a decisão do juiz, ninguém abandonará as casas conquistadas nos últimos dias. Por um motivo simples: muita gente que sobrou está à espera de que alguém desista para ocupar uma casa.

— Olha só o que tem de gente visitando o conjunto — diz João Indalécio. — É só começar a falar em sair que aparecem dois, três, quatro querendo entrar. Eu só saio se todo mundo sair.

O fato é que Taubaté, uma cidade de quase 200 mil habitantes, é, no Vale do Paraíba, uma das que mais sofrem com o problema habitacional. A própria prefeitura informa que o déficit habitacional chega a 10 mil residências. Os aluguéis variam em torno de dois mil cruzeiros faixa muito alta para parte dos habitantes.

A invasão que começou no dia 30 trouxe para Taubaté famílias que moravam em outras cidades, como São Luís do Paraitinga e Tremembé. E, com o excesso de gente, problemas para a polícia e para os próprios novos moradores. Contam que uma mulher de idade foi jogada pela janela quando a sua casa foi tomada à força. E as demais construtoras da cidade — como a responsável pelo Conjunto "Flor do Vale" — já reforçaram o policiamento — algumas pessoas já estavam rondando o conjunto e olhando estranhamente para os seus sobrados.

08/01/79

João Batista Olivi

O juiz da 23ª Vara Cível de São Paulo, atendendo a um pedido formulado pelo síndico da massa falida da Construtora Iporanga, determinou à polícia de Taubaté o desalojamento das pessoas que nos últimos dias invadiram cerca de 500 casas de três conjuntos habitacionais da cidade, que ainda estavam desocupadas. A ordem, entretanto, ainda não foi cumprida porque o delegado sectional, Cláudio Tabajara, pretende ouvir o parecer do juiz da Comarca, Carlos Alberto Lopes, o qual esteve ontem em São Paulo, a fim de tomar conhecimento da decisão do titular da 23ª Vara Cível. ESP. 09/01/79

juiz ordena despejo

moradores aguardam solução

O ESTADO DE S. PAULO - 19/11/78

Dentro de 15 dias, os 5 mil moradores das vilas Cristália, Moraes e Hercílio de Moraes terão uma resposta sobre o atual estágio em que se encontram os processos de regularização dos lotes adquiridos por eles e as benfeitorias públicas que serão realizadas nesses bairros. A promessa foi feita pelo administrador regional do Ipiranga, Alfredo Rossi, ao receber na manhã de ontem uma comissão de 200 moradores. Li-

derada pelo advogado José Mentor, do Centro Acadêmico 22 de Agosto, da PUC.

A situação dos moradores das três vilas é a mesma. Todos pagaram os lotes, possuem recibos e estão com os impostos em dia, só que os proprietários dos loteamentos prometem há 4 anos que vão regularizar a situação, mas até agora não cumpriram a promessa. Enquanto isso, os moradores permanecem sem água, luz, esgoto e asfalto,

resistência e despejo

Com agressões a homens, mulheres e crianças, um grupo de soldados da Polícia Militar e oficiais de justiça, armados de metralhadoras e bombas de gás lacrimogênio executou, ontem, uma ordem de despejo contra duas famílias que ocupavam apartamentos do conjunto residencial Jardim de Itapagipe, na Cidade Baixa, em Salvador. Os moradores do conjunto haviam organizado uma resistência e tentaram impedir que os apartamentos fossem desocupados, bloqueando a entrada do prédio com uma bandeira brasileira.

A violência começou com a chegada do comandante do grupo, o major da PM Etienne Falcão, oficial bastante conhecido em Salvador pela prática de arbitrariedades e que já esteve envolvido em diversos inquéritos instaurados para apurar violências policiais. Depois de entrarem no prédio à força, os policiais desocuparam o apartamento 202, do bloco 3-C, de Jucelia Claves Andrade, colocando seus móveis na rua. Na invasão do prédio os soldados rasgaram a bandeira com a qual os moradores simbolizavam a resistência. 28.11/78

protesto contra

BNH

RIO (Sucursal) — Cerca de duas mil pessoas participaram ontem de uma reunião seguida de passeata nos conjuntos residenciais Avenida Brasil e Anibal Porto, no subúrbio de Irajá, em protesto contra o BNH, pelo aumento do valor das prestações de Cr\$ 650 para Cr\$ 1.200 e a iminência de um despejo em massa.

Os dois conjuntos residenciais abrigam cerca de 1.600 famílias e a manifestação contou com o apoio das associações dos moradores de ambos os conjuntos. Faixas, cartazes e megafones foram usados na reunião, que teve também a participação de um bloco carnavalesco.

Os presidentes das associações dos moradores, Antonio Hermodas e Carlos Oliveira, revelaram na ocasião que há um movimento crescente entre os diversos conjuntos residenciais na defesa de direitos. Reclamaram que os conjuntos encontram-se em mau estado e com falta de obras de estrutura.

Os pequenos jornais de resistência que encontramos em diversos bairros do Rio, além de serem o veículo de consciência e organização local, somados formam um grande polo de resistência popular. Vamos incentivar o surgimento de novos e fortalecer os que já existem.

LEIA:

- "TAGARELA" da Rocinha
- "CHAPÉU" do Chapéu Mangueira
- "MENSAGEIRO" da Vila do Vidigal
- "O ECO" do Morro Santa Marta
- FOLHA DO BOREL do Borel
- FOLHA DA FORMIGA do Morro do Formiga
- "O GRITO" do Conjunto D Jaime Câmara, em Padre Miguel
- CAMINHO NOVO do Morro do Adeus, em Bonsucesso

E outros

FOLHA DE S. PAULO

Polícia não intimida moradores

Os moradores do Parque América, na Zona Sul de São Paulo, vinham já há algum tempo lutando para legalizar seus terrenos, quando um dia foram surpreendidos com a chegada, no bairro, de um vendedor de materiais de construção de barracos, dando início à implantação de uma favela. Eles sabiam que se fosse instalada uma favela naquele local, o esforço feito até então iria por água abaixo: não conseguiriam a legalização de seus lotes junto à Prefeitura.

A primeira providência que os moradores tomaram foi avisar a Prefeitura e reclamar à delegacia, mas isto de nada adiantou. O indivíduo, que dizia ter uma autorização do delegado para se instalar ali, continuava a provocar a população, ameaçando bater, matar. Foi então que o pessoal se organizou e resolveu agir por conta própria.

Por duas vezes seguidas deram prazos para ele sair dali retirando todo o material, explicando que a existência de uma favela no local iria prejudicar a legalização de seus lotes. Também isto foi inútil. Reuniram-se, então, cerca de 50 moradores, para expulsar aquele elemento.

A primeira idéia que surgiu entre eles foi a de derrubar, simplesmente, o barraco, mas viram que isto não adiantava muito, porque este poderia ser reconstruído. Foi então que decidiram botar fogo na madeira empilhada. Não demorou muito, e apareceu um carro da polícia. Dentro estava o provocador, junto com dois policiais.

Os policiais perguntavam por um dos moradores, dizendo que era quem tinha atado fogo na madeira e que ele precisaria ir até a delegacia. O grupo respondeu prontamente: "Foi todo mundo que botou fogo. Se é para ir à delegacia, vai todo o mundo". Ali na hora decidiram que iria dois moradores no carro da polícia, mas convocariam todo o pessoal do bairro e mais o advogado para ir também.

Na delegacia, enquanto o restante do pessoal não chegava, os dois foram xingados de baderneiros, impedidos de falar e não faltou ameaça de espancamento. Em um dado momento o delegado falou para um dos ajudantes: "Dá um trato nele".

O POVO SENTIU-SE MAIS CONFIANTE"

A situação mudou, porém, quando chegou o pessoal do bairro com o advogado, o padre, etc., exigindo a soltura dos presos. "Os policiais ficavam pequeninhos diante do povo", contou um dos moradores. A atitude dos policiais, de ameaçadora, passou a ser de defensiva. Tentaram explicar que tinham agido daquela forma

para evitar maiores bagunças no bairro. Mas isto não convenceu ninguém. "Nem quero saber de seu papo", diziam os moradores.

A reação do povo era de indignação e espanto: "Não esperávamos que o delegado protegesse quem fez o mal", dizia um deles. Como resultado dessa pressão toda os dois moradores foram soltos. "Depois disso, o povo criou mais confiança em si mesmo", é o que conclui um dos participantes. Isto, porém, não impediu que o delegado abrisse um inquérito e intimasse, alguns meses depois, 15 moradores para depor.

O pessoal do Parque América continuou a luta pela legalização dos seus lotes. Seis meses depois da luta contra a tentativa de instalação da favela, decidiram pressionar a imobiliária Mabil Matarazzo, que estava demorando muito para assinar o compromisso de compra e venda, primeiro passo para a legalização do lote.

Cerca de 300 pessoas reuniram-se e foram até Santo Amaro e, em frente à imobiliária, iniciaram uma passeata exigindo o contrato. Não passou muito tempo e chegou a polícia, a chamado da imobiliária, proibindo a manifestação e querendo levar alguns manifestantes para a delegacia.

"Vocês vieram para defender ladrão e prender trabalhadores?" - era a pergunta que os moradores faziam aos policiais. E recusavam-se a ir à delegacia: "Nós pagamos para ver vocês levarem alguém daqui!"

Diante da resistência do povo, não restou outra saída aos policiais a não ser chamarem o gerente para ir à delegacia. Somente depois que o gerente subiu no carro da polícia é que os moradores concordaram em acompanhar os policiais. O carro da polícia foi na frente com o gerente e o povo foi atrás em passeata pelas ruas da cidade.

Chegando lá, mostraram ao delegado que estavam sendo roubados pela imobiliária: "Já que o senhor quer prender alguém, vamos até a imobiliária buscar o dono, que é o verdadeiro ladrão. Solte o gerente. O dono está roubando 1.800 famílias." O delegado ficou desarmado diante da atitude dos moradores, mas também nada fez para prender o proprietário da imobiliária Mabil Matarazzo.

Essas brigas com a polícia aconteceram já há algum tempo. Depois de muitas outras brigas e atropelos, os moradores do Parque América começam a colher os frutos. A imobiliária, por causa da pressão, já chamou mais de 80 moradores para assinar o contrato de compra e venda, da forma como eles queriam.

DIÁRIO - JANEIRO 79

Povo exige água, luz, esgôto...

O prefeito de Nova Iguaçu, Ruy de Queiroz, resolveu definitivamente fugir dos integrantes da comissão de coordenação do Movimento Amigos de Bairros. O encontro vem sendo tentado desde a assembleia geral do movimento, realizada no dia 14 de outubro, com cerca de 700 pessoas das 47 associações do município. Como daquela vez em que o prefeito não compareceu, todas as outras tentativas batem na recusa. A intenção dos moradores é conseguir uma audiência a cada 15 dias, para procurar solução dos problemas imediatos de cada bairro.

No último dia 7, Ruy de Queiroz deixou a comissão esperando durante 90 minutos e depois mandou avisar pelo chefe de gabinete que o encontro seria "um mero evento social sem qual-

quer valor prático". Numa coisa pelo menos o prefeito foi correto: sincero, ao demonstrar, com esta frase, a inutilidade de seu governo no que diz respeito ao atendimento dos bairros populares de Nova Iguaçu.

Hoje, a preocupação das Associações de Amigos de Bairros de Nova Iguaçu, é procurar manter o movimento unido e organizado. O prefeito não vai recebê-los mas conseguiram que o seu chefe de gabinete, todas as quintas-feiras, seja obrigado a receber os moradores, anotar os problemas e o que é mais difícil: dar respostas aos pedidos anteriores.

As 47 Associações de bairros de Nova Iguaçu foram criadas a partir da necessidade de resolver os problemas imediatos, diante da indiferença das administrações. Em vários bairros são formados mutirões para solucionar a falta de água, a limpeza das valas, de iluminação, etc. **BERRO - 01/12/78**

DECAI O NÍVEL DE HABITAÇÃO NO BRASIL

por Antônio Carlos Campos de São Paulo

Uma queda do padrão habitacional brasileiro, entre 1972 e 1976, foi o que constatou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) recém-concluída pela Fundação IBGE, ao levar em consideração as condições de moradia que diz respeito ao tipo de cons-

trução de moradia existentes em 1976, abrangendo uma população de 106,1 milhões de pessoas, 22,5% (4,91 milhões) são construções rústicas e contam com 25,3 milhões de moradores. Na definição da própria PNAD, as construções rústicas são aquelas "onde predominam paredes e coberturas de taipa, sapé, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida".

O quadro levantado pela PNAD em 1976 mostra que num espaço de quatro anos houve um aumento de 114% dos domicílios de construção rústica, com predominância na zona rural — para efeito de comparação, foi excluída a região VII (Norte e Centro-Oeste), que não consta da pesquisa realizada em 1972.

Se o número desse tipo de moradia cresceu vertiginosamente no período que separa uma pesquisa da outra, o mesmo ocorreu com relação aos seus moradores: esses passaram de 10, milhões, em 1972, para 24,5 milhões em 1976, o que representa uma elevação de 126% de habitantes de domicílios rústicos. Já o número de moradores dos chamados domicílios duráveis (paredes de alvenaria ou madeira preparada; piso de cimento, madeira ou cerâmica; cobertura de telhas, amianto ou laje) mostrou redução de 4,1% no período, passando de 79,5 milhões de pessoas em 1972 para 76,2 milhões quatro anos depois.

Para essa queda do nível habitacional no campo não houve uma contrapartida na melhoria das moradias da zona urbana, que efetivamente recebe os fluxos migratórios procedentes do setor rural. As construções urbanas duráveis, nesse período de quatro anos, aumentaram em apenas 14,3%, enquanto as rústicas (favelas, principalmente) cresciam 78,9%. E, além disso, na zona rural, a situação piorou sensivelmente, com o número de moradias de taipa e piso batido aumentando 130,9% no período — **04. 12/72**

tensão em Passo Fundo

PORTO ALEGRE (Sucursal) — O assassinato de um estudante por um cabo da PM e os choques violentos que vêm ocorrendo desde terça-feira, em Passo Fundo (RS), entre a população revoltada e soldados, que deixaram como saldo, até ontem, pelo menos mais um civil morto e três gravemente feridos, provocaram ontem uma intensa mobilização de autoridades e políticos gaúchos. Passo Fundo foi praticamente transformada em praça de guerra ao ser ocupada por fortes contingentes do Exército, que tentam conter a onda de manifestações populares contra a violência policial.

Na segunda-feira, o estudante Clodoaldo Teixeira, de 17 anos, saiu por volta de 18h30 da oficina de conserto de motocicletas em que trabalhava, para entregar uma moto a um cliente. Abordado pelo soldado Clóvis Amaral Reiter, ele fugiu em alta velocidade, pois não tinha documentos, mas acabou sendo atingido nas costas por um tiro desferido pelo cabo José Valmor da Silva, que o perseguia numa viatura policial, em companhia do soldado Jacinto Chaves.

— Quando a notícia circulou, várias manifestações começaram a surgir na cidade. Elas culminaram com a partici-

pação de milhares de pessoas no enterro do estudante, por volta de 17h30, na terça-feira. Havia um ato público previsto para as 20 horas, na frente da Igreja Nossa Senhora da Aparecida, em repúdio à violência policial, mas um forte contingente militar armado de fuzis, revólveres e metralhadoras, tentou impedir o acesso dos manifestantes que vinham do cemitério, portando faixas que diziam: "A Briga é contra o povo", "PMs covardes", "Vampiros da economia popular", "O povo tem de se armar para se proteger dos policiais assassinos".

Nos choques que se seguiram, a Polícia Militar abriu fogo contra a multidão, provocando a morte de mais um civil, ainda não identificado, e ferimentos graves em mais três pessoas. Haveria ainda mais um morto, segundo notícia não confirmada. Alguns observadores dão conta de um cerco ao quartel da Brigada Militar levado a cabo por cerca de oito mil manifestantes.

Por sua vez, o setor Jovem do Diretório do MDB de Porto Alegre anunciou ontem a convocação de manifestações populares no sétimo dia da morte de Clodoaldo.

FOLHA DE S. PAULO - 08/02/79

Movimento Contra Carestia vai boicotar alimento caro no Dia Nacional de Luta

São Paulo — O 1.º Encontro Nacional de Representantes do Movimento do Custo de Vida — agora denominado Movimento Contra a Carestia — encerrado ontem em São Paulo, marcou para 27 de agosto seu Dia Nacional de Luta, com boicote a um produto alimentício caro, escolhido a critério de cada região.

No mesmo dia, será entregue no Palácio do Planalto, em Brasília, nova lista de assinaturas contra a carestia, pedindo, além do congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, abono salarial e aumento de salário acima do aumento do custo de vida, e também "terra para os que nela trabalham ou desejam trabalhar e condições técnicas para tanto".

O 1.º Encontro Nacional — do qual participaram representantes de nove Estados e 15 cidades do interior de São Paulo — aprovou moção de "descontentamento e repúdio" ao Ministério do General João Baptista de Figueiredo, "principalmente aos Ministros da área econômica, Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen, Karlhos Rischbieter e Mário Andreazza", alegando "conhecemos o passado de alguns deles, que tanto mal já causaram aos trabalhadores do Brasil."

No manifesto divulgado ontem, o Movimento inclui um adendo ao abaixo-assinado, "especificando os seis gêneros alimentícios mais usados pela população de São Paulo: arroz, feijão, óleo, carne, leite e café" e que "outras regiões poderão escolher os produtos conforme suas realidades e problemas específicos".

O Movimento assumiu também a "luta pelo salário mínimo nacional — que os salários regionais sejam abolidos e que o índice tomado para aumento atenda às necessidades dos trabalhadores". Decidiu "reforçar as lutas no 1.º de maio, juntamente com os sindicatos, Igreja e entidades por um salário mínimo nacional e pelo congelamento dos preços".

JB- 29/01/79

FOLHA DE S. PAULO

Coronel afasta soldado

FRANCA (do correspondente) — O comandante do décimoquinto Batalhão de Polícia Militar, coronel Alcebiades Sebastião da Motta, afastou na segunda-feira passada o soldado Robisson Machado, que foi transferido para a unidade militar de Barretos, onde aguardará o desfecho de um inquérito militar, instaurado para apurar sua participação no movimento de protesto realizado na Vila São Sebastião, onde moradores puseram uma faixa, pedindo à Sabesp e ao prefeito Maurício Sandoval Ribeiro providências imediatas, no sentido de instalar a rede de esgotos e o asfalto prometido já há muito tempo.

Em verdade, Robisson Machado, morador há anos no bairro São Sebastião, foi procurado por um grupo de moradores, que lhe pediam que redigisse um abaixo-assinado a ser entregue à "FOLHA", já que dirigentes dos escritórios locais da Sabesp, afirmavam, sempre, quando procurados por representantes do bairro, que "o problema do esgoto tem que ser resolvido em São Paulo". Também do prefeito de Franca, a resposta era a mesma, quando fora procurado: "A solução do vosso problema, virá de São Paulo". Mais de 20 visitas foram feitas pelos moradores do bairro, que, em comissão procuravam, sem obter nada de concreto, contatos com os escritórios da Sabesp e o gabinete do prefeito.

MORADORES INTIMADOS

O afastamento do soldado Robisson Machado pegou de surpresa todos os moradores do bairro, pois lá ele sempre foi muito respeitado. Mas também são estes moradores, muitos dos quais já foram intimados para depor no quartel da Polícia Militar, que afirmam: "Não entendemos o que está acontecendo. O soldado Robisson sempre foi muito bom com a gente. Será que ele vai ficar preso apenas porque entregou ao jornal um abaixo-assinado?"

Além de Robisson Machado, outro soldado, que é seu cunhado, foi inicialmente transferido para uma unidade militar em Ituverava. 9-12-78

Lavadeiras criam tabela de preços

As lavadeiras de Rio Branco decidiram estabelecer uma tabela padrão nos preços de lavagem de roupa, que deverão vigorar a partir de 1.º de janeiro caso contrário não exercerão mais esse serviço. A decisão foi tomada depois de várias reuniões em praticamente todos os bairros.

Além da tabela de preço, as lavadeiras estão movimentando para fundar uma Associação ou Sindicato para facilitar o encaminhamento de suas reivindicações. ESP. 24/12/78

Vida mais cara

D.S.P. 30/12/78

Nos últimos doze meses, o custo de vida subiu mais para as famílias de renda menor. A elevação, para as famílias que ganham até Cr\$ 5.353,74, foi de 41,21%, contra um aumento de 40,60% para as que ganham entre Cr\$ 5.353,48 e Cr\$ 10.706,94 e de 40,72% para as que recebem mais de Cr\$ 10.706,95.

Fazendo uma média entre todos os estratos, a elevação do custo de vida dos últimos 12 meses foi de 40,79%. De janeiro a novembro, a vida ficou 38,45% mais cara e em novembro a alta foi de 2,26%.

No mês passado, os maiores aumentos foram, segundo o Dieese, em Equipamentos Domésticos, 4,36%; Higiene Pessoal, 3,35%; Vestuário, 3,22%; e Alimentação, 2,63%.

Na alimentação, os maiores aumentos foram: Frutas, 10,90%; Hortaliças, 10,62%; Bebidas, 5,94%; e Refeições Avulsas, 4,83%. Houve redução de 2,07% em Gorduras e Condimentos, principalmente em virtude da queda dos preços da cebola.

Os índices que mais subiram últimos doze meses foram: Educação e Cultura, 50,28%; Alimentação, 47,24% e Higiene Pessoal, 45,25%.

Por causa do aumento do custo de vida em novembro, o valor real do salário mínimo caiu 2,05%.

ESCOLA DA VILA NOVA NÃO SERÁ FECHADA

Em fins de novembro, correu a notícia de que a prefeitura cederia as salas da Escola Municipal da Vila Nova, ao Estado.

Os pais, alarmados se reuniram, debateram o problema com o secretário municipal da Educação.

Com um abaixo-assinado ao governo estadual, insistiram para que a escola da prefeitura continuasse educando seus filhos. E foram ouvidos. Já foram feitas as matrículas e já estão escolhidos a diretora e professores para este ano de 1979.

PARTICIPAR DA VIDA DA FAVELA NÃO É SO' DIREITO DOS HOMENS.

Já tem muitas mulheres participando da construção de caminhos, limpeza de valas e das assembleias da SAMC.

Foi feita uma palestra sobre o problema da SAÚDE no morro e 50 moradores compareceram. A maioria deles era mulher. Elas disseram que gostaram muito de tudo que foi conversado lá, nesse dia, e disseram também que querem continuar a fazer estes encontros pois eles esclarecem a gente sobre os meios de resolver os problemas da saúde e também suas causas.

É HORA DE MUDAR VOCE' PRECISA



PARTICIPAR

Precisamos apoiar as iniciativas do grupo feminino. Contamos com todos vocês para isso.

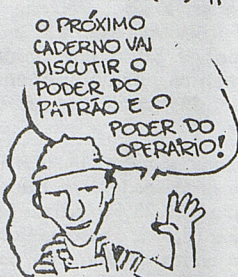
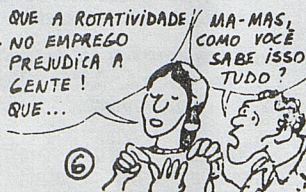
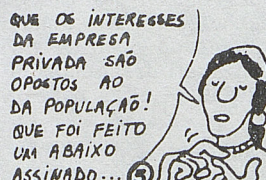
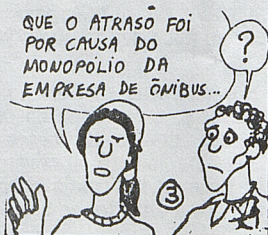
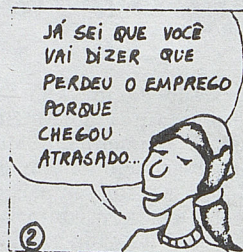
UNIÃO E AÇÃO - JORNAL

FEITO POR UM GRUPO

DE MORADORES DO MORRO.

'O Trabalhador e o Transporte Coletivo' "Série Trabalho", O CET sugerimos alguns pontos para você pensar e discutir com os companheiros:

- 1) Quais os problemas que o transporte traz para a sua vida e de sua família? (...)
- 2) "A concorrência é uma corrida que tem como ponto final o monopólio" (pag. 7) Por que isto acontece?
- 3) Por que o governo não dá a devida atenção ao transporte coletivo? (pag. 10)
- 4) O transporte coletivo é explorado por empresas privadas com objetivo de lucro. Que tipo de problema isto traz? (pag. 11)
- 5) O que explica o descaso com o transporte ferroviário no Brasil? (pag. 12)
- 6) O Waldemar diz que a causa principal dos problemas do transporte é a propriedade privada dos terrenos e a falta de estabilidade no emprego. (pag. 16) Você concorda com ele?
- 7) Como o povo poderia controlar o transporte Coletivo?



O ENDEREÇO DO CET É:
RUA JOSÉ BRANDÃO 564 CONTINUAÇÃO
DA AV. VISCONDE DE IBITURUNA
BARREIRO DE BAIXO - 30.000 B.H

EMANCIPAÇÃO: PROJETO NA GAVETA

Depois de tantos protestos e de uma quase unanimidade contra o projeto que regulamenta a emancipação prevista no Estatuto do Índio, o Ministério do Interior solicitou à Presidência da República o arquivamento do mesmo. O porta-voz oficial do governo, coronel Ludwig, disse que o projeto "é apenas um dos muitos assuntos que estão na área do debate público". No entanto, os principais interessados no debate em questão não foram recebidos pelo presidente no dia 19 de dezembro, data em que 23 caciques estiveram no Palácio de Planalto; e o coronel Ludwig alega simplesmente falta de pedido de audiência - em suas palavras: "O Presidente não pode ficar à disposição de qualquer um que apareça aqui e queira ser ouvido, porque ele tem um programa a cumprir" ... "O assunto emancipação está em estudos e será considerado naturalmente".

Resta saber quando e como será considerado o Documento dos Índios sobre a Emancipação, e se o projeto sairá da gaveta para ser debatido por quem de direito. (C.B.)

Cimi lamenta indicação de Andreazza

O Secretário do Cimi vê a vinculação do Sr Mário Andreazza a empresas da Amazônia como perigosa para o índio, e disse que, com ele à frente do Ministério do Interior, as tentativas de levar avante o projeto de emancipação prosseguirão, denegrindo a imagem do Brasil no exterior, através "do mais sofisticado atentado da História contra os índios e suas terras".

Sobre a permanência ou substituição do Gen. Ismarth de Oliveira na presidência da Funai, o Pe. Egidio Schwade destacou que é indiferente. "Há uma política global, e quem quer que aceite o cargo val executar, com a agressividade do General Bandeira de Mello ou com a habilidade do General Ismarth, a política nefasta do Ministério do Interior contra o índio".

Associação vai à Justiça para impedir que a Funai venda madeiras de índios

Porto Alegre — Em nome dos 2 mil kainkangues do toldo de Ibirama, em Santa Catarina, a ANAI (Associação Nacional de Apoio ao Índio) impetrará, hoje, mandado de segurança contra a Funai pela venda de madeira das terras daquela comunidade.

Segundo o vice-presidente em exercício da ANAI, Sr Caio Lustosa, "está havendo um desvirtuamento da tutela da Funai sobre os índios, que não lhe dá o direito de vender o patrimônio indígena sem o consentimento do selvicola".

Documento rejeita emancipação

"O sangue do nosso povo não pode mais ser contido nas veias, vendo que as nossas terras restantes comparadas com o imenso território brasileiro sobre o qual tínhamos, no passado, o pleno domínio de posse, estão sendo usurpadas pelos brancos." Esta afirmação consta do documento de 25 índios que estiveram reunidos em Goiás Velho esta semana e entregues ontem ao presidente Geisel, em Brasília.

Os índios abordam particularmente a questão da emancipação, colocando-se contra qualquer projeto que vise à aceleração do processo de integração na sociedade nacional. "Tendo sido encaminhado a v. exa. o projeto de decreto da emancipação — afirmam — deixamos aqui o nosso parecer, o parecer do índio. O único indivíduo que não foi convidado a dar o seu parecer a respeito da emancipação que o vai atingir. O que mais nos deixa perplexos é o fato de o projeto da emancipação estar sendo lançado sem que vários artigos de nossa lei, o Estatuto do Índio, tenham sido cumpridos."

"Assim como a opinião pública condenou esta emancipação — continuam — nós, em nome da comunidade indígena brasileira, repudiamos esta

emancipação. Que ela seja afastada de vosso gabinete e que sejam levadas em consideração nossas exigências. Que se reconheça o índio como dono legítimo de suas terras e que as reservas sejam reconhecidas como propriedade coletiva das comunidades indígenas. Qualquer omissão ou falta de interesse sobre este aspecto será atitude que nos levará a concluir que a emancipação pregada pelo ministro do Interior é nada mais nada menos que uma atitude hostil e mal intencionada contra as comunidades indígenas. Portanto, condenável."

Os índios denunciaram também "a ação policialesca que a Funai vem exercendo sobre as comunidades indígenas, proibindo os índios de participarem de encontros e reuniões". Nesses encontros, os índios afirmam que nada mais é feito do que o relato das suas lutas e fracassos, dos crimes praticados pelo branco nas comunidades" nas quais cada um deles está integrado.

Ainda sobre a emancipação, os índios afirmam que não se impressionaram com as declarações do ministro do Interior e do presidente da Funai em defesa do projeto. "Isso porque — acentuaram — nós, vítimas dessa política, somos os

O Sr Caio Lustosa tomou conhecimento da intenção da Funai em colocar à venda a madeira de Ibirama, através de edital do *Diário Oficial* gaúcho, em que foi publicado que a Funai, no dia 15, receberá as propostas para a transação. Representantes da ANAI em Santa Catarina estiveram com os índios, e ficaram sabendo que não estavam interessados na venda dos 15 mil metros cúbicos de madeira, além de pedir à ANAI para impedir a transação.

únicos a poder dar o parecer sincero sobre o que representa a emancipação. Porque se as palavras bonitas resolvessem o nosso problema hoje não estaríamos em situação tão diferente daquela defendida pelo Estatuto do Índio. A emancipação desejada pelo ministro trará a destruição das comunidades indígenas e a consequente destruição individual e coletiva dos seus componentes. Por que o índio tem que viver em comunidades próprias, em plena liberdade, para exercer as suas tradições culturais e ter as suas terras garantidas".

Assinam o documento chefes das tribos karipuna, palikur e galibi, do Amapá; dessana, apurina e jamamadi, do Amazonas; tapirapé, xavante, rikbaktsa, pareci e kaiuá, de Mato Grosso, e kanigang e guarani, do Sul do País.

Tribos da Amazônia ameaçadas

A Comissão Pró-Índio do Acre divulgou ontem comunicado denunciando que o projeto governamental de exploração da floresta amazônica através de "contratos de risco" na área nº 1 atentará contra a existência dos kaxinauá, culina, campa, jaminawa e manchineri, os 5 grupos indígenas que vivem na região. O comunicado explica, ainda, que as oito reservas delimitadas mas não demarcadas pela Funai em 76 para esses índios, devem ser-lhes asseguradas por lei.

Além disso, "a Amazônia não merece esse atentado dos poderes públicos; os índios, castanheiros seringueiros e colonos não são responsáveis pela dívida externa brasileira e não é justo que o ônus maior recaia sobre eles".

O trabalhador e a política

A CPT (Comissão Pastoral Da Terra) em seu boletim de de 1978 apresenta alguns capítulos de livrinho publicada na Prelazia do Acre e Furu, sobre o TRABALHADOR e a POLITICA, e que está sendo discutido nas bases, nas comunidades. Neste número de CB, julgamos importante reproduzir alguns extratos que permitam ao leitor uma visão de questões importantes que vêm sendo debatidas no Acre e que a CPT propõe como ponto de partida para a discussão em outros estados e municípios, com as devidas adaptações.

I.- A POLÍTICA DOS RICOS:

Estamos no tempo eleitoral. É tempo de campanha.

Aparecem políticos antigos, que todos nós já conhecemos e irão aparecer também alguns candidatos novos que nunca vimos.

Eles aparecem sem ninguém esperar. Eles vêm com aquela conversa bonita, prometendo mundos e fundos.

Sabemos que alguns candidatos vão gastar milhões de cruzeiros na sua campanha, inclusive para comprar seu voto!

Agora, meu amigo, preste bem atenção!

É preciso a gente perguntar: Quem são os políticos atuais?...
...É claro que a grande maioria dos políticos são de famílias bem colocadas. Eles são proprietários de grandes extensões de terras, de nos de seringais, grandes comerciantes, altos funcionários...

...A POLITICA ATUAL É DOMINADA POR PESSOAS DE FAMILIAS RICAS.

Agora, vamos dar mais um passo em nessa reflexão.

Você acha que esses políticos ricos vão defender os interesses da pobreza? De forma nenhuma!

Os políticos da classes rica têm um objetivo bem claro. E esse objetivo é:

DEFENDER OS INTERESSES DA CLASSE RICA.

Então, podemos dizer que em política, cada um puxa a brasa para sua sardinha, cada um procura defender os interesses de sua classe. ...

II.- O QUE A POLITICA DOS RICOS TRAZ PARA OS POBRES?

De quem é uma rua, uma praça, um prédio público? O Palácio do governo? As Centrais Elétricas de Acre? O dinheiro dos impostos?

Não é nem do governador, nem do prefeito, nem dos deputados, nem do presidente!

Tudo isso é público, quer dizer: é de todo mundo!

A política dá a algumas pessoas o poder de dirigir aquilo que não é deles, mas é do povo.

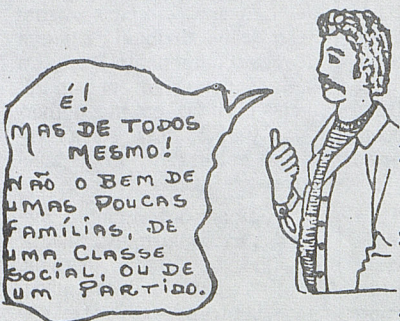
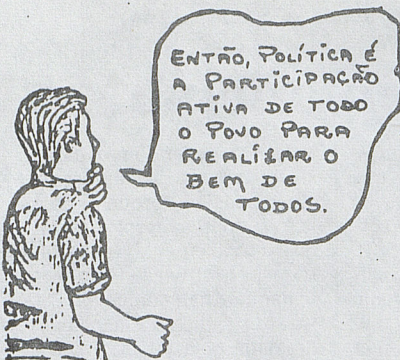
Pois bem, na situação atual, os políticos usam dos negócios públicos para defender interesses pessoais e interesses de grupos.

Alguns políticos utilizam o que não é deles, para promover a sua classe. Arrumam altos empregos para parentes. Fazem leis que protegem os interesses deles e usam da força para garantir seus privilégios. ...

... NORMALMENTE, A POLITICA DOS RICOS USA, EM PROVEITO PRÓPRIO, AQUILO QUE É DE TODO MUNDO !

... Quais os resultados concretos, para os pobres, quando uma política é dirigida pelos ricos?

- SAUDE : No Brasil, em 1977, de cada 1000 crianças até um ano de idade, mais de 70 morreram. A taxa de mortalidade infantil cresce à medida que o salário e a alimentação do povo diminuem.



- MORADIA : O BNH foi criado para construir casas populares. Usa do dinheiro do trabalhador (FGTS), mas o trabalhador é obrigado a viver nas periferias das cidades.

- SALARIO X CUSTO DE VIDA : De 1964, até 1974, o salário mínimo aumentou 7 vezes, enquanto o custo de vida aumentou 16 vezes.

- TERRA : No Acre, 1/3 das terras já foi vendido para grandes empresários.



III - A FÓRÇA DOS POBRES

Se a gente olhar direitinho para nosso estado, logo vê que a maioria da população é de pequenos colonos, seringueiros, diaristas, pedreiros, oleiros, lavadeiras, domésticas e funcionários de baixo salário. A gente vê também engenheiros, técnicos e doutores nas fábricas, construções, na agricultura e em outros serviços. Mas, sem o trabalhador, nada vai pra frente.

SÃO OS TRABALHADORES BRAÇAIS QUE PRODUZEM A RIQUEZA E SÃO O ALICERCE DA NAÇÃO.

... Você já imaginou se todos os trabalhadores do Brasil parassem de trabalhar, o que iria acontecer? ! Isso mostra que a sobrevivência de uma nação depende das mãos dos trabalhadores.

Agora veja este problema: O trabalhador, que produz toda a riqueza da nação, não decide onde essa riqueza deve ser repartida. O trabalhador não ajuda a fazer as leis.

O trabalhador não tem o direito de dizer quanto deve ser o seu salário. Não dá palpite no emprego do dinheiro público. ... e tantas coisas mais.

TUDO ISSO MOSTRA QUE PRECISAMOS DE UMA POLITICA DIFERENTE EM QUE O TRABALHADOR POSSA DECIDIR EM TUDO !

...

IV- A NOVA POLITICA

Agora surge outro problema: COMO VAMOS CONSTRUIR ESSA NOVA POLITICA?

Para conseguirmos mudanças e melhoramentos, não adianta esperarmos pelos políticos profissionais. O mais importante é reunir as nossas forças.

É nos sindicatos, nas associações e grupos, que os trabalhadores se esclarecem, se unem e têm força para exigir juntos os seus direitos.

Aqui em nosso estado temos, entre outros : Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato da construção civil, Sindicato dos Motoristas, Associação dos Estivadores, Mas, as lavadeiras, as domésticas, as professoras rurais e tantos outros trabalhadores ainda não têm sua associação de classe.

E IMPORTANTE QUE TODOS OS TRABALHADORES SE ORGANIZEM EM ASSOCIAÇÕES DE CLASSE.

Agora, preste atenção: Cada sindicato, cada associação, se preocupa com seus próprios problemas. Veja este exemplo: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais procura defender os interesses do homem do campo, mas não olha para o que acontece nos outros sindicatos, nem atua no campo propriamente político.

Para esta atuação política, torna-se necessária a existência de um partido, formado pelos trabalhadores, e que defenda os interesses de todos os trabalhadores.

NB: A Pastoral Social da Arquidiocese de Fortaleza lançou um livreto: "O que todo agricultor precisa saber sobre a terra" - impresso em 10 mil volumes para distribuição em todas as paróquias do Estado; alguns volumes serão encaminhados ao futuro ministro Delfin Netto.

Contag denuncia crime em PE

A Confederação dos Trabalhadores na Agricultura - Contag - e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, em Pernambuco, vão denunciar, na Justiça, como responsáveis pelo assassinato dos trabalhadores rurais Mauro Antônio da Silva e Marivaldo da Silva, mortos a

tiros no Engenho Boa Fé, o tenente Feliciano Espenhara, três soldados, o comissário Antonio Pedro e o vereador Nelson Marques.

Segundo a Contag, o antigo trabalhador do Engenho Boa Fé, de propriedade de Gilson Almeida Alencar, Mauro Antônio,

que tinha saído desse emprego por questões trabalhistas, ao retornar no último dia 8 para visitar seu pai, que estava doente, foi recebido pelos policiais, com ordem de prisão.

A Contag afirma que a morte dos dois lavradores vem somar-se ao número já bastante

elevado de violências e crimes cometidos contra trabalhadores indefesos, vítimas do poder latifundiário, que se utiliza até mesmo de seus policiais para transgredir a lei e os direitos dos trabalhadores.

ESR 14/72

'Bóias-frias':

um crescimento de 60% em São Paulo, em 5 anos

por Antônio Carlos Campos
de São Paulo

A agricultura paulista empregava, no começo de 1975, um total de 287,9 mil trabalhadores volantes, de acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola citados em recente estudo da Secretaria de Economia e Planejamento sobre a participação do trabalho temporário no setor rural. O número de bóias-frias apurado pelo IEA representa um aumento de cerca de 60% em relação ao indicado no Censo Agrícola de 1970, que foi de 181 mil, e aproxima-se do total registrado em 1960, de 292,8 mil, na agricultura paulista.

De acordo com o levantamento, a região de Ribeirão Preto concentrava 32,7% (94,1 mil) dos trabalhadores volantes do setor agrícola estadual. Em nível regional, a participação dos bóias-frias (não residentes e volantes) alcançava 46,7% em Ribeirão Preto, num total de 202 mil pessoas ocupadas em atividades agrícolas. A força de trabalho de residen-

tes e familiares do proprietário representava 15%; os diaristas, mensalistas, colonos e outros, 34% e a categoria incluída sob a rubrica "outros não-residentes", 4,4%.

Diante desse quadro, a interpretação da Secretaria de Economia e Planejamento é de que "Ribeirão Preto se apresenta como a região do Estado onde o processo de constituição e reprodução da mão-de-obra volante encontra-se mais avançado, dado o nível de capitalização a que chegou". O estudo indica também os pontos de estrangulamento existentes na relação do capital agrário com o trabalhador temporário, depois de detalhar o processo de capitalização da agricultura paulista, que se consolidou em outras importantes regiões, como Marília, Campinas e São José do Rio Preto.

ORGANIZAÇÃO

Elaborado especialmente para o Ministério do Trabalho, o levantamento, da Secretaria de Economia e

Planejamento recomenda a intervenção do Estado no sentido de propiciar formas de organização dos trabalhadores volantes em sindicatos próprios, "que lhes permita apresentarem-se como força de trabalho capaz de lutar por suas próprias condições". Mas desaconselha o incentivo à associação dos bóias-frias em sindicatos rurais existentes, os quais, diz o estudo, além de comportarem grande número de pequenos produtores, não se mostrariam sensíveis "às reivindicações específicas de empregados, cuja preocupação fundamental é garantir a continuidade de seu próprio emprego".

"Obviamente", prossegue o estudo encomendado pelo Ministério do Trabalho, "esse sindicato haveria de contar com liberdade e independência de organização, condições indispensáveis para o desempenho de uma atividade política diferente da tradição assistencial e corporativista de nossas organizações operárias." E

acrescenta: "Não se vê outra maneira de os volantes encontrarem os mecanismos capazes de assegurar, ao menos, sua sobrevivência como novos operários que a agricultura paulista produz e está a exigir".

DESAFIO

Datado de setembro último, o estudo da secretaria insiste na necessidade de sindicalização dos volantes, posicionando-se contra as cooperativas de trabalhadores rurais temporários em São Paulo. "O projeto das cooperativas só poderá ser efetivado cabalmente se representar a associação dos trabalhadores volantes, que vele por seus interesses específicos", assinala, acrescentando que "só o sindicato será capaz de aglutinar esses trabalhadores para enfrentar o seu maior desafio: o confronto com os empresários, para determinação do contrato de trabalho". 12/12

Sindicatos dão apoio a posseiros

Direito de greve no campo,

Os 11 milhões e 400 mil trabalhadores do campo também reivindicam direito de greve e negociação direta, modificação da estrutura sindical e da política salarial e volta do poder normativo à Justiça do Trabalho. As reivindicações estão contidas em documentos que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag — e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo — Fetaesp — enviaram ao ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto. No III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, que será realizado em Brasília, em maio próximo, pela primeira vez esses assuntos serão discutidos por dirigentes sindicais rurais, que representam 2.600 sindicatos e 21 federações de trabalhadores.

"Fiquei impressionado com o nível de conscientização e reivindicação dos dirigentes rurais durante os encontros regionais preparatórios do congresso, realizado neste final de ano", comentou ontem José Francisco da Silva, presidente da Contag desde 1968, lembrando que, no último congresso, realizado durante o governo Médici, nem se cogitou de abordar temas como direito de greve e autonomia sindical. "Eu mesmo evitaria esses assuntos se o II Congresso tivesse sido realizado no ano passado", completou.

No entanto, Flávio Brito, presidente da CNA e que, como

José Francisco, está no cargo há dez anos, afirmou esta semana ao "Estado" que entre trabalhadores e empregadores do campo "tudo ocorre na mais perfeita harmonia" e que os dirigentes dessas duas categorias estão de acordo em relação "a quase tudo". Apesar disso, os documentos enviados ao Ministério do Trabalho e declarações posteriores de José Francisco e de Flávio Brito demonstram que eles têm opiniões diametralmente opostas com relação à autonomia sindical, à política salarial, ao diálogo direto entre trabalhadores e patrões, à volta do poder normativo à Justiça do Trabalho e ao FGTS. Com relação ao enquadramento sindical, apesar de os dirigentes das entidades máximas dos trabalhadores e dos empregadores na agricultura não se entendem, um grupo de trabalho conseguiu, recentemente, chegar a um acordo. A fórmula proposta será levada na próxima semana ao presidente Geisel.

A autonomia sindical é defendida por José Francisco, que considera a atual estrutura demasiadamente ligada ao Ministério do Trabalho. Ele critica o poder do Ministério com relação à contribuição sindical, à intervenção nas eleições e nos próprios sindicatos e, ainda, à concessão da carta sindical.

Com relação à política salarial, à Contag, bem como a Fe-

pede Contag

taesp, defende a correção trimestral do salário, assim como ocorre com a correção monetária. O presidente da CNA, no entanto, acha absurda a idéia: "Os preços dos produtos agrícolas são fixados anualmente. Não tem sentido corrigir salário trimestralmente".

Os trabalhadores do campo defendem também a negociação direta para a obtenção de reajustes superiores aos índices do governo, baseados no lucro das empresas agropecuárias.

— "Isto é liberalismo, não tem sentido. A atividade do campo é diferente da atividade urbana. Eles querem dividir o lucro? Pois bem, e o prejuízo, no caso de enchentes, secas e outras calamidades? Eles dividem também?", indagou o presidente da CNA. 13/12

Sentença favorece posseiros

O juiz de direito da 1ª Vara de Comarca de Andradina, Aphidan Pereira da Silva, concedeu ontem, por sentença, liminar de manutenção de posse aos 23 posseiros que, no dia 15 de dezembro do ano passado, deram entrada no Fórum a um processo pleiteando os lotes onde vivem como proprietários há mais de trinta anos e que se encontram nos domínios da fazenda Primavera, de propriedade da indústria J.J. Abdalla. 31/01/79

Representantes de 23 sindicatos de trabalhadores rurais de Sergipe, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetase) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), promoveram, domingo, manifestação de solidariedade às famílias de lavradores descendentes dos índios xocos que disputam, na Justiça, com a fazendeira Elizabeth Brito, a posse da ilha de São Pedro, localizada no baixo São Francisco, no município de Porto da Folha, a 200 quilômetros de Aracaju.

A manifestação foi realizada na Igreja do povoado de Mocambo, vizinho a Calçara, onde moram os caboclos descendentes dos Xocos. A juíza de direito de Porto da Folha, Maria Aparecida Santos Gama da Silva, a pedido de Elizabeth Brito, proibiu que o encontro fosse realizado na ilha de São Pedro, em frente a Calçara, como pretendiam os trabalhadores. Durante o encontro, em Mocambo, discursaram líderes sindicais e foram entregues aos caboclos de Calçara alimentos, roupas e dinheiro, arrecadados para eles entre os moradores da região.

Embora a ilha de São Pedro se localize em Porto da Folha, a questão de sua posse tem causado polêmica em todo o Estado de Sergipe, refletindo-se principalmente em Propriá, outro município da região do baixo São Francisco. 14/12

Os limites ao programa do governo Figueiredo

A abertura política impõe flexibilidade no combate à inflação

"Entendo que eliminar a inflação, de chofre, causaria problemas pelo menos tão graves quanto ela própria."

(Do discurso do general Figueiredo em 19-1-1979, quando anunciou o ministério e as diretrizes de seu governo.)

Se para bom entendedor meia palavra basta, o futuro presidente da República já disse tudo: vai evitar o tratamento de chofre — ou de choque, conforme a linguagem usual — à inflação, tida unanimemente como o problema prioritário da economia brasileira no momento. Embora contenha apenas um compacto rol de intenções, o discurso foi suficientemente claro quanto ao que será atacado de imediato e em relação ao que se pretende fazer a médio e longo prazos. No topo, figuram a inflação — que deve retornar aos 20% anuais nos próximos dois anos, como já especificou Karlos Rischbieter, o futuro ministro da Fazenda — e o balanço de pagamentos, ficando em segundo plano a privatização de empresas estatais, a tributação dos ganhos de capital ou a distribuição da renda.

Sem aprofundar — Descartada a enumeração dos objetivos mais amplos, o tom do discurso foi, porém, excessivamente genérico. E isto serviu como providencial escudo para que muitos empresários e líderes sindicais evitassem análises ou comentários profundos sobre o conteúdo das diretrizes. Entre os trabalhadores, por exemplo, o agressivo presidente do sindicato dos petroleiros da Baixada Santista, Pedro Gomes Sampaio, limitou-se a afirmar que "a classe não tem nenhuma esperança no novo governo, que não passou pelo veredito popular, e não antevê dias melhores". Mas o moderado presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Francisco Teixeira, manifestou a esperança de que, "no bojo da promessa de democracia, venham também a autonomia sindical, o restabelecimento do direito de greve e as negociações diretas entre patrões e empregados".

Entre os empresários, observou-se um sintomático silêncio da maioria dos considerados porta-vozes da classe — Cláudio Bardella, Antônio Ermírio de Moraes, Einar Kok, Laerte Setúbal Filho, Severo Gomes, Jorge Gerdau Johannpeter, Paulo Villares —, que parecem guardar suas observações para

quando sair o programa completo do governo. Mesmo assim, houve exceções. Dando um crédito de confiança ao futuro governo, o industrial José Mindlin, diretor da Metal Leve e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), admitiu que as intenções de Figueiredo "correspondem às expectativas de uma boa parte do empresariado nacional", embora não veja diferenças fundamentais entre o programa anunciado pelo futuro presidente e o cumprido até agora pelo atual.

Circuito fechado — "As duas grandes interrogações que agora surgem são quanto ao detalhamento e à dosagem das diretrizes e medidas do próximo governo", diz Mindlin, que, a exemplo da grande maioria dos empresários, concorda com a prioridade do combate à inflação através de "uma política realmente gradualista", sem os altos e baixos da política atual, "que se mostrou ineficaz", e sem "o erro grave do tratamento de choque", que conduziria o país a uma recessão econômica. Sem outra alternativa senão "esperar para ver o que acontece", Mindlin só lamenta que o documento das diretrizes de Figueiredo não esteja aberto ao debate público, "como deveria", mas apenas "circulando entre os futuros ministros para os acertos e retificações finais".

Esta discussão em circuito fechado aparentemente contradiz, pelo menos de imediato, o desejo manifestado por Figueiredo de contar com a participação da população nas decisões, "inclusive as amargas", que vier a tomar. Não obstante, a prometida descentralização administrativa satisfaz aos empresários. "Meu sentimento", diz Luiz Queiroz Guimarães, diretor-financeiro do Banco Itaú, "é de que Figueiredo e sua equipe sentiram que a Nação está razoavelmente intoxicada de centralismos e dirigismos de toda ordem." Guimarães confia, por isso, numa maior ênfase aos mecanismos de mercado.

Gastos públicos — Alguns economistas sentiram um sabor nitidamente monetarista nas medidas antiinflacionárias expostas por Figueiredo (certamente por inspiração de seu ministro do Planejamento, o atual ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen) em seu discurso. A redução dos gastos públicos, escolhida como o principal instrumento nesse terreno, configura um contencionismo semelhante ao adotado no governo Castello Branco. Para evitar as conseqüências recessivas dessa

restrição aos investimentos estatais, serão criados incentivos especiais para o setor agropecuário, tanto para atender ao mercado interno — oferecendo alimentos baratos para a imensa população de baixa renda — como para produzir excedentes exportáveis. A esperança de Figueiredo na rápida resposta do setor a estímulos e investimentos é um indício bastante claro de que o novo governo continuará a perseguir um difícil e até agora frustrado equilíbrio entre o controle inflacionário, o ataque aos déficits do balanço de pagamento e a manutenção de um moderado crescimento, que assegure pelo menos a manutenção das taxas de emprego.

Para o economista Ignácio Rangel, autor do clássico "A Inflação Brasileira", escrito na década de 50 e recentemente reeditado, a polêmica inflação versus crescimento não passa de um antigo equívoco, "pois a inflação, que não é produto do excesso de demanda, só cresceu no Brasil quando a renda deixou de crescer".

Novo ciclo — Baseado nessa constatação, Rangel pensa que o crescimento deve ser estimulado e que, na realidade, há condições para que o governo Figueiredo desencadeie um novo ciclo de desenvolvimento econômico, baseado na expansão dos serviços essenciais de infra-estrutura econômica e social, com aproveitamento da capacidade ociosa da indústria de bens de capital e de construção civil — e tudo isso "sem esquecer a questão agrária, que não é necessariamente um problema de maior quantidade de produtos do campo". O ponto fundamental do raciocínio de Rangel é a maior utilização da mão-de-obra disponível, cujos salários ajudariam a reativar o setor de bens de consumo popular.

O discurso de Figueiredo não ofereceu detalhes a esse respeito, mas as declarações e entrevistas de alguns de

Reivindicações salariais, um teste logo no começo

seus futuros ministros, mais algumas inconfiáveis de seus assessores, dão a entender que a sustentação do crescimento será procurada especialmente através de uma grande ênfase à agricultura. Uma importante fonte da futura Secretaria do Planejamento garante que já no início do próximo ano agrícola, no segundo semestre, surgirão mudanças-chave na política agrícola, principalmente uma lista de estimulantes preços

mínimos para a maioria dos produtos. Para que não haja choque entre o combate à inflação e esses estímulos, uma das idéias em discussão é anunciar novos recursos para financiar a produção agrícola; outra é o emprego de recursos do orçamento fiscal da União para cobrir a diferença — que se pretende diminuir — de juros subsidiados da agricultura; um terceiro recurso seria reduzir os custos de comercialização agrícola que pesam especialmente sobre os consumidores de alimentos considerados essenciais.

Salário mínimo — A fixação dos preços mínimos à agricultura, que o futuro ministro Antônio Delfim Netto pretende antecipar já para o mês de maio, na tentativa de obter melhor resposta dos agricultores, é como um marco decisivo para os rumos da política econômica de Figueiredo. Àquela altura, a continuidade da abertura política já terá sido testada por dois importantes eventos na área trabalhista — os dissídios dos metalúrgicos da região do ABC paulista, por volta de março/abril, e a fixação do novo salário mínimo, em abril/maio.

Nesse terreno, há dúvidas ponderáveis. Convencido de que a abertura política vai estimular as reivindicações salariais, o fazendeiro Eduardo Junqueira, que dirige a Usina Açucareira Vale do Rosário, no interior do Estado de São Paulo, está contando o tempo. "O comportamento de Figueiredo nesse primeiro período vai definir os rumos do governo e talvez do regime", opina Junqueira.

Quem sabe negociar — Diante dos embates que se aproximam, o industrial Hiroyuko Sato, superintendente da Howa do Brasil e diretor do Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo, mesmo considerando ideal o esboço do programa de Figueiredo, não vê perspectivas favoráveis para a aplicação de seus planos. A inflação, que Simonsen supõe enquadrar em 30/35%, só tende a cair, na opinião de Sato, no final do ano, "podendo chegar até o patamar dos 50% em 1979".

A proximidade das negociações salariais com os metalúrgicos paulistas — vanguarda que deverá servir como ponto de referência para outras negociações pelo país afora — deixa Sato apreensivo: "As negociações diretas são importantes, mas os empresários não sabem comê conduzi-las", diz ele. "Não há por enquanto nenhum indício de como coordenar esses problemas e os empresários não têm condições de interpelar o governo, pois nenhum ministro anunciou suas metas."

Temendo o impacto inflacionário das reivindicações salariais, José Mindlin limita-se a recomendar "muito juízo por parte do governo, do empresariado e dos trabalhadores" na questão dos acordos salariais. "As reivindicações excessivas e as intransigências patronais podem comprometer o processo de abertura política", diz ele. Mas um outro industrial, Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho, diretor da Cobrasma e presidente do sindicato de autopeças, não revela o mesmo grau de apreensão. "Considero que o combate à inflação e a abertura política não se excluem, desde que a luta pela recuperação da moeda seja feita de modo a não criar graves problemas sociais, como o desemprego", afirma Vidigal.

Reforma fiscal — Justamente pela emergência das reivindicações salariais, a ampliação do espaço político limita a ação do governo, que já não pode usar a mesma carga de arbítrio do passado para ditar as regras do jogo na economia. Por isso, a necessária luta preliminar contra a inflação transfere quase automaticamente para uma etapa posterior a perseguição decisiva de outros objetivos de Figueiredo — ou então, dependendo do grau (já que se afasta a ameaça do tratamento de choque), levará a resultados mais modestos num e noutro campo. De certa maneira, como lembra um economista de São Paulo, o problema mais imediato da inflação pode dar tempo para que o governo costure o pano de fundo institucional para um futuro período de crescimento, sem as injustiças sociais da época do "milagre" econômico.

Assim, o momento exato de retoma-

Algumas idéias do MDB na reforma tributária

da da aceleração poderá vir em dois, três ou quatro anos. Dentro desse enfoque, onde aparece o propósito de distribuir de forma mais justa os frutos da riqueza nacional, o governo de Figueiredo promete começar por uma reforma tributária a nível rural. Embora sem maiores detalhes, o que se anuncia inicialmente é uma mudança no critério de cobrança do Imposto Territorial Rural, tentando-se taxar com rigor as terras improdutivas, dentro do antigo figurino da reforma agrária pela via fiscal. Num desdobramento dessa política, serão aumentadas as taxas de impostos sobre os ganhos de capital, lucros imobiliários, heranças e doações.

Desestatização — Há boas possibilidades de que o ponto de partida dessa maior tributação seja uma sugestão

enviada ao governo, em novembro passado, pelo senador Virgílio Távora, então porta-voz econômico governamental no Congresso e futuro governador do Ceará. Em síntese, o projeto — que

tem contribuições do senador emedebista Roberto Saturnino Braga, do Rio de Janeiro — estabelece uma tributação progressiva para ganhos de capital superiores a 500 000 cruzeiros, com alíquotas que começam em 2% e chegam a 25% (para ganhos de mais de 9 milhões de cruzeiros).

Outro aspecto embutido no pano de fundo da política econômica de Figueiredo é o da privatização das empresas estatais que ocupam espaços típicos da iniciativa particular. Nesse caso, o futuro ministro das Minas e Energia, César Cals, já adiantou que uma de suas primeiras providências será transferir para o empresariado privado as subsidiárias da Companhia Vale do Rio Doce que não se vinculam diretamente ao seu objetivo, a mineração. Em contrapartida, nem bem havia sido assimilada a determinação de Figueiredo no sentido de privatizar empresas estatais, já apareciam especulações (geradas nos círculos oficiais) quanto à possibilidade de a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) empreender uma marcha estatizante pelos bairros populares insuficientemente abastecidos pela livre iniciativa.

Regras claras — Este tipo de contradição, que já esteve presente em outros governos, talvez seja um mero reflexo das incertezas que por enquanto acompanham a equipe ainda incompleta do general Figueiredo. A partir das diretrizes dadas pelo futuro presidente, cada ministro conta com um mês para delinear o programa dentro de sua área. É de esperar, portanto, que até a posse do governo já estejam esclarecidos alguns pontos deixados em branco no discurso do dia 19.

É o caso da ausência absoluta de qualquer esboço de política industrial, que no governo Geisel foi objeto de um minucioso planejamento expresso no II Programa Nacional de Desenvolvimento, acompanhado por uma série de medidas de proteção à indústria nacional. Na verdade, é bastante provável que o novo governo abandone até mesmo a estratégia de planejar detalhadamente o crescimento de cada setor industrial. De qualquer forma, se o fizer, será necessário expor as regras para todos os participantes do jogo econômico. Só assim, é que o sistema econômico poderá se beneficiar dos agradáveis ventos da abertura política que o general Figueiredo jurou perseguir.

Um projeto que não fala em longo prazo

Não se pode dizer que já existe um programa completo e definido do próximo governo para a agricultura brasileira. Mesmo porque o futuro ministro da Agricultura, Antônio Delfim Netto, se confessa indisposto em planos de longo prazo. "Sou míope, não enxergo a longo prazo", costuma dizer ele, sempre acrescentando: "Devemos primeiro criar os problemas. Quando se trabalha com problemas ainda inexistentes, raramente se chega até eles — a coisa emperra antes". De todo modo, é certíssimo que Delfim tem o que se poderia chamar de um projeto para a agricultura. E VEJA pode assegurar que esse projeto abrange as seguintes principais decisões:

1 Haverá reforma fiscal no campo, um ponto fundamental da política agrícola do novo governo. O imposto territorial rural será usado para induzir o agricultor a utilizar mais — ou menos — distintos tipos de solo, diferentes regiões e produtos diferenciados. Quanto a terras estocadas para especulação, elas serão pesadamente taxadas, a ponto de tornar desvantajoso manter propriedades improdutivas. Chácaras, sítios ou áreas residenciais (para casas de campo, por exemplo), localizados em zonas rurais próximas de grandes centros, também arcarão com tributos mais elevados se não houver algum uso produtivo da terra. A intenção é aproximar o valor do imposto rural do imposto urbano. E serão concedidos maiores descontos no imposto de renda devido pelo produtor rural, se ele se dispuser a reinvestir os lucros na sua atividade.

2 No crédito rural, serão fixados vários níveis de taxas subsidiadas para diferentes produtos. As principais culturas voltadas para atender ao consumo interno, por exemplo, continuarão pagando apenas 15% de juros anuais. Haverá uma redução no ICM, proporcional aos ganhos de produtividade na lavoura. E

embora se reconheça que os custos do subsídio ao financiamento agrícola devam ser debitados, principalmente, aos altos juros vigentes no mercado, pretende se convidar os grandes produtores a aplicar maiores parcelas de recursos próprios. Ao mesmo tempo, entre formas imaginadas para reduzir os subsídios, deverá constar o "bônus agrícola" — ou "caderneta de poupança agrícola" (VEJA 541, de 17-1-1979) —, com remuneração semelhante à das cadernetas de poupança que alimentam o crédito imobiliário.

3 Os preços mínimos serão seguramente estimulantes, sobretudo para os produtos destinados ao consumo interno. A prioridade que se quer dar à agricultura começará a se concretizar justamente com uma política de preços mínimos incentivados. Para aqueles a serem anunciados em meados deste ano, acredita-se que os técnicos trabalharão com um percentual de 60% de aumento em relação aos da safra passada. Também por volta de junho, o Ministério da Agricultura iniciará uma ampla campanha de plantio. Fala-se, ainda, na possibilidade de tornar obrigatório o seguro rural. Não se trata do rotineiro seguro de crédito rural, destinado à cobertura de eventual não-pagamento de empréstimos. A garantia que agora se pretende dinamizar serve para proteger os investimentos do agricultor contra os azares climáticos. Como, neste caso, os prejuízos costumam ser elevados, o prêmio do seguro a ser cobrado também seria muito caro. Por isso, há uma possibilidade de o governo cobrir parte do prêmio. O que, de qualquer modo, reduziria a necessidade de gastos oficiais principalmente na hipótese de ocorrerem desastres climáticos de grande extensão.

4 O problema da carne só começará a ser resolvido em 1981. Antes, será preciso recompor o rebanho. E, paralelamente, iniciar um trabalho de convencimento da população para fazê-la aceitar a carne da parte dianteira do boi. Prevalece, por outro lado, a tendência de subsidiar o consumo alimentar das populações de baixa renda — menos através de experiências do tipo "selo-alimento"

(VEJA 541, de 17-1-1979) do que por meio de programas de nutrição. Algum teste com subsídios diretos ao consumidor, porém, não está descartado — o do "selo-pão", por exemplo, poderá ser tentado.

5 As redes privadas de comercialização — sobretudo as cadeias de supermercados — serão incentivadas a se instalarem nas áreas periféricas das cidades. Se a tentativa não der certo, em prazo relativamente curto, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) será acionada para ocupar o espaço. Do lado do comércio atacadista, pensa-se em devolver às centrais de abastecimento suas primitivas funções de regulador da oferta e de proteção ao produtor. Constatou-se que essas centrais, hoje, não passam de instrumentos de pressão dos intermediários sobre os produtores. Como forma de solucionar o problema, acena-se simplesmente com o "olho do governo" — expressão que subentende uma fiscalização mais efetiva para reprimir abusos. Com relação à estocagem, não se cogita, no primeiro momento, de investir em silos e armazéns. Afinal, para a próxima safra, haverá ainda espaço suficiente nas atuais instalações. E sempre se poderá recorrer, numa emergência, à boa rede de armazéns do IBC, que está com considerável capacidade ociosa.

6 A reforma agrária não é certamente uma prioridade. De início, inclusive, considera-se desnecessária. Mais tarde talvez se chegue à conclusão de que ela seja adequada em determinadas áreas. Em outras, do mesmo modo, poderão vir a ser estimuladas fusões de prioridades. Entende-se, também, que a modernização do campo não implica, obrigatoriamente, mecanização e liberação de mão-de-obra para as cidades. Tudo vai depender dos fatores de produção disponíveis. E, mesmo que não se possa dizer que a fixação do homem no campo é uma meta, tem-se como certo que se tentará melhorar as suas condições de vida — inclusive com programas habitacionais específicos para o setor rural, conduzidos pelo BNH.

VEJA, 24 DE JANEIRO, 1979

Mercadorias 80% mais caras após serem produzidas

JORNAL DO BRASIL

Depois de produzidos, os bens e serviços no Brasil, em média, são onerados em 80,6% porque quase a metade (44,6%) dos preços

pagos pelos consumidores se destina a remunerar os vários intermediários que transportam os produtos dos locais de produção pa-

ra os mercados e os comercializam. Desta forma, no Brasil, sal quase tão caro transportar e comercializar mercadorias como produzi-

las.

Isso é o que revela, a matriz de relações intersetoriais, elaborada pelo IBGE e ontem divulgada em sua

forma final. Os dados utilizados referem-se ao ano de 1970. Mas como lembra a chefe do departamento de estatísticas derivadas e estudos econômicos do IBGE, Madalena Cronemberger Goes, os dados da matriz em geral ainda são válidos porque nove anos é um período curto para se processarem transformações significativas na estrutura da economia.

POBRES PAGAM MAIS ICM

Em termos técnicos, a pesquisa do IBGE revela que 44,6% do valor do consumo das famílias brasileiras em 1970 se destinaram para remunerar o transporte e a comercialização de mercadorias. Para as famílias com renda superior a 10 salários mínimos, a percentagem dos preços destinadas a cobrir transporte e comercialização é ainda mais elevada: chega a 46%, o que onera as mercadorias em 85,2%.

Na tabela de estrutura da demanda final, outro dado interessante é que cada vez mais rica a família mais ela se beneficia com os vários subsídios que o Governo concede à produção. A política de subsídios do Governo torna o conjunto de produtos que as famílias com renda superior a 10 salários mínimos de renda consomem 0,02% mais barato. Mas para as famílias com mais de 10 salários mínimos, os subsídios embarrateam os produtos em 0,16%. Os mais pobres também pagam mais ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) do que os mais ricos. Para as famílias com menos de dois salários mínimos, os produtos ficam 7,4% mais caros por causa do ICM, mas para as famílias com mais de 10 salários mínimos o ICM onera os preços dos produtos que consomem em apenas 5,8%. Ao contrário do ICM, entretanto, o IPI é um imposto progressivo que onera os mais pobres em 3,3% e os mais ricos em 6,7%.

Na indústria de transformação, é a indústria farmacêutica que teve maior excedente em relação ao faturamento. A indústria farmacêutica também foi uma das que destinou para salários menor percentual

do faturamento. Em 1970, 58,7% do faturamento da indústria farmacêutica se transformaram em excedente de produção e 10,0% se transformaram em salários. Os dados do IBGE não esclarecem entretanto quem se apropriou dos excedentes, já que não indicam o montante gastos com juros, por exemplo. O excedente no setor primário da economia também tende a ser mais alto do que no setor secundário. Na indústria de pesca chega a 73,8%, na lavoura,

a 59,3%, no florestamento a 56,7% e na pecuária a 48,5%. Nesses casos também não fica claro quem se apropria do excedente porque o IBGE não revela o montante de aluguel de terras e não explicita a remuneração do trabalho não assalariado.

Atingem participações mais elevadas as importações nas indústrias de transporte aquático (36% do valor da produção), moagem de trigo (31%), refinação e petroquímica (29%),

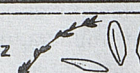



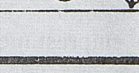
condutores elétricos (29%) e produtos químicos derivados (20%).

Outro dado interessante é que as agroindústrias, como torrefação de café, beneficiamento de arroz, os abatedouros, quando realizam investimentos, tendem a provocar investimentos maiores nos setores que lhes fornecem matérias-primas do que outras indústrias mais avançadas, inclusive a automobilística, que sustenta todo o setor de autopeças.

20-2-79

Prato brasileiro

Crescimento da produção dos cinco alimentos básicos essenciais (em %)

Produto	1950/59	1960/69	1967/76	1947/76
Arroz 	3,61	3,23	2,47	4,23
Feijão 	2,92	4,19	-1,96	2,82
Mandioca 	3,33	6,07	-1,86	3,60
Cebola 	5,36	3,48	4,77	4,48
Milho 	3,30	4,75	3,55	4,31

Fonte: IBGE

VEJA, 24 DE JANEIRO, 1979

“Agricultura precisa dividir a terra e formar liderança”

FOLHA DE S. PAULO

BRASILIA (Sucursal) — A necessidade de uma distribuição mais equitativa de crédito para o setor agrícola, de uma urgente reforma agrária, bem como a formação de lideranças rurais, hoje inexistentes, foram as principais sugestões apresentadas na manhã de ontem pelas autoridades presentes ao seminário “Agricultura Brasileira: Agenda Para o Amanhã”, patrocinado pelo Banco do Brasil.

O maior indicador da falta de liderança na área agrícola, hoje, no Brasil, foi a pequena representatividade de importantes setores como a dos pequenos agricultores presentes ao seminário. No primeiro painel, realizado na parte da manhã, com o tema “Agricultura Emergente: seu Contexto Político-Institucional”, o único representante da classe foi o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva.

“E foi justamente José Francisco da Silva que fez o depoimento mais combativo do painel 1, ao declarar que não basta falar em prioridade para a agricultura, é preciso saber a quem se quer atingir: ao grande fazendeiro ou ao assalariado agrícola? ao latifundiário ou ao pequeno parceiro ou pequeno arrendatário? às grandes empresas, que estão adquirindo terras com fins especulativos, ou aos pequenos proprietários que trabalham com suas próprias famílias?”

Para o presidente da Contag, é importante se

desenvolver o meio rural antes de se pretender desenvolver a agricultura. “É preciso que haja uma reforma agrária”, disse. Segundo ele, existem hoje, no Brasil, mais de 11 milhões de famílias rurais, mas apenas dois milhões são minifundistas. As outras nove milhões de famílias não possuem terra nenhuma. Assim, antes de se falar em melhor distribuição de crédito, é preciso se pensar numa reforma agrária.

CONCENTRAÇÃO



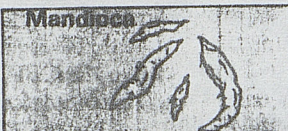

Citando dados do IBGE José Francisco afirma que se houve alguma tendência de modificação nos índices de concentração da propriedade nos últimos anos, certamente foi no sentido do aumento dessa concentração.

Com relação à “expulsão” de trabalhadores permanentes, pelos grandes proprietários, o presidente da Confederação disse que o apoio dado à criação de gados e a certas culturas de exportação, que utilizam pouca mão-de-obra, acentuou esta situação na última década. Para ele, esta foi a maneira encontrada pelo grande proprietário de terra para evitar certas formas de parceria e arrendamento, em proveito da utilização da mão-de-obra volante. “São os trabalhadores volantes, os bóias-frias, que se espalham, hoje, por diferentes regiões do País, sem emprego estável, correndo o risco dos acidentes sem terem seus direitos reconhecidos”.

19-1-79

Dieta magra

Quadro comparativo de rendimentos médios do Brasil em relação a outros países (Período 1971/75)

Produto	País	kg/ha
 Arroz	Brasil	1 504
	Itália	1 159
 Feijão	Brasil	610
	Bélgica	2 443
 Mandioca	Brasil	13 314
	Barbados	26 506
 Café	Brasil	826
	Holanda	5 041

VEJA.

Fonte: FAO 24 DE JANEIRO, 1979

Avez da terra

Dilúvios e secas atingem todo o país

Afinal, o que acontece? De repente, as terras brasileiras parecem tomadas por uma fantástica convulsão meteorológica, regadas por um inesgotável coquetel de catástrofes climáticas. Secas no sul; tempestades em Minas Gerais, no norte do Estado do Rio de Janeiro, em Rondônia, no Mato Grosso do norte e no Espírito Santo; e o prenúncio de uma longa e terrível estiagem no nordeste. Esse o panorama, contraditório em sua natureza, mas igualmente nefasto em suas conseqüências, que se podia colher por toda a parte do país até o final da semana passada. Não apenas chovia em Minas Gerais, por exemplo. Na verdade, boa parte do território mineiro estava literalmente debaixo de água já na sexta-feira da semana passada. E as chuvas continuavam e os rios transbordavam.

"O céu está descendo e a terra se desmanchando lá para os lados do São Francisco", resumia, espantado, Osório Gonçalves dos Santos — um dos milhares de retirantes que chegaram em Belo Horizonte nos últimos dias, vindos das áreas rurais assoladas pelas enchentes. Há 26 dias chove sem parar em Minas Gerais e no Espírito Santo. E há quase um mês o calor, o sol, o céu limpo e a falta de água martirizam os agricultores gaúchos e paranaenses ameaçando-os com aquela que poderá ser a mais desastrosa seca dos últimos

anos, capaz de liquidar com todas as suas safras de verão.

OS NÚMEROS DA TRAGÉDIA — Só no Paraná, a seca já causou uma perda de mais de 13% da produção anteriormente esperada, segundo cálculos da Secretaria da Agricultura do Estado. No Rio Grande do Sul, os prejuízos, embora ainda sem estimativa oficial, certamente deverão ultrapassar os do Paraná. E em Minas Gerais, por motivo oposto, estão condenados 50% da safra do "feijão das águas", 30% da do arroz, além de 20% da produção de leite e carne. Mais ainda: os mesmos levantamentos preliminares somam cerca de oitenta mortos e 15 000 desabrigados em 120 cidades inundadas. Já no Recife, antevidas dificuldades de outra sorte, o assessor de imprensa da Sudene, Waldimir Leite, pressagiava: "Deus permita que nossas previsões estejam erradas, mas tudo indica a possibilidade de uma grande seca, este ano, na região".

Tal quadro, que para muitos causaria espanto e perplexidade, de certa forma vinha sendo pressentido, há algum tempo, por velhos agricultores, ecologistas e agrônomos preocupados com a conservação dos solos e o equilíbrio natural. Hoje eles voltam a lembrar suas antigas advertências sobre as conseqüências do desmatamento desenfreado e do manejo inadequado das lavouras. Dados do 8.º Distrito Gaúcho de Meteorologia mostram que, durante o mês de janeiro, os índices de chuva em todo o Estado atingiram, no máximo, 25% da média normal dos últimos anos. E, se os prognósticos dos ecologistas fo-

JORNAL DO BRASIL

Tensão social no Nordeste supera a de 63

Um diagnóstico econômico-social sobre o Nordeste, classificado como sombrio por um dos assistentes, foi apresentado ontem por técnicos da Sudene e Banco do Nordeste aos futuros governadores da região, em reunião reservada. A situação é tão grave, segundo os técnicos, que pode gerar tensões político-sociais maiores do que as do período 1962-63.

O Governador eleito da Bahia, Antonio Carlos Magalhães, admitiu que o quadro chega realmente a preocupar, mas será empreendido grande esforço no Governo Figueiredo para superá-lo. Ele e o futuro Governador do Ceará, Vazillo Lávora, garantiram que a Sudene receberá seu antigo prestígio como verdadeiro foro de debates dos problemas nordestinos. 12-1-79

rem corretos, o Rio Grande do Sul e sua agricultura devem se preparar para o pior. Pois, a cada ano, novas áreas de matas são derrubadas para dar lugar à agricultura sem o menor respeito pela preservação da vegetação e do solo.

ONTEM E HOJE — Os agrônomos costumam apontar um exemplo clássico da interdependência existente entre as florestas e a agricultura: os agricultores paranaenses que ficam na fronteira com a Argentina, vizinhos portanto do Parque Nacional de Iguazu — uma reserva florestal —, não têm queixas semelhantes às de seus colegas, cujas propriedades estão localizadas em regiões completamente devastadas. Os especialistas descobriram a razão. De cada 100 litros de água que caem por metro quadrado de uma floresta, segundo eles, 60 são absorvidos pelas folhagens.

Dos 40 litros que chegam ao solo, 20 são retidos pelas folhas mortas e outros resíduos vegetais, e, finalmente, os outros 20 se infiltram lentamente no solo, sendo armazenados para o uso de plantações da região. "Num solo compactado pelas máquinas agrícolas, e localizado numa região devastada, desses 100 litros, 60 vão embora com a enxurrada, levando terra que vai assorear os rios e as barragens, e, dos 40 que permanecem no solo, apenas uma pequena parte desce até o lençol freático. A maior porcentagem se evapora e o terreno retém muito pouco para as plantações", explica o agrônomo climatologista Antônio Rezende Correa, do Instituto Agronômico do Paraná.

VEJA, 7 DE FEVEREIRO, 1979

PLANO PARA CONHECER A AMAZÔNIA

O ESTADO DE S. PAULO

Washington — O governo norte-americano vai investir quase meio milhão de dólares por ano, durante os próximos 10 ou 20 anos, e que serão somados a outros recursos fornecidos pelo governo brasileiro, pelas Nações Unidas e pelas organizações internacionais de defesa do meio-ambiente "World Wildlife Fund" e "International Union for Conservation of Nature and Natural Resources", para iniciar — em fevereiro de 1979 —, na Amazônia brasileira, o maior e mais ambicioso programa de coleta e interpretação de dados ecológicos jamais realizado no mundo.

O programa, nas verdades, representa um desesperado esforço para tentar impedir que a Amazônia se transforme num vasto deserto, com conseqüências catastróficas para o Brasil e toda a humanidade.

Trabalhando de acordo com as autoridades brasileiras, os cientistas brasileiros e norte-americanos, que ao longo dos anos receberam a colaboração de ecólogos de outras nacionalida-

des, vão isolar 67 áreas na floresta amazônica, num total de aproximadamente 16 mil hectares, para estudar os efeitos do desmatamento sobre as espécies biológicas e seu impacto sobre o meio-ambiente.

Essas áreas vão variar, em tamanho, de 33 a 10.000 metros quadrados. O programa, não impedirá que prossigam os planos para o desenvolvimento da Amazônia, pois essas áreas de estudo serão localizadas dentro dos 50% de terras que a lei brasileira exige sejam mantidas intactas durante o processo de colonização.

O programa de campo será dirigido por outro biólogo norte-americano, o jovem dr. Rob Bierregaard, cujo hesitante domínio do português demonstra uma notável falta de sotaque. Lovejoy conhece bem o Brasil e a Amazônia, onde viveu enquanto preparava sua tese de doutoramento sobre os pássaros brasileiros.

Os dados coletados pelos cientistas serão guardados e processados num grande banco de computadores que está sendo

montado nos Estados Unidos pela "Smithsonian Institution", que também colabora no projeto.

Quando, há sete anos, o então ministro da Fazenda brasileiro Antonio Delfim Netto anunciou a disposição oficial de que o Brasil não poderia se preocupar com a defesa da ecologia, como se a destruição do meio-ambiente fosse um estágio necessário no caminho do desenvolvimento econômico, ele condenou à morte incontáveis espécies de vida.

A mudança reflete uma conscientização aprendida da maneira mais dura: por meio do malogro empírico que foi a tentativa de colonizar a Amazônia. Durante os últimos 10 anos, porém, como num exercício militar, o governo abriu mais de 22 mil quilômetros de rodovias na densa floresta tropical. Comprometendo delicados equilíbrios ecológicos e alterando cursos de rios, as estradas já produziram vastas porções de deserto no meio da floresta. 26-12-78

LUTZENBERGER: UM SAQUE NA AMAZÔNIA

José Lutzenberger, presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, esteve ontem na sede do IPAR, fazendo uma palestra sobre "Os Contratos de Risco na Amazônia", e pela manhã foi entrevistado pela reportagem de O LIBERAL, na residência de Camilo Viana.

Referindo-se aos "contratos de risco", Lutzenberger afirmou que "isto foi apenas uma maneira de procurar oficializar o que há muito tempo vem sendo feito de qualquer maneira, ou seja, os saques sistemáticos da última grande selva do planeta. Eu nem sei se isso merece o nome de piada ou de banditismo, em todo caso, é uma forma de imperialismo. Não são os amazônidas os verdadeiros predadores da área, quem está destruindo, saqueando, é gente de fora. Não importa que muitos deles sejam brasileiros, paulistas, gaúchos ou de outra naturalidade. Eu acho que é hora dos amazônidas se levantarem contra isso. Mesmo quando há saque, como por exemplo, com as peles, é porque os de fora estão comprando essas peles. Quando o caboclo faz pilhagem na caça é porque ele está sendo levado por essa sociedade de consumo moderna e absurda. É a mesma coisa que aconteceu com velhas potências coloniais na África e na Ásia: o

CONFIRMADO RISCO PARA AMAZÔNIA

O presidente do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — Paulo Berutti, confirmou ontem a possibilidade de exploração da madeira na floresta amazônica, assim como a existência de um estudo da FAO, encaminhado à Secretaria do Planejamento há cerca de dois meses. Ele evitou, entretanto, classificar a exploração pela iniciativa privada como um "contrato de risco", afirmando que quem vai dar nome aos contratos é o governo.

Em entrevista coletiva concedida ontem em Brasília, Paulo Berutti defendeu a proposta como a melhor solução surgida até hoje para retirar da Amazônia a madeira comerciável sem destruir a mata. Salientou, porém, que o IBDF não vê ne-

nhuma necessidade de se ocupar, tão depressa, aquela região. Segundo ele, "existem inúmeras áreas no Centro-Oeste, ainda virgens, e que poderiam ser exploradas. Não temos ainda condições de aproveitar a Amazônia em todo o seu potencial porque ainda não foram feitas as pesquisas necessárias para sabermos como entrar na região sem destruí-la".

O presidente do IBDF, além de defender o estudo da FAO, sugeriu uma revisão no código florestal que aumentasse para 80% o limite de madeira a ser preservada por propriedade e propôs o estabelecimento urgente de uma política única para todos os órgãos governamentais que atuam na área.

FOLHA DE S. PAULO 28-12-78

colonizador levando o nativo a destruir o que antes ele não destruía.

Lutzenberger alerta: "agora neste momento, estamos vendo as enchentes em Minas, porque aquilo foi tudo rapado, rios que estão estourando, inundando cidades, matando pessoas. Ora, quando esse imenso sistema hídrico, maravilhosamente bem equilibrado, que é a bacia amazônica, for desequilibrado, nem é bom pensar. Aliás, já está começando o desequilíbrio, pois eu mesmo vi em Manaus, os igarapés das margens mortos, porque o nível hídrico hoje é muito maior do que antes, aquelas árvores já não têm

mais condições de sobreviver às cheias. Além disso as conseqüências climáticas são totalmente imprevisíveis, mas uma coisa é certa: uma destruição em grande escala da floresta amazônica, vai provocar situações climáticas graves. Nós sabemos que a chuva que cai nessa imensa bacia é várias vezes reciclada. Ora, à medida que nós devoramos a floresta, que nós criamos imensas áreas nuas, o regime pluviométrico vai sofrer, e provavelmente mais adiante, lá para o lado do Peru, florestas que não foram tocadas acabarão morrendo, pela falta de chuva, causada pelas derubadas aqui". 8-2-79

O ESTADO DE S. PAULO
14-1-79

FABRICA DE 6 BILHÕES PARADA

Dois mil homens estão terminando às pressas a construção da fábrica de reatores da Nuclebrás em Itaguaí, no Estado do Rio, para que ela possa ser inaugurada a 22 de fevereiro pelo presidente Geisel. A obra custou 300 milhões de dólares — cerca de 6 bilhões de cruzeiros — e vai continuar parada depois da inauguração, pelo simples fato de que não há encomendas. Por enquanto, treinará seu pessoal com experiências em sucata.

Prevista para produzir do editorial do esta do de S. Paulo sobre a compra da LIGHT

Não se discute se o povo brasileiro vai pagar por um bom ou mau negócio; quando uma empresa capitalista internacional decide vender por 380 milhões de dólares um patrimônio que estima em um bilhão, seguramente o negócio deve ter sido bom. Para a Brascan, certamente o foi, pois, caso contrário, não teria vendido sob pena de sua Diretoria ter de haver-se com seus grandes e pequenos acionistas; para o Brasil, talvez tenha sido uma excelente operação em termos contábeis — e só. Pois, do ponto de vista da política energética, hoje sabidamente em crise, dependeremos no mínimo um bilhão

partes de um reator por ano, a fábrica tem planos para aumentar em duas vezes a sua capacidade de produção. No entanto, não poderá trabalhar na unidade III do Acordo Brasil-Alemanha, pois não se sabe nem quando nem onde ela será instalada. No momento, a maior preocupação do presidente da Nuclebrás é conseguir encomendas para a fábrica e isso só ocorrerá com a retirada de pedidos feitos às indústrias de equipamentos instaladas no País. E que estão praticamente

sem contratos para o próximo ano.

Há outros erros grosseiros: a fábrica foi concluída, mas não se fez a ferrovia que levará a carga ao porto, que não dispõe de condições para embarcá-la. Só as adaptações exigiriam gastos de 50 milhões de dólares.

Com uma capacidade superior à Voith, Bardella e Villares, somadas, a fábrica é a maior da América Latina e foi construída num instante em que a indústria desse setor no mundo entrava em crise.

Um negócio mal explicado

e cem milhões de dólares (quantia que poderá ser maior, se se confirmarem declarações do presidente da Brascan, em Toronto, segundo as quais a dívida externa da Light brasileira é da ordem de um bilhão de dólares!) sem termos acrescentado um único quilowatt instalado e um único metro de fio à rede de distribuição de energia na região sudeste. Este simples fato demonstra a sandice desta operação, concluída às pressas e mediante discretas pressões sobre a Brascan no Canadá, negócio agora apresentado à Nação como excelente, além de ser fato consumado.

30-12-78

O ESTADO DE S. PAULO

REFORÇADA A POSIÇÃO DE SIMONSEN

No discurso de apresentação do Ministério com o qual governará a partir de 15 de março, o general João Baptista Figueiredo definiu claramente as linhas de atuação da política econômica, encampando integralmente o programa montado pelo futuro chefe da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, ministro Mário Henrique Simonsen, reforçando em consequência, sua posição dentro do colegiado e concedendo-lhe maior autoridade e desembaraço na montagem do detalhamento do projeto nos próximos dois meses.

Prevenindo eventuais discordâncias, motivadas pelas diferenças de enfoque existentes entre alguns ministros, ou pelo inevitável conflito entre o desejo de realização de alguns e a escassez de recursos, Figueiredo deixou claro em seu discurso que "o êxito do nosso governo dependerá de sua coesão interna, da

fideldade de cada ministro às diretrizes da Presidência e de que estas sejam executadas fielmente, em todos os escalões".

Desse modo, a impressão dominante é que o projeto contencionista montado pelo ministro Mário Simonsen, e que deverá ser executado em estreita cooperação com o futuro ministro da fazenda, Carlos Rischbieter, saiu consideravelmente reforçado, não só com o ostensivo apoio e peso da autoridade do presidente da República, como através de uma pública recomendação a todos os ministros — e também ao pessoal do segundo escalão — no sentido de sua obrigatoriedade e fiel execução, um fato de inegável importância política.

CONTINUIDADE

Uma característica do projeto econômico oficialmente anunciado pelo general Figueiredo é a continui-

dade da estratégia de ajuste do balanço de pagamentos, montada em novembro de 1974, quando eram mais graves os efeitos da crise do petróleo sobre a economia brasileira.

Em seu discurso, Figueiredo vinculou o equacionamento dos problemas do balanço de pagamentos ao registro de "exportações crescentes de mercadorias e serviços", salientando que "precisamos acumular saldos em conta corrente, para manter em proporções adequadas a dívida externa, as exportações, as reservas cambiais e o produto interno bruto".

Tal definição revela a presença das idéias do ministro Mário Simonsen, elaboradas há quatro anos e que não puderam ser executadas, na dimensão por ele desejada, não só pelos problemas de natureza conjuntural que frustraram algumas expectativas de saldo positivo na conta de comér-

cio, como, principalmente, pelas limitações a que foi submetido o Ministério da Fazenda, que teve de dividir poderes com o Planejamento e as empresas estatais.

Outras posturas da política econômica do futuro governo refletem também uma continuidade, como a determinação de assegurar prioridade à poupança interna no financiamento do desenvolvimento, sem restrições xenófobas ao capital estrangeiro; a progressiva tributação das rendas mais altas e o ataque às desigualdades regionais e pessoais de renda.

Há, contudo, promessas de ênfase a certos itens, como maior tributação das rendas mais altas, e a clara referência à incidência de impostos sobre heranças e doações, ganhos de capital e lucros imobiliários. Essa providência, aliás, já está bem adiantada, pois tramita no Senado, com o apoio

do ministro Mário Simonson, projeto do Senador Virgílio Távora, disciplinando a incidência do Imposto de Renda sobre os ganhos de capital e os acréscimos patrimoniais decorrentes da alienação a título oneroso e de sucessão "causa mortis", o chamado imposto sobre a herança.

Caso o futuro presidente consiga levar adiante sua promessa de "resolver (...) as questões fundiárias que emperram a produção e desanimam o produtor em tantas regiões", terá de dar plena aplicação ao Estatuto da Terra, cuja execução sempre foi boicotada pelos grandes latifundiários e usineiros, sobretudo no Nordeste. Uma tarefa tentada por administrações anteriores,

mas frustrada ora pela pressão política dos representantes dos semifeudos no Congresso, especialmente no Senado, ora pela convergência dos interesses político-eleitorais do governo e dos grandes latifundiários detentores dos "currais" de eleitores.

MUDANÇAS

Mas haverá também mudanças ou ajuste de rumos na política econômica, e pelo menos uma delas foi claramente anunciada no discurso do presidente eleito: "A privatização das empresas e serviços estatais não indispensáveis à correção de imperfeições do mercado, ou a atender às exigências da segurança na-

cional".

Caso essa decisão de governo também seja cumprida, teremos uma contenção do crescimento diversificado de estatais como a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce, verificado sobretudo nas administrações Médici e Geisel, ao ponto de não mais poder se distinguir o objeto inicial de sua atividade, aparentemente relegado a plano secundário.

Outra mudança significativa, ainda não publicamente revelada, diz respeito à atitude do governo para com o sistema financeiro, e em particular aos bancos privados, tidos como os grandes beneficiados com a espiral inflacionária que ca-

racterizou quase todo o período administrativo do presidente Geisel. A baixa dos juros, uma exigência inarredável do futuro presidente, não deverá ser produzida apenas pela aguardada queda na inflação, mas induzida por medidas governamentais mais diretas, que deixaram de ser tomadas na atual administração, e destinadas a colir o lucro fácil.

Esse parece ser um dos pontos mais sensíveis da estratégia contracionista que será desenvolvida a partir de março, devendo assumir o papel mais saliente o Ministério da Fazenda, sob o comando de Karlos Rischbieter, e o Banco Central, presidido por Carlos Brandão. 21-1-79

Economia dificulta abertura

CARLOS CHAGAS

Para os pessimistas, importa saber quando, após as explosões sociais, greves e crises, o general João Baptista Figueiredo se obrigará a fazer a opção amarga de alterar a política de contenção inflacionária, cedendo às pressões da sociedade, ou de partir para nova "fechadura" institucional. Porque, dizem eles, uma férrea orientação econômico-financeira de quase recessão, como a que foi anunciada no discurso de sexta-feira, determinará o inevitável, se promovida dentro de um clima de reformas e abertura democrática. Os reclamos das classes trabalhadoras por melhores salários, a movimentação dos setores estudantis e uma atuação explosiva da oposição, no Congresso e nas Assembléias, aliados aos amuos e dificuldades do empresariado, determinarão um processo natural e espontâneo que não deixará de ser aproveitado pelos setores extremistas, da esquerda e da direita. Assim, no entender de muitos, o futuro presidente ficará diante de grave dilema: ou afrouxar os laços da diretriz econômica que já definiu, ou apertar politicamente até o retrocesso.

Para os otimistas, porém, entre essas duas vertentes do desastre abre-se uma picada para o sucesso. Aferram-se não só à promessa, mas agora até ao juramento do general Figueiredo, de fazer do País uma democracia, custe o que custar, e de governar com a Constituição e as leis.

Mais ainda, sustentam que a política econômica de recessão está prevista para dois anos, apenas, e que nenhuma eleição nacional se realizará antes de 1982. Observam que com a promessa da desestatização,

isto é, da privatização de empresas e serviços estatais não estritamente indispensáveis à correção das imperfeições do mercado ou às exigências da segurança nacional, poderá o empresariado sensibilizar-se e apoiar o sacrifício a prazo definido. Julgam, ainda, que à classe política caberá papel da maior importância na defesa do regime atual e de seu aperfeiçoamento, pois em teoria as disposições institucionais do sucessor do general Geisel atendem tanto ao MDB quanto a Arena, ainda mais quando se lhes abre a perspectiva de participar direta e objetivamente da implantação de novas reformas. Mesmo criticando acerbamente, caberia à oposição contribuir para a consolidação do quadro atual.

A palavra "conciliação", utilizada pelo general Figueiredo em seu pronunciamento, não passou despercebida nos meios políticos, ainda que inserida em parágrafos anteriores ao trato dos temas político institucionais. Será uma evidência a mais de que o novo presidente terá abertas as suas portas aos líderes do MDB, como enfatizava o seu ministro da Justiça, Petrólio Portella.

As afirmações de "progresso com liberdade", "paz com justiça" e "ordem com democracia" repercutiram bem, além das seguintes, sobre o incentivo às reformas políticas, a manutenção e sustentação das franquias, garantias e liberdades cívicas inscritas na Constituição e o juramento sobre fazer deste País uma democracia. Há muitos anos que não se ouvia de um presidente revolucionário um conjunto tão expressivo de intenções e exortações, pois se Castello Branco e Costa e Silva falaram assim, ao assumir o poder, Médici foi muito mais generoso em suas promessas — que não cumpriu — e Geisel, gaut-

ioso demais, pois suas palavras-chave foram "gradualismo" e "contra-pressões", uma espécie de advertência, alerta ou mau augúrio — idéias que não fize-

ram parte do discurso de Figueiredo.

Em suma, se há otimismo e pessimismo, registra-se principalmente expectativa. 21-1-79

Empresário busca melhor organização

Reunidos ontem à tarde na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — Fiesp —, os representantes dos 22 sindicatos patronais ligados ao grupo 14 (indústrias metalúrgicas, mecânicas, eletro-eletrônicas) decidiram reestruturar o funcionamento da categoria, criando para isto, grupos de trabalho, sob a coordenação de uma secretaria executiva.

Segundo explicou Manoel Gomes dos Santos, pessoa escolhida para conversar com a imprensa, "depois de novembro último, quando das greves dos metalúrgicos, os empresários foram obrigados a se organizar melhor, assim como são hoje os trabalhadores".

Manoel Gomes dos Santos informou que os empresários criaram 6 grupos e uma secretaria executiva, em que Alberto Vilares da Nova Gomes será o coordenador, "que provavelmente terá como incumbência a negociação com os trabalhadores". Declarou ainda que os empresários decidiram instituir um grupo Trabalhista, além de outros como de Economia, Comunicação, Assessoria Jurídica, Informática e de Redação. Cada grupo terá no mínimo 3 pessoas e no máximo 5.

Pelos esclarecimentos de Manoel dos Santos, "em novembro houve uma mudança no relacionamento entre patrões e empregados, momento em que a classe empresarial estava des-preparada". Para ele, en-

quanto os trabalhadores estavam organizados, mais preparados, com o auxílio técnico do Dieese, "os empresários, em determinados momentos, foram obrigados a procurar, na última hora, um especialista para esclarecê-los sobre questões em dúvida". Santos afirmou depois que "hoje não podemos admitir mais o diálogo sem um preparo anterior do assunto em pauta".

Comentando a declaração de Luís Inácio da Silva, de que "está havendo radicalismo por parte dos empresários", disse que não tem notado nenhum tipo de radicalismo da classe empresarial. "Pelo menos, os empresários do grupo 14 não entendem os trabalhadores como seus inimigos", enfatizou.

Entretanto, quando indagado das orientações da Fiesp às empresas que estavam em greve, para que demitissem parte dos grevistas e suspendessem por dois dias o restante, "como forma de intimidar os trabalhadores", Manoel Gomes dos Santos preferiu não responder a pergunta.

Manoel Gomes dos Santos enfatizou ainda que está reestruturando o grupo 14 não tem como objetivo uma "intersindical patronal". Para ele, os grupos serão formados por vários sindicatos, com o objetivo de discutir vários assuntos: "diálogo com o Governo e com os trabalhadores". 17-1-79

KOK: DEFESA DA INDUSTRIA NACIONAL



Einar Kok

SÃO PAULO (O GLOBO) — O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Máquinas (Abimaq), Einar Kok, disse ao GLOBO que os empresários do setor de máquinas e equipamentos estão esperando no próximo Governo a definição clara de uma política de defesa do mercado interno para as indústrias já instaladas no País, a fim de evitar uma ociosidade exagerada do parque industrial brasileiro e assegurar que os investimentos já feitos resultem em produtos de preços competitivos.

Einar Kok explicou que as empresas do setor de máquinas e equipamentos ingressam no ano de 1979 com muitas apreensões, por causa da redução do volume de encomendas em todas as indústrias e da falta de condições de se prever o que será a política industrial do novo Governo. Observa que o Governo Geisel, apesar de todos os desentendimentos que teve com os empresários, é apontado pela Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), como o que mais apoiou a indústria de base do País. Entretanto, a filosofia do próximo Governo é uma incógnita e isto está deixando os empresários do setor um pouco apreensivos. Kok lembra que o País está a menos de três meses da posse do próximo Governo e ainda não sabe exatamente qual será a política econômica.

PLANEJAMENTO DIFÍCIL

— O planejamento para 1979, em todas as indústrias, está sendo muito difícil. Será um ano de mudanças de Governo e a estimativa da taxa de inflação está sujeita a variações consideráveis, de ordem psicológica e es-

Einar Kok disse que o Governo Geisel colaborou decisivamente com a indústria de bens de capital e a sua expansão, nos últimos quatro anos. E lembrou que a Abdib chega a afirmar que o Governo Geisel deverá entrar para a história como o que deu o impulso decisivo para a implantação do setor, assim como o fez Juscelino Kubitschek com relação à indústria automobilística. Ele, no entanto, prefere que se analise o Governo Geisel apenas dentro de alguns anos, porque o distanciamento histórico e a falta de interesses imediatos, permitem uma avaliação honesta e séria do trabalho empreendido. Na opinião de Kok, ainda não dá para se saber, no momento, se o Governo Geisel apoiou a indústria de base por uma questão de filosofia, ou seja, porque teve consciência de que seria importante e fundamental o País para o alcance da independência econômica através da implantação de um indústria de base forte, ou se foi uma circunstância especial, provocada pelo alto déficit do balanço de pagamento. Alto déficit, este, que era provocado pela importação em grande quantidade de máquinas e equipamentos.

— O propósito do atual Governo, de consolidar o setor de bens de produção foi manifestado desde sua investidura, através da ministerial mensagem ministerial de abril de 74, em que se determinava que fosse dirigido às

peculativa. Fazer prognósticos considerando prazos mais longos é ainda mais difícil. As medidas recentemente adotadas de contenção dos gastos governamentais e os derradeiros esforços do presente Governo em conter a inflação em níveis mais otimistas, aliados às expectativas de definição da política financeira e de prioridades de investimentos do próximo Governo, fazem pairar um enorme suspense sobre toda a indústria. O subsetor de bens de capital sob encomenda, por exemplo, não tem esperanças de uma melhoria sensível relativamente à sua carteira de pedidos nestes próximos meses. Porém, um crescimento positivo poderá ocorrer em 79, se forem assegurados os recursos de Cr\$ 50 bilhões, a serem liberados pelo Fina para projetos já aprovados.

Os demais setores, segundo Kok, terão uma reação positiva ou negativa em função das prioridades e diretrizes do próximo Governo, que até agora são desconhecidas.

— O subsetor de máquinas-ferramentas, termômetro do desenvolvimento industrial, reagirá favoravelmente se houver o restabelecimento de um clima de confiança em novos investimentos de empresas privadas e estatais. Os subsectores de máquinas têxteis e de plásticos serão particularmente sensíveis a uma política de aumento do mercado interno, através da melhoria da distribuição de renda e da manutenção e ampliação do mercado de exportações. O subsetor de máquinas agrícolas continuará a ter o seu desempenho vinculado a financiamentos oficiais e um programa de prioridade à agricultura fará com que ele possa recuperar as perdas ocorridas.

OCIOSIDADE

Einar Kok diz que um problema sério que os empresários enfrentarão nos anos futuros poderá ser a elevada

"Apoio de Geisel foi decisivo"

empresas nacionais o maior volume possível de encomendas de máquinas e equipamentos relativos a projetos oficiais em andamento. Mais tarde, na segunda metade do período do Governo, essa preferência foi consagrada em um instrumento legal, a Resolução n° 9, do CDE, que definiu os mesmos objetivos de forma mais incisiva.

Infelizmente, faltou a essa resolução a complementação necessária que a tornasse um instrumento de resguardo contra as danosas excessões que preocuparam o empresariado nacional. A motivação básica de todo esse conjunto de medidas pode ter sido o problema do balanço de pagamentos. Confrontado com o violento aumento dos preços do petróleo, enfrentou o Governo Geisel a necessidade, de reduzir a pauta de importação (substituir a importação de máquinas) e de forçar ao máximo o aumento das exportações. Se analisarmos o valor da pauta de importações no período, veremos que dois itens se destacaram:

MILHÕES DE US\$ — FOB			
ANOS	PETRÓLEO	BENS DE PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO TOTAL
1973	769	1.708	6.192
1974	2.062	2.484	12.641
1975	3.100	3.231	12.210
1976	3.842	3.041	12.383
1977	4.081	2.569	12.023

ociosidade, como decorrência de uma ampliação excessiva de sua capacidade de produção, devido à indução pela ação governamental e ao dimensionamento irreal de mercado. Observou que as empresas já enfrentam, hoje, problemas de elevada ociosidade em algumas áreas de produção de máquinas e equipamentos industriais e agrícolas, como decorrência do estabelecimento de metas oficiais que não foram alcançadas. Por isso, os empresários estão preocupados com relação ao futuro e esperam que o próximo Governo defina claramente uma política de defesa do mercado interno para o produtor já instalado, evitando aprovar novos projetos para áreas onde já existem fabricantes em quantidade adequada às necessidades do mercado interno. Kok observa que o Governo Geisel procurou incentivar a expansão da indústria de máquinas e equipamentos, porém, a consolidação do parque industrial dependerá fundamentalmente da política industrial a ser seguida pelo Governo próximo.

— No setor de bens de capital, acho que dois fatores determinarão o êxito das indústrias implantadas e dos novos investimentos realizados: a proteção do mercado contra importações desnecessárias, embora vinculadas a

financiamentos externos, e um programa que objetive um intenso desenvolvimento e a absorção de tecnologia. Indiscutivelmente, os termos "reserva de mercado" e tecnologia estarão presentes em todas as discussões sobre a política industrial do próximo Governo.

No plano ideológico da política industrial brasileira, os debates e alternativas continuarão a se colocar para situar posições de influência do Estado e das empresas multinacionais com relação à empresa privada nacional. Os problemas terão conotação íntima com a rentabilidade dos investimentos a curto e médio prazos e a

capacidade de inversão do empresário nacional, todos eles ligados à inflação, taxas de juros e à ampliação do mercado de capitais. Entre a empresa nacional e a multinacional se colocarão mais as questões oriundas da tecnologia e do "marketing".

SITUAÇÃO POLÍTICA

Einar Kok observou também que o empresário nacional, nos próximos meses, embora tenha que se preocupar com os seus negócios e tentar de executá-los de acordo com a política econômica a ser adotada no País, deve acompanhar atentamente a evolução da situação política e dos novos procedimentos que se introduzem na vida nacional, em consequência de inevitável aceleração da desejada abertura do regime.

— Para o empresário, essa abertura irá ressuscitar alguns problemas aos quais se haviam desabitado (sobretudo com a sistemática de negociações salariais), mas de outro lado abrirá largos e promissores horizontes de sua participação nos processos decisórios. Não podemos ver como o próximo Governo, tanto em sua área executiva, como na legislativa, poderá prescindir da experiência dos que detêm em suas mãos uma soma de responsabilidades na solução dos problemas econômicos-sociais. Terá ele, forçosamente, de convocá-los para o debate e permanente troca de informações. Os novos tempos exigirão a mobilização e o concurso das representações autênticas dos interesses de todas as classes e atividades sociais, mas não para colocá-las diante de decisões tomadas ou de fatos consumados, porém, para fazer com que todos compartilhem das responsabilidades que, num processo democrático, devem se ligar ao planejamento e às decisões que afetam toda a vida nacional.

O programa de substituição de importações de bens de capital executado pelo Governo, segundo Kok, foi o resultado da conjugação, um tanto incompleta e imperfeita, do trabalho de vários órgãos. Mas, ressalta que o aspecto mais importante, a reserva do mercado para as empresas nacionais, foi constantemente afirmado pelos mais altos escalões em documentos oficiais. "Essas afirmações, no entanto, foram contraditadas, na prática, por medidas de exceção geraram e desconfiadas entre empresários e o Governo" — comentou. Cita como exemplo de contradições provocadas por órgãos de segundo escalão, as divergências entre os empresários e o Governo, por causa da obtenção de empréstimos externos vinculados à execução de projetos como a ferrovia do aço, a Açominas, Tucuruí Tubarão e, até mesmo, o Projeto Jari.

BNDE se caracterizou por uma intransigente defesa da aplicação de seus recursos em indústrias nacionais de bens de capital — o que aliás é da Lei —, tanto no financiamento de expansões e em participações societárias quanto no financiamento de venda de produtos, a adotada pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio se revelou hesitante e por muitas vezes contraditória, ensejando uma superposição desnecessária de investimentos e facilitando o ingresso do capital estrangeiro em segmentos da economia já suficientemente supridos por empresas nacionais.

Kok cita como exemplo o apoio decisivo do BNDE ao setor fabricante de bens de produção, o volume de financiamentos concedidos nos últimos anos, que foi o seguinte:

ANOS	APROVAÇÕES (EM Cr\$ 1.000.000)	LIBERAÇÕES (EM Cr\$ 1.000.000)
1973	1.970	1.269
1974	3.456	1.870
1975	8.519	4.364
1976	26.243	10.424
1977	27.244	18.044
1978	80.000(+)	28.500(++)

(+) estimativa, incluindo investimentos plurianuais de Itaipu

(++) valores aproximados. 8/1/79

— Enquanto a política do sistema

Ermirio pede sacrificios a todos inclusive banqueiros

Os sacrificios para conter a inflação e a dívida externa do Brasil nos próximos anos precisam ser divididos, igualmente e de forma linear, entre os diversos setores empresariais, desde o industrial, ao agrícola, comercial e financeiro, pois todos devem pagar o mesmo preço, sem vantagem adicional para determinada área. Foi o que disse, ontem, o empresário Antonio Ermirio de Moraes, do grupo Votorantim, após se avistar com o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen.

Após o encontro, em entrevista coletiva, Antonio Ermirio fez um apelo aos empresários para que todos se conscientizem da necessidade de "um pouco de sacrifício nos próximos anos, para que, depois tudo volte aos trilhos". Criticou a reserva de mercado para as empresas nacionais, defendeu um maior apoio ao pequeno e médio produtor agrícola nacional, o fim dos subsídios aos créditos agrícolas e o direito de greve e de formação de um partido político próprio dos trabalhadores.

Na opinião do empresário, o Brasil encontra-se numa situação difícil, e os próximos seis anos são definitivos. "Um país que tem 40 bilhões de dólares de dívida externa e 40% de inflação, ou, nesses próximos seis anos, torna-se um país viável, ou vira uma eterna república da América Latina", afirmou.

Comentando a intenção governamental de restringir o crescimento da economia e desenvolver uma política de austeridade, com vistas à redução dos índices inflacionários e da dívida externa, Antonio Ermirio de Moraes disse que todos os empresários conscientes têm que se preparar para passar por um período difícil, pois é impos-

sível reduzir a inflação e a dívida externa do País "sem uma boa parcela de sofrimento". "O apelo que se faz, acrescentou, é para que esse sofrimento seja linear para todo mundo, e não apenas para determinado setor."

Ermirio de Moraes acha que o setor financeiro (bancos de um modo geral) também deve ter a mesma parcela de sacrifício que os outros setores, sugerindo, assim, que se adotem medidas para evitar excessos de lucros, em função de juros muito elevados, e que prejudicam os demais setores, inclusive o consumidor final, já que os custos dos setores comercial, agrícola e industrial, de certa forma, acabam sendo repassados para o consumidor.

"O dinheiro é a matéria-prima das matérias-primas e, portanto, o seu custo tem que ser condizente, pois, caso contrário, dificilmente os planos empresariais poderão realizar-se", afirmou o empresário. Segundo ele, "é natural que os bancos ganhem dinheiro, mas não pode haver um exagero. Se há sacrifício, ele deve ser para todos, pois cada qual tem que dar um pouco de si e estar disposto a sofrer. É uma questão de sobrevivência de todos. Ninguém quer ver, amanhã, o Brasil devendo de 80 a 100 bilhões de dólares e com uma inflação altíssima".

Ermirio de Moraes disse que os empresários devem estar preparados para os próximos anos e evitar pressões sobre o governo, sobretudo aqueles "empresários que, não conseguindo vender tudo o que querem, ameaçam pressionar para tentar derrubar dirigentes governamentais". 31-1-79

O ESTADO DE S. PAULO

Lucro de 78%

por Ottoni Fernandes Jr.
de São Paulo

Os lucros obtidos pelas financeiras em 1978, especialmente no segundo semestre, foram muito compensadores. Fortemente influenciados pelo excepcional desempenho da venda de automóveis (1 milhão de unidades produzidas no ano), os lucros de algumas das maiores instituições, na segunda metade do ano, superaram em até 78% os resultados do primeiro semestre. Isso fica comprovado nos balanços já publicados, que revelam ainda um aumento do volume de financiamentos geralmente superior ao do crescimento do total de letras de câmbio, que servem como fonte básica de recursos para as aplicações das financeiras. Essa discrepância parece indicar que as empresas operavam com um volume significativo de recursos próprios, cujo custo de captação é nulo, para sustentar a expansão dos financiamentos no segundo semestre.

Não foram, entretanto, apenas as vendas de automóveis e o uso de recursos próprios que garantiram a boa lucratividade das financeiras (quase sempre superior à inflação no período, de 16,2%) nos seis últimos meses de 1978. Essencial para isso foi o fato de as taxas de juros estarem liberadas. Assim, as financeiras puderam aumentar os juros cobrados nos financiamentos na medida da variação do custo de captação de recursos através de letras de câmbio e manter sempre um "spread" (diferença entre o custo de aplicação e captação) compatível com suas previsões de lucros.

Atualmente, por exemplo, as financeiras ligadas a bancos comerciais estão cobrando cerca de 67% ao ano pelo financiamento em doze meses de automóveis novos (que respondem por, aproximadamente, 70% do volume de financiamentos das instituições ligadas aos grandes conglomerados bancários). Enquanto isso, mantêm o custo médio de captação de suas letras de câmbio em torno dos 48%, pois conseguem vendê-las através dos balcões, junto a pequenos aplicadores, que são muito menos exigentes em taxas do que os investidores do grande mercado, que aplicam vários milhões de cruzeiros nesses papéis, para obter taxas brutas de 56% ao ano. 1-2-79

FGU propõe juros altos

O Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, em documento divulgado ontem, sugere a adoção de medidas de caráter recessivo e de juros crescentes, a curto prazo, como única solução para o controle aprimorado da base monetária (papel moeda em circulação — emitido mais caixa —, depósito à vista e depósitos dos bancos comerciais nas autoridades monetárias), evitando-se, assim, a influência sobre a expansão imoderada dos meios de pagamento (moeda em poder do público e depositada à vista nos bancos) e, conseqüentemente, o aumento da inflação.

Segundo o estudo, aquele controle "só será aprimorado com mais impostos, crédito mais caro e menos abundante, menos subsídios e menos incentivos". 3-2-79

13,3 bilhões de empréstimos Brasil rompe com Argentina

O valor bruto dos empréstimos contratados pelo Brasil no Exterior, este ano, chegará a US\$ 13,3 bilhões contra US\$ 8,2 bilhões contratados em 1977. A conta de serviços deverá fechar com um "déficit" de US\$ 4,5 bilhões, prevendo-se um resultado negativo de US\$ 5,4 bilhões em conta corrente, em virtude do "déficit" de US\$ 900 milhões na balança comercial.

Os dispêndios com a amortização da dívida deverão alcançar US\$ 4,8 bilhões, mas os investimentos diretos dificilmente ultrapassarão um bilhão de dólares, contrariando as previsões feitas no início do ano pelas autoridades monetárias. Em virtude do grande volume de recurso externos que ingressaram no País em 1978, o "superávit" do balanço de pagamentos deverá alcançar US\$ 4,1 bilhões, contra apenas US\$ 630 milhões no ano passado.

Mesmo sem querer confirmar todos os dados, o ministro da Fazenda considerou razoável esse exercício do comportamento do balanço de pagamentos no corrente ano, especialmente a previsão do ingresso bruto de recurso externos no montante de US\$ 13,3 bilhões, que contrariou as expectativas alimentadas pelo próprio ministro no primeiro semestre do ano, quando Simonsen anunciava que o ingresso bruto não ultrapassaria os US\$ 12 bilhões. 26-12-78

Brasil rompe com Argentina

Brasília — O Itamarati responsabilizou a Argentina pela suspensão das negociações tripartites sobre a compatibilização das hidrelétricas de Itaipu e Corpus, em documento entregue ontem à Chancelaria de Buenos Aires, no qual, em resumo, acusa a Argentina de querer retornar ao mecanismo da consulta prévia, ao fazer "tábula rasa do canipio restrito à soberania dos Estados" e tentar "estabelecer, para matérias dessa natureza, tratamento tripartite indevido".

No documento entregue à Chancelaria argentina, o Itamarati comunica que, diante das divergências, o Governo brasileiro "retira sua concordância com a

cota de 105 metros em Corpus", o que significa que as negociações não apenas foram suspensas, mas voltaram à estaca zero. 20-2-79

JORNAL DO BRASIL

As negociações tripartites sobre a compatibilização de Itaipu e Corpus, que por diversas vezes pareceram bem próximas de chegar ao acordo, voltaram ontem à estaca zero. As principais divergências entre Brasil e Argentina centram-se na reivindicação argentina de uma cota de 110 metros para Corpus, dos quais cinco seriam "de reserva". O Itamarati considera essa pretensão uma tentativa de tornar trilaterais questões que, no entender da Chancelaria brasileira, são da exclusiva competência de cada um dos países ou, no máximo, bilaterais.

Uma dessas questões é o enchimento do reservatório da usina de Itaipu, ao qual a Argentina quer dar "um tratamento tripartite indevido", na expressão do Itamarati, propondo discussões sobre como ele se processará. 20-2-79

Sequestro

Porto Alegre — O presidente do Conselho Federal da OAB — Ordem dos Advogados do Brasil — Sr. Raymundo Faoro, apoiou as conclusões da Comissão Gaúcha da OAB, de que os uruguaios foram sequestra-

dos de Porto Alegre e o policial Didi Pedalada está envolvido e concluiu: "Seria uma atitude legítima o Governo brasileiro gestionar junto ao Governo uruguaio a volta dos sequestrados ao Brasil". JB. 29/12

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre enviou ontem ofício ao secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, coronel Rubem Moura Jardim, protestando contra as ameaças feitas por cinco homens que se intitulavam policiais contra dois jornalistas. Uma repórter e um cinegrafista da TV Difusora de Porto Alegre estavam em frente ao prédio onde reside o policial

Orandir Portassi Lucas, o didi-pedalada (acusado de ter participado de seqüestro), quando foram cercados por cinco homens que, intitulando-se policiais, arrancaram a máquina de filmar da mão do cinegrafista, velaram e rasgaram seu filme e só não a quebraram porque o profissional identificou-se com uma carteira do Palácio Piratini, onde também exerce funções profissionais. ESP. 30/12

Ao tornar a defender a idéia de uma comissão de alto nível para investigar o seqüestro, a OAB diz que sua finalidade não seria a de substituir a simples comissão de inquérito disciplinar, mas sim buscar a verdade: "Não afirmamos que a Secretaria de Segurança Pública esteja

desqualificada para chegar a esse objetivo; a opinião pública é que não está predisposta a considerar imparcial exatamente a secretaria, cujos departamentos ou pessoas vêm sendo apontados como co-responsáveis pela ocorrência." ESP. 10/01

O secretário da Segurança Pública do Rio Grande do Sul, Rubem Moura Jardim, disse ontem que só depois que a Justiça Federal concluir a apuração das responsabilidades administrativas dos funcionários que foram acusados de participação no seqüestro do casal de uruguaios em Porto Alegre, "é que serão tomadas novas providências". Ao mesmo tempo, o advogado Renato Maciel de Sá Júnior reafirmou que só tomara conhecimento pela imprensa que fora nomeado relator do processo de afastamento de Didi Pedalada é do delegado Pedro Seelig, desmentindo que tivesse requerido

diligência, como afirmara o secretário. O advogado Renato de Sá Júnior, depois de se confessar amigo do delegado Pedro Seelig, esclareceu que primeiro irá ouvir e pesquisar diretamente na fonte e obter a palavra oficial, para depois se manifestar sobre o caso. ESP. 09/02

...É que não são mais os laços de amizade e auto determinação os fatores de união dos países na América do Sul. Uma verdadeira rede de vergonha e crimes, hoje flagrada em plena ação no Brasil, que se auto denomina de "Internacional de Policiais" e não respeita fronteiras, não reconhece os mínimos direitos humanos, se tornou no mais vivo elo entre as nações, principalmente nos últimos 6 anos.

... as ligações inter policiais no Cone Sul nunca foram suficientemente esclarecidas, e só uma vez nos EUA, estiveram às portas da Justiça como no caso desta última "operação suja". Apesar da demora das autoridades e até mesmo acobertamento de fatos e despistamentos, pela primeira vez uma ação coordenada da repressão está sendo investigada publicamente, no Brasil. Não tendo sido o primeiro seqüestro de militares políticos além de fronteiras de seu país, a questão é se Universindo Diaz, Lúcio Celiberti e seus dois filhos serão as últimas vítimas? NOV. 05 a 14/02

Presos apontam 78 torturadores

Uma lista com 78 nomes de pessoas acusadas de tomarem parte, direta ou indiretamente, em casos de torturas contra presos políticos em Pernambuco, no período de 69 a 78, foi publicada ontem pelo jornal associado "O Diário de Pernambuco", que atribuiu a autoria do documento aos 19 presos políticos da penitenciária Barreto Campello, de Itamaracá.

Alguns dos apontados como envolvidos nos casos de tor-

tura negaram-se a falar e outros alegaram não ter lido a notícia. Entre os que foram encontrados pelos repórteres e prestaram declarações, estão o ex-secretário de Segurança Armando Samico, o delegado Antonio Hahn, superintendente do Departamento de Polícia Federal, o delegado José Oliveira Silvestre, ex-diretor do Dops, e Jonathan Marques da Cunha, delegado de Roubos e Furtos.

ESP. 23/12

Mineiros rezam por mortos

Belo Horizonte — Música de Chico Buarque e Milton Nascimento, depoimentos dos familiares e uma chamada geral dos presos políticos mortos e desaparecidos emocionaram ontem cerca de 500 pessoas — familiares e amigos — que participaram do culto ecumênico, no Santuário Santo Antônio, em homenagem à memória dos mineiros "que perderam a vida em defesa dos direitos humanos".

JB. 19/12

STM NEGA PEDIDOS DE "HABEAS CORPUS"

O almirante-de-esquadra Hélio Ramos de Azevedo Leite, presidente do Superior Tribunal Militar, decidiu negar, ontem, quatro pedidos de habeas corpus que haviam sido impetrados em favor de doze presos que cumprem pena por crime contra a segurança nacional, entre eles dez condenados no Rio sob a acusação de integrarem o movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). FSP. 07/02

Auditoria adia interrogatório

BELEM (Do correspondente) — Foi adiado para a próxima segunda-feira, na Auditoria Militar, o início do interrogatório de três membros da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), acusados de "divulgarem notícias tendentes a indispor o povo contra as autoridades constituídas" e enquadrados no artigo 14 da Nova Lei de Segurança Nacional.

Paulo Fonteles de Lima, advogado e presidente da SPDDH; Hecilda Veiga, atual secretária da entidade; e o jornalista Luis Maklouf, diretor do jornal "Resistência", órgão de divulgação da SPDDH, foram enquadrados por terem, no número 5 daquele jornal, narrado, com detalhes, torturas sofridas por Paulo e Hecilda, quando ambos estiveram presos em dependências militares, em 1972.

O jornal foi apreendido e, após inquérito na Polícia Federal, o juiz auditor aceitou a denúncia contra Paulo Fonteles, Hecilda e Maklouf.

ESP. 07/02

movimento

O jornalista Antônio Carlos Ferreira, que depois pela segunda vez no processo contra ele aberto com base na Lei de Segurança Nacional, em razão de artigos publicados em seu semanário e considerados ofensivos à dignidade do atual presidente da República, general Geisel, e do futuro, general Figueiredo, FSP. 07/02

Rejeitada denúncia contra 'O Pasquim'

O juiz Paulo da Costa Reis, da 2ª Auditoria de Aeronáutica, rejeitou ontem — último dia de expediente na Justiça Militar este ano — a denúncia oferecida pelo promotor Afonso Carlos Agapito da Veiga contra os jornalistas Sérgio Magalhães Gomes Jaguaribe (Jaguar), Sérgio Augusto e Carlos Jorge Guidacci da Silveira (Guidacci), de "O Pasquim", como incurso nas sanções dos artigos 16 e 30 da Lei de Segurança Nacional em vigor.

Os três jornalistas são acusados de terem ofendido a honra do Presidente da República e dois ministros de Estado e divulgado notícia com objetivo de indispor o povo com as autoridades constituídas. O GLOBO - 20/12

Flávia

Porto Alegre — O Comitê Brasileiro pela Anistia gaúcha encerra, hoje, a campanha de coleta de fundos em favor de Flávia Schilling com a entrega ao Consulado uruguaio Daniel Frias Vidal, da comunicação escrita de que os Cr\$ 300 mil de taxa de hospedagem já estão à disposição do Governo da Montevideu.

A entrega simbólica do resgate de Flávia

deveria ser seguida de um ato público em frente ao Consulado uruguaio, mas, diante da proibição da Secretaria de Segurança, os dirigentes do Comitê farão uma reunião para decidir qual a atitude a ser tomada. Do total arrecadado, Cr\$ 200 mil vieram dos gaúchos, seguidos pelos Cr\$ 70 mil arrecadados no Rio de Janeiro.

J.B. 21/12/78

Brasília — A decisão sobre uma eventual libertação da brasileira Flávia Schilling é da inteira responsabilidade, competência e autonomia do Governo uruguaio, afirmou ontem o porta-voz do Palácio do Planalto, Coronel Rubem Ludwig.

Perguntado se pararam as negociações entre os Governos do Uruguai e do Brasil visando a libertação de Flávia, o Coronel respondeu não ter conhecimento deste fato, mas aconselhou levarem a pergunta ao Ministro das Relações Exteriores.

No entender do Coronel Ludwig, o que vai determinar a libertação da brasileira é a extensão do seu delito em território uruguaio. "Aliás", disse, "já fiz esta pergunta anteriormente (por que ela está presa) e ninguém me respondeu". De qualquer forma, explicou, a decisão do Governo uruguaio de libertá-la será em função do que ela tenha realmente feito. J.B. 29/12/78

Flávia Schilling deverá ser libertada nos próximos dias, segundo informou ontem a presidente da seção gaúcha do Comitê Brasileiro pela Anistia, Raquel Cunha Waldow, que afirmou ter obtido a promessa formal de libertação do encarregado dos Direitos Humanos do Ministério das Relações Ex-

teriores do Uruguai, Jean Bruno, que "já determinou uma revisão no processo para que sejam pingados todos os elementos atenuantes". A informação foi prestada em Porto Alegre durante relato de Raquel Waldow sobre a viagem ao Uruguai e Argentina feita pela comissão Pró-Libertação de Flávia.

Violencia contra manifestantes (cb)

«A polícia da ditadura transformou a Praça 7 numa praça de guerra contra o povo», denuncia a nota distribuída pelos movimentos pró-Anistia em Belo Horizonte, se referindo aos acontecimentos que marcaram o encerramento da campanha de arrecadação de fundos para a libertação de Flávia Schilling, presa no Uruguai. «Mais uma vez ficou demonstrado que o «fim do AI-5» anunciado pelo governo não é mais que a institucionalização do mesmo», continua.

Essas demonstrações ficaram evidentes por volta das 18 horas do dia 5 de janeiro, quando cerca de 80 integrantes do Movimento Feminino pela Anistia e do Comitê Brasileiro pela Anistia se concentraram num dos quarteirões fechados da praça principal, no centro da cidade. Ali pretendiam distribuir notas e denunciar à população as condições em que se encontram os presos políticos brasileiros, no exterior. Nas imediações, era fácil se notar, agentes do DOPS portando mochilas com bombas aguardavam o sinal para começar. E isso aconteceu cinco minutos após. Mal as faixas foram abertas, uma saravada de bombas, que cobriu a praça com uma nuvem azulada de fumaça, começaram a ser lançadas indiscriminadamente, sem mira certa. O alvo era a população.

EM TEMPO - 09/14/78

Vigário é preso no Ceará

Fortaleza — O vigário coadjutor da Paróquia de Aratuba — a 160 quilômetros da Capital, onde está a maior e mais importante Comunidade Eclesial de Base — Padre José Maria Cavalcante, está preso, desde a tarde de ontem, em sua residência, por ordem do delegado de polícia. O sacerdote, no domingo, protestara junto ao Governo do Estado, contra a prisão de um lavrador.

O delegado de Aratuba não gostou e prendeu o religioso, tão logo ele voltou à cidade. Hoje, o vigário-geral da Arquidiocese de Fortaleza, Monsenhor André Camurça, tentará obter do Governador Valdemar Alcantara solução para o problema, que alguns padres consideram grave. É possível que o delegado seja transferido de município, para que as relações entre a Igreja e a polícia de Aratuba voltem à normalidade.

Essa não é a primeira vez em que se registram incidentes entre os padres

que atuam em Aratuba e a polícia. Aratuba é um dos menores municípios no Ceará e se localiza na Serra de Baturité. O Padre José Maria Cavalcante e o titular da paróquia, Padre Moacir Cordeiro Leite, desenvolvem um dos mais importantes trabalhos da Comunidade Eclesial de Base.

Esse trabalho, porém, não recebe o apoio dos proprietários rurais e, por causa disso, sempre ocorrem problemas de relacionamento entre os lavradores e as autoridades policiais. A Comunidade Eclesial de Base já construiu uma cooperativa, um hospital, várias escolas e diversos centros de saúde na área rural, graças ao trabalho dos dois sacerdotes.

O Padre José Maria Cavalcante está preso em sua casa e não pode nem chegar à calçada da residência paroquial, na principal praça de Aratuba, de frente da matriz, pois há policiais à sua porta, por determinação do delegado.

J.B. 19/12/78

Operário foge de policial e é morto

SÃO PAULO (O GLOBO) — O operário João Jesus de Barros, de 19 anos, foi morto na madrugada de ontem com um tiro nas costas, pelo soldado da Polícia Militar Evandro Rodrigues de Azevedo, durante uma ronda no bairro de Itaim Paulista, na Zona Leste de São Paulo.

O crime ocorreu na rua João Gomes de Moraes, quando a viatura 3, da Ronda Setorial da PM se aproximou de um grupo de quatro rapazes, e os policiais que a ocupavam solicitaram seus documentos. Três deles fugiram, enquanto um permaneceu no local, diante disso, o soldado Evandro atirou nos fugitivos, atingindo pelas costas o operário.

O GLOBO. 20/12/78

Pintor morre de espancamento

Porto Velho — O estado de óbito de Francisco dos Santos Coutinho, o operário que morreu em um pronto-socorro na dia de Natal, após interrogatório a que se submeteu numa das dependências do II DP desta capital, comprovou que sua morte foi ocasionada por violento espancamento e não por "Hepatite" como afirmava o registro policial de dependências daquele dia.

Diocese processa os agressores do padre Fábio

ARACAJU — O advogado da diocese da Própria, Wellington de Mota Paixá, entrou — ontem na Justiça com uma queixa-crime contra João Guimarães e Ivan José Brito, que invadiram a catedral da cidade para agredir o padre Fábio Alves dos Santos, quando este participava da celebração de uma missa. A agressão foi posteriormente justificada pelo prefeito de Própria, Antonio Guimarães Brito, perante dos agressores, como «uma defesa da moral da família», já que durante o sermão, o sacerdote fez referências ao conflito de terras envolvendo os Brito e trabalhadores da região, que contam com o apoio da Igreja. DIÁRIO DE S.P. 30/12/78

a carta 31/01/79

MOVIMENTO 29/1 a 4/2/79

Na catedral, 500 lavadeiras discutem.

Aconteça o que acontecer em Puebla, em nada serão afetadas as relações atuais Igreja-Povo de Deus, nada fará a Teologia da Libertação recuar um milímetro sequer. E nisto que acredita Dom Moacir Grechi, bispo-titular da Prelazia do Acre e Purus: "Os pastores já se habituaram a ouvir os clamores do seu povo - e caminham junto com ele, sem parar".

Será razoável, num momento em que incertezas de toda ordem baixaram sobre o novo Encontro do Episcopado Latino-Americano, tal otimismo de um dos bispos de quem a Igreja pós-conciliar mais espera posições concretas, em Puebla? As incertezas, na verdade, parecem ter sido, muito mais, lançadas por quem tem interesse numa divisão, num racha na Igreja do continente, que representaria um recuo de consequências desastrosas. Mas as certezas de Dom Moacir parecem ter uma base mais profunda na realidade:

— Será possível que alguém veja as Comunidades de Base como um fenômeno estático? Elas são a parte concreta da Teologia da Libertação. As Comunidades de Base, em si mesmas, significam a Igreja caminhando no sentido de um afastamento progressivo do poder, dos poderosos, dos ricos. Ora, quando se trata de povo, as etapas são irreversíveis. E o povo, aprendendo a caminhar, não volta mais, não. Não tem jeito de voltar.

Quem leu os grandes jornais conservadores do país nas últimas semanas há de dar toda a razão a Dom Moacir Grechi: a força das Comunidades de Base impressiona sempre mais. Pois os jornais da grande imprensa andaram preocupados, através de colunas políticas mais representativas, com a força cada vez maior das Comunidades de Base. Preocupados — é preciso fazer justiça a esses colonistas —, mas com uma visão puramente analítica, tentando decifrar até onde irá essa nova força, a rigor mais uma força popular do que da Igreja, pois a Igreja incentiva a formação desses grupos e deixa-os caminhar com as próprias pernas.

Essa força é que leva um homem como Dom Moacir Grechi a dizer que a Igreja não recuará um milímetro sequer nem durante o Encontro de Puebla nem depois de Puebla.

— Não seria nenhuma novidade a Igreja recuar em relação a algum documento seu — diz Dom Moacir Grechi. Houve concílios que não fizeram a Igreja caminhar nada. Nasceram e, com seu próprio encerramento, morreram. Mas o Vaticano II, muito ao contrário, encerrou-se e caminhou sem parar, caminha ainda e faz a Igreja caminhar com ele. Medellín nasceu dessa caminhada incessante e de Medellín se pode dizer, com base na experiência do dia-a-dia, em fatos concretos, que é irreversível.

Assim, não tem qualquer sentido prático a ênfase que alguns veículos da grande imprensa e a televisão andaram dando ao fato de que dos 37 delegados oficiais brasileiros, 17 eram conservadores, contra apenas 10 progressistas (e 10 moderados: os números foram mais ou menos esses, com algumas variações aqui e ali). Pode ser até que, numa divi-

são simplista, os números seja esses mesmos. E que a maioria é mesmo de conservadores, ninguém discuta. Mas quem são esses conservadores?

— Estou há quatro anos na CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), o que me obriga a um contacto permanente com a CNBB, isto é, a entidade sob o ponto-de-vista humano, percebida através de cada um de seus componentes. Isso me convenceu de que a caminhada será cada vez mais no sentido traçado em Medellín! Sempre. E Puebla indistintamente

manterá essa linha. Porque nós temos bispos conservadores, sim — e é bom que os tenhamos. Já imaginaram a chatice de uma unanimidade política episcopal? Mas muita gente se engana com esses bispos conservadores. Pois saiba essa gente que quando eles sentem que está em jogo o homem, a criação de Deus, do Deus de sua fé, estarão sempre ao lado do homem, seu próximo. E nesse sentido que nossas decisões têm sido quase unânimes. Assim será em Puebla.

— Temo, sim, o carreirista, não o conservador. Temo o bispo que pretende aparecer, que pretende uma diocese de prestígio, que pretende ter cartaz junto ao Vaticano. Esse realmente é um perigo. E a Igreja, composta da mesma massa que toda a humanidade, tem carreiristas como qualquer outro grupo ou entidade.

Que não é preciso temer os conservadores prova-o a certeza de Dom Moacir de que a Teologia da Libertação durante e depois de Puebla deverá continuar exercendo sobre a Igreja papel — hoje fundamental — que vem exercendo sobre a Igreja latino-americana. Pode-se dizer que a influência da Teoria da Libertação nem sempre é direta, mas nem por isso menos importante. E dá um exemplo sugestivo:

— O Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado do Acre tem hoje 15 mil associados. E claro que o sindicato não tem nenhuma ligação direta com a Igreja, mas a Igreja hoje está junto do trabalhador a lhe dizer que lute por seus direitos e que uma das formas mais importantes de luta é o sindicato. A Igreja está presente. Não é brincadeira, 15 mil trabalhadores rurais sindicalizados no Acre. Olhe que o Acre só tem 250 mil habitantes! Cito também um episódio urbano: cerca de 500 lavadeiras tomaram consciência de seus problemas comuns, isto é, que constituem uma comunidade com os mesmos interesses, direitos e deveres. Reuniram-se para discutir esses interesses comuns, lutar pelo seus direitos, estabelecer uma tabela de preços que evitasse algumas explorações vis. Enfim, as lavadeiras do Acre descobriram que também são gente com direito a se defender. Sabe onde elas se reuniram para o debate? Na Catedral de Rio Branco. Isto também não é brincadeira: 500 lavadeiras discutindo seus direitos na Catedral de Rio Branco! Tudo isso é a Teologia da Libertação caminhando, irreversível. Dom Moacir partiu como uma das grandes esperanças do Brasil em Puebla. **Por Marcos de Castro**

A Polícia contra a Igreja.

Em 1968, os bispos latino-americanos deixaram a conferência de Medellín, na Colômbia, com o compromisso de "despertar nos homens e nos povos uma viva consciência de justiça", visando "defender os direitos dos pobres e oprimidos e denunciar energeticamente os abusos consequentes das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos".

Tal disposição encontraria violenta resistência nos regimes militares que caracterizariam a América Latina na década seguinte. No Brasil, essa violência traduziu-se em prisões, torturas e mortes de religiosos, agora denunciadas no documento "repressão à Igreja no Brasil, Reflexo de uma situação de Opressão". O Trabalho, encomendado ao Centro Ecu- mênico de Documentação e Informação (CEDI) pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns e pelo bispo de Goiás, D. Tomás Balduino, aponta a prisão de 122 pessoas ligadas diretamente à hierarquia (bispos, sacerdotes e freiras),

além da prisão de 273 leigos engajados no trabalho pastoral. Registra ainda 7 mortes, 9 sequestros, 21 processos, 10 expulsões, 2 banimentos e relaciona nada menos que 30 bispos atingidos pelas diversas formas de repressão. Apesar desses números expressivos, a CEDI alerta para o fato de que o relatório é incompleto, pois "os registros de que dispomos são apenas os publicados em documentos oficiais".

Em breve levantamento da realidade política, econômica e social da América Latina, o documento deixa claro que os compromissos de Medellín não foram resultado de posições intuitivas, mas da análise dessa realidade: "O grau de violência atingiu a um tão alto nível que se tornou impossível desconhecer ou mesmo deixar de tomar atitude frente às mortes, sequestros, torturas e desaparecimentos de tantas pessoas".

Vários outros pontos do documento merecem destaque:

● "Era necessário dar um passo mais

adianta, ir além da denúncia da violência que aparecia naquele momento, de forma mais gritante aos olhos do mundo, ir buscar as verdadeiras causas de uma situação que não era simplesmente acidental, mas que decorria de razões estruturais ainda injustas e violentas.

● "Acentua-se e continua a acentuar-se a injustiça na posse e uso da terra, pela pressão exercida por grandes empresas".

● "... Acelera a desnacionalização, das economias nacionais, pelo domínio crescente das multinacionais.

● "... Extensão da favelização, sitiando cidades a partir de suas periferias, a política de remoção das favelas exacerbando o problema da segregação dos pobres e o crescimento da criminalidade e de formas selvagens de violência.

● "A situação de injustiça vai sendo mantida por mecanismo de violência institucionalizada". MOVIMENTO 29/1 a 4/2/79